

PUBLICAÇÃO MENSAL •

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

FICAR COM:
O AMOR JOVEM

174

4.00 URV

GRANDES
REPORTAGENS:
A SAGA DO VIETNÃ

MUNIZ SODRÉ
ANALISA O FENÔMENO
THOMAZ MORTON

DESEMPREGO

UM MAL QUE TEM CURA

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

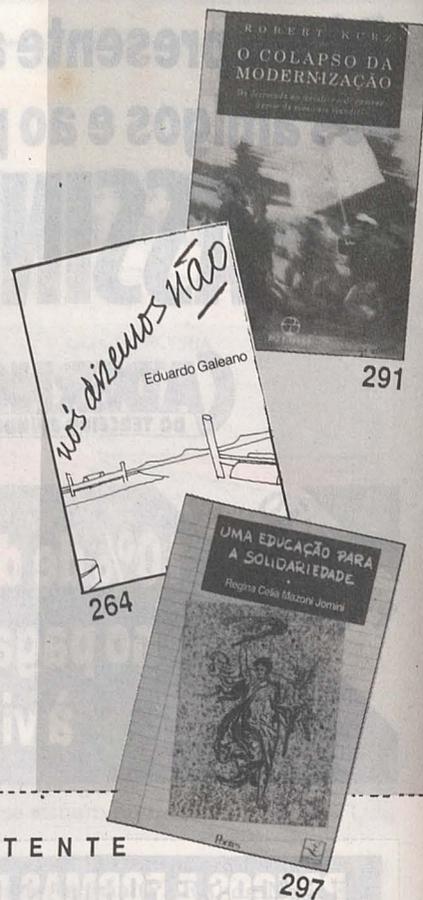
MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada uma que tornar-se assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º () 2º () 3º ()

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel.:
Profissão:

Sou assinante de cadernos

Data: ___/___/___

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

- 1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente
- 2- Com a finalidade de aumentar as probabilidades de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. - Depto de assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20241-180
Fax: (021) 252-8455

POSTAL NORTE SUL



O BARNABÉ DE BRASÍLIA

Flávio Bruno Von Sperling

Os bastidores da construção da capital do país, vistos e mostrados com bom humor por um dos pioneiros na vida de Brasília. Memórias e história se misturam.

177 pp
E 333
12,00 URVs

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves
Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.

Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadro e tabelas atualizadas. Complementa o *Guia do Terceiro Mundo*, cuja nova edição está sendo preparada.

327pp
E 318
CR\$ 40.000,00

VISÕES DO GOLPE DE 1964

Maria Celina D'Araújo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro
O livro reúne depoimentos de militares que vieram a ocupar posições de relevo no sistema de informações criado a partir de 1964. A obra nos faz rever páginas da história recente do país, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a posse de Costa e Silva, em 67

256 pp
E 346 15,00 URVs

O CORONEL TEM UM SEGREDO: PAULO WRIGHT NÃO ESTÁ EM CUBA

Debora Jan Wright

A história dramática de Paulo Stuart Wright, filho de missionários, ex-deputado estadual e dirigente de uma organização clandestina de 1964 a 1973, contada por sua sobrinha. Ele é um dos desaparecidos durante a ditadura militar brasileira.

132 pp
E 331
12,00 URVs

1994 - IDÉIAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA À CRISE BRASILEIRA

Vários autores

César Benjamim, Luiz Pinguelli Rosa, Emir Sader, Chico Alencar, Leo Lince, José Márcio Camargo, Sérgio Goldenstein, Leandro Konder e José Ricardo Tauile discutem estabilização da moeda, combate à pobreza, pluralismo político, cultura etc.

195 pp
E 342 10,00 URVs

OS DONOS DO CONGRESSO

A farsa na CPI do

Orçamento
Gustavo Krieger, Fernando Rodrigues e Elvis Cesar Bonassa

Uma análise aprofundada e ágil sobre um dos maiores escândalos políticos brasileiros dos últimos tempos. A informação a serviço da consciência nacional. Prefácio de Boris Casoy.

237 pp
E 335 8,00 URVs

SHORT CUTS - CENAS DA VIDA

Raymond Carver

Com prefácio do cineasta Robert Altman, responsável pela versão cinematográfica do livro, esta obra reúne pequenos contos sobre gente comum. Sua grande qualidade é dar emoção e significado a fatos aparentemente destituídos de grandeza

179 pp
E 348 12,14 URVs

SOCIALISMO

Émile Durkheim e Max Weber

Organizado por Luis Carlos Fridman

Dois grandes autores clássicos da sociologia discorrem sobre o futuro e a possibilidade da justiça social plena. São ensaios e conferências inéditas em português, com análises às vezes até proféticas

128 pp
E 344 11,50 URVs

A CONSTITUIÇÃO NA HISTÓRIA - ORIGEM E REFORMA

Marcello Cerqueira

O autor examina as constituições de diversos países, desde a época da Revolução Francesa até nossos dias. Com uma visão erudita e corajosa da história, mostra os choques políticos que se escondem debaixo da redação das leis, desnudando o real funcionamento do poder

439 pp
E 347 28,77 URVs

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

"FICAR COM"

Jacqueline Chaves

Um fenômeno recente que ocorre sobretudo na adolescência é analisado neste volume, originalmente uma tese de mestrado. Seria uma nova forma de relacionamento criada pelos jovens, ou a falta de compromisso do "ficar com" reflete apenas uma sociedade consumista e anti-social?

154 pp
E 336
14,43 URVs

PARTICIPAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Organizado por Victor Valla

e Eduardo Stotz

Os artigos do livro foram produzidos por membros do Grupo de Trabalho Participação Popular do Programa de Apoio à Reforma Sanitária da Fundação Oswaldo Cruz. Os temas vão desde as práticas alternativas nestas áreas até as lutas ambientais

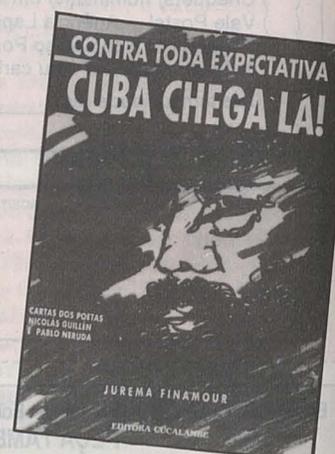
160 pp
E 343
8,00 URVs

CUBA CHEGA LÁ!

Jurema Finamour

O livro fala sobre as descobertas, invenções, realizações científicas, tratamentos e curas de várias enfermidades. Em meio a mais de 30 anos de bloqueio econômico que asfixiou a economia cubana, o país sobrevive graças aos esforços do povo e do governo e à solidariedade internacional.

406 pp
E 349
10,00 URVs



SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS



"FICAR COM"

O COMPORTAMENTO AMOROSO DO JOVEM



EDUCAÇÃO

Panorama do Brasil, China e Tailândia

Página 6

COOPERAÇÃO

Novas formas de ajuda internacional

Página 10

ÁFRICA DO SUL

A mulher no novo país

Página 11

Amar como se não houvesse amanhã

Patrícia Costa

Para você, o que é namorar? A resposta clássica seria ficar junto de alguém de quem se gosta muito, em quem se confia, por um tempo indeterminado, um tempo infinito enquanto durar o amor ou a paixão que une as duas pessoas.

Só que não é bem assim que acontece hoje, pelo menos entre a juventude brasileira. A partir do início da década de 80, o jovem começou a desenvolver um código particular de relacionamento que se tornou conhecido como "ficar com".

Tal código foi tão difundido entre as camadas médias dos grandes centros urbanos do país e hoje é tratado pela mídia de maneira tão "natural", que acabou virando tema da tese de mestrado da psicóloga Jacqueline Chaves, do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Jacqueline tem 29 anos, o que significa que também viveu o fenômeno do "ficar com" em seu início. Sua tese virou livro, *Ficar com - um novo código entre jovens*.

Segundo a psicóloga, o "ficar com" não pode ser definido como uma nova forma de *transar* - gíria que define uma relação sexual -, e nem como um "namoro relâmpago, um pré-namoro ou uma variação da amizade colorida". "Ele existe por si só; independe do namoro, da amizade ou de qualquer outra forma de vínculo", afirma ela, no livro. É um encontro de um dia que pode ir de mera troca de beijos a uma relação sexual.

Claúdia B. é uma adolescente de 14 anos que namorou pouco até hoje.

Ela não leu o livro, mas é quem melhor define a diferença entre "ficar com" e namorar, para o jovem: "Ficar com alguém é uma coisa meio abstrata, é inseguro, incerto, principalmente se a gente gosta do garoto. Já namorar é um lance mais concreto, você se envolve com o garoto, gosta dele pra valer."

Sem compromisso - O "ficar com" é um código de relacionamento onde a falta de compromisso e a multiplicidade

Fotos: A. C. Junior

Novo código comportamental das relações amorosas dos jovens, o "ficar com", é caracterizado principalmente pela separação entre sexo e sentimento. Há quem diga que ele é marcado pelo individualismo e alienação, mas outros preferem afirmar que é válido, já que é coerente com os tempos pós-modernos, o que não deixa de lado o gosto de muitos jovens pelo "velho" namoro



Hoje, pode-se namorar livremente antes do casamento. Mesmo assim, o fantasma do compromisso ainda assusta os jovens



de desejos, regras e usos objetivam a busca ininterrupta pelo prazer. Tal código só pode crescer, segundo a análise de Jacqueline, dentro da sociedade urbana contemporânea, na qual o

individualismo e o igualitarismo acabam por formar indivíduos autônomos, "uma sociedade hedonista, consumidora e pouco resistente à frustração".

Antigamente, o namoro era mais sério e visava o casamento; o casal só podia namorar no portão ou na sala da casa da moça; esta era cautelosa e recatada; as famílias eram mais ou menos semelhantes em termos de educação, cultura, nível social, religião e identidade.

Hoje, tudo é muito diferente, embora ainda existam vestígios do namoro tradicional. A mudança maior se deu na quebra do vínculo entre namoro e casamento, no sentido da obrigatoriedade. Há também maior liberdade, o que significa uma grande mudança principalmente para a mulher. Hoje, pode-se namorar pelo prazer da relação, pode-se namorar várias pessoas antes de se casar. As variações são muitas, mas um aspecto do namoro tradicional continua presente: o compromisso. "Hoje, o compromisso não remete o casal necessariamente ao casamento, porém ele pressupõe um vínculo estável, monogâmico e fiel", afirma Jacqueline.

Eis a palavra tão temida por sete entre dez jovens brasileiros: compromisso. Ela tem um peso de cunho geralmente negativo, do qual muitos

correm. Assim é com Alberto S. Na adolescência, namorou uma garota durante quatro anos, depois namorou outra por mais quatro. Hoje, com 26 anos, diz que perdeu um tempo precioso - durante o qual "ficou preso a uma só" - que precisa recuperar, "ficando com" duas meninas ao mesmo tempo, sem se comprometer com nenhuma delas: "Sou muito jovem para casar", alega ele, sorridente. Compromisso, para ele, é uma preparação para o inevitável casamento, resquícios do namoro tradicional.

André L., 18 anos, ao contrário, está namorando há dez meses, "interrompidos por algumas briguinhas". Para ele, compromisso não tem esse peso todo: "Compromisso é você, quando está namorando, ser fiel com a garota, dar satisfação do que vai fazer, para onde vai. Você namora uma pessoa que você ama, confia, pode contar com ela nas horas difíceis, tem na cabeça que é para durar. É uma relação mais profunda." Ele confessa que se considera diferente da maioria dos amigos, por não gostar de "ficar com" muitas garotas, pois isso é "muito superficial, é só atração física, você enjoa logo da garota".

Explicações - Apesar de ter baseado sua tese numa pesquisa de campo que se restringiu a entrevistas com

18 jovens de classe média de três grandes cidades - Rio, São Paulo e Belo Horizonte - e à observação do comportamento da juventude em bares, shows, boates etc., Jacqueline enumera em seu livro algumas possíveis explicações sobre a difusão do fenômeno. Uma delas é a liberação do erotismo, provocada pela revolução sexual, "onde tudo é permitido, as práticas que rompem os limites do bom gosto têm um significado positivo". O corpo é abordado em termos estéticos, se tornando objeto de desejo e fonte de prazer, e a permissividade é maior.

Há também uma reação que ela encara como um impulso, uma descarga, provocada "por uma vontade superficial": "O ato, a ação, é mais importante; o pensar fica para depois ou, no máximo, entra em cena quando se quer arquitetar uma 'ficada'", diz ela.

Outro princípio apontado é a negação da "alteridade", ou seja, "a negação do outro como indivíduo singular". O outro é alguém que existe apenas para satisfazer um desejo qualquer.

Segundo a psicóloga, "ficar com" é a maneira mais fácil de chegar perto de um outro indivíduo sem se comprometer: "É um exercício de sedução." Neste contexto, a fidelidade adquire um outro valor. Antigamente, namorar implicava ser fiel ao outro. Hoje, este novo comportamento amoroso do

jovem derruba a obrigatoriedade da fidelidade na relação. Essa geração, que viu muitos pais se separarem por problemas conjugais como a traição, não acredita numa relação amorosa que seja determinada pela fidelidade. O "ficar com" pode ser uma tentativa de lançar um novo tipo de relacionamento onde o "ser fiel" não tem importância.

Neste jogo de sedução, tudo é válido. A conversa é um ponto muito importante para os jovens, principalmente entre os grupos mais novos. É preciso ter um bom papo para poder "ficar". Mas outros meios também são usados: olhares, sorrisos, tom da voz, atenção, carinho, corpo.

O que enlouquece Cláudia B., por exemplo, é o olhar do rapaz, mas diz que "ele todo é importante": "Eu olho só para caras bonitos. Tudo bem que beleza não põe mesa, mas abre o apetite", diz ela, rindo muito. Apesar de olhar e admirar os rapazes em festas e shows, Cláudia diz que gosta só de namorar: "Às vezes, as minhas amigas me chamam de burra porque eu não 'fiquei com' um carinha. Mas se olho e não sinto nada, às vezes ele

pode até ser legal, mas tenho que me sentir gamada, entende?" Confessa que só namorou sério duas vezes, mas que costuma ficar apaixonada por longos períodos: "Já gostei de um garoto por três anos, e ele nem sabia. Eu gosto de gostar de alguém."

Amor e sexo – Já se foi o tempo em que o sexo estava intimamente ligado ao amor. Para a geração "ficar com", uma coisa não tem nada a ver com a outra.

André L. tenta explicar: "Amor e sexo são diferentes. Muita gente faz sexo só pela atração física. Mas sexo deveria ser feito amando a pessoa, e não do jeito que se faz por aí. Mas não acho que eu esteja certo e os outros errados. Cada um tem a sua preferência."

A psicóloga Jaqueline Chaves afirma que o amor, hoje, é algo idealizado, cada vez mais distante da realidade da grande maioria dos jovens. O que vale é o prazer, a satisfação de uma necessidade física. Não há um envolvimento emocional. E quando há, é perigoso.

Renato C. tem 27 anos e "ficou

com" Cristina M., 25, por cinco meses. Se davam muito bem mas, um belo dia, sem motivo aparente, ele começou a brigar tanto que ela não agüentou mais e terminou a relação. Passado algum tempo, se reencontraram e ficaram juntos. Quando ela perguntou por que ele havia brigado tanto, ouviu a seguinte resposta: "Eu não sou de namorar, e o nosso caso estava ficando sério. Cinco meses, para mim, é demais." Depois desse último encontro, nunca mais se viram.

Tudo ao mesmo tempo agora – Outra característica de nossa sociedade pós-moderna é o seu ritmo desenfreado. Esse novo código de relacionamento pode também ser considerado reflexo disso. "Ficar com" várias pessoas num pequeno espaço de tempo é uma atitude de quem acha que o mundo vai acabar amanhã. A busca pelo prazer a todo custo, em qualquer lugar e tempo, é típica da sociedade em que vivemos. Urgência e pressa são sintomas da doença do progresso contemporâneo, da corrida alucinante imposta pela revolução tecnológica. O "ficar com", pela rapidez com que ocorre, pelo

**'Ficar com'
e namorar
não são
modalidades
diferentes de
relação.
Na prática,
acabam se
complementando**



pouco ou nenhum envolvimento emocional, pela satisfação rápida e superficial dos desejos, tem tudo a ver com os nossos tempos. Mas isso tem um preço.

Como afirma Jacqueline, em seu livro, esse novo código de relacionamento é o *fast food* das relações: "O jovem 'ingere' o 'ficar com' e, algumas vezes, fica com vários, numa troca infundável de objetos sem identidade definida, na esperança de não sentir um vazio, uma falta interior, o tédio."

Ao sentir esse vazio, porém, o jovem começa a sentir vontade de encontrar alguém com quem possa ficar mais tempo, dividir seus sonhos e projetos. Tal vontade vai, todavia, de encontro ao processo de individualização. A psicóloga explica: "Ao valorizar a autonomia do indivíduo, a liberdade de escolha, o desejo próprio e a manutenção da individualidade, o jovem se depara com um paradoxo: como fazer para estar no mundo com um outro e, ao mesmo tempo, ser independente?" Para ela, o "ficar com" é uma maneira possível de estar com um outro e, concomitantemente, manter a independência e não se comprometer. O mais importante é estar em contato consigo mesmo, sem deixar que a relação com o outro prejudique isso.

A psicanalista Helena Milman, a Dra. Luli, como é conhecida por clientes e amigos, chama a atenção para o perigo do isolamento que o "ficar com", segundo a tese de Jacqueline Chaves, pode provocar. Ela considera que este tipo de relação amorosa, se é um comportamento que gera o isolamento das pessoas, "é empobrecedor, na minha opinião pessoal, de postura de vida. Porém, como mais uma possibilidade amorosa, é muito válida". Trabalhando com adolescentes há 20 anos, a Dra. Luli acredita que as pessoas não deixaram de namorar, pelo contrário: "O 'ficar com' veio como um ingrediente a mais para a relação amorosa do jovem. Ele pode ser uma busca para um futuro namoro."

Novos tempos - Não se pode e nem se deve afirmar que comportamento é o "mais praticado" hoje em dia, entre a juventude brasileira, até porque namorar e "ficar com" não são

modalidades opostas dentro de uma relação amorosa, mas se complementam, segundo a Dra. Luli.

Jacqueline Chaves constatou, em sua pesquisa, que, enquanto os adolescentes mais novos (geralmente de 14 a 18 anos) dão preferência ao "ficar com", os mais velhos gostam mais de namorar. Numa pesquisa feita com 500 rapazes, de 14 a 22 anos, em algumas das principais capitais do Brasil - Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre -, em julho do ano passado, a revista *Capricho*, dirigida ao público jovem feminino, constatou que os entrevistados se dividiram ao dizer do que gostam mais: 26% deles optam

Vendo na própria casa como os pais têm dificuldade em lidar com a fidelidade conjugal, os jovens tentam inventar formas de relação que contornem o problema

por namorar, e 26% preferem "ficar com". Os restantes 48% afirmam que depende da situação. Como se viu, não se pode medir qual é o tipo de relacionamento mais em voga.

Apesar de a pesquisa de Jacqueline Chaves ter se restringido a adolescentes de classe média dos centros urbanos, o "ficar com" não é uma particularidade desse universo. Em todas as camadas, ele é também bastante praticado entre a juventude, dividindo espaço com o "velho" namoro. Rosângela V., de 22 anos, moradora de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, é uma das muitas jovens da sua

idade que prefere namorar: "Dá muito mais prazer, cria maturidade, a gente se envolve emocionalmente." Ela conta que algumas de suas amigas têm até caderninhos com nomes de rapazes com quem já ficaram, mas não são muitas. "Não sei o que isso pode acrescentar para a vida delas, é tão vazio... Namorar é muito melhor. 'Ficar com' não está com nada", afirma ela, que namora um rapaz há mais de três anos.

Há pessoas que acham que o fantasma da Aids está hoje muito presente nas relações amorosas dos jovens, sendo o namoro estável uma maneira de contornar esse problema. Outros consideram que o "ficar com", justamente por não exigir necessariamente um contato íntimo mais profundo, seria a solução para a relação amorosa nestes novos tempos. A psicanalista Luli Milman, todavia, crê que esta modalidade de relacionamento ajuda o jovem a escolher melhor seu parceiro, mas a Aids não tem peso aí, na sua opinião. "Ao terem liberdade para se relacionarem com mais pessoas, o jovem pode escolher com mais calma com quem quer namorar. O 'ficar com' é como uma experimentação, uma busca por um namoro mais sério. Mas o sexo, pelo menos para os mais jovens, é algo distante; a Aids ainda não está presente, como uma ameaça, no cotidiano deles", diz.

Segundo a análise de Jacqueline Chaves, no Brasil, existe uma tentativa por parte das pessoas de ligar a impessoalidade individualista (baseada na igualdade e na liberdade) ao estabelecimento de relações pessoais. A sociedade brasileira procura infiltrar na impessoalidade do mundo político e econômico uma boa dose de intimidade, como se em qualquer contato o importante fosse a relação pessoal entre os indivíduos.

É bem possível que o "ficar com" tenha relação com esse traço do brasileiro. Mas ele pode ser também uma busca por um contato mais íntimo, por um parceiro mais estável, com quem se possa dividir as coisas e que traga segurança. Pode ser a possibilidade de algo mais profundo, como o namoro à moda antiga, de mãos dadas, trocando beijos na portaria do prédio. ■

América Latina em Maringá

Congresso discute no Paraná as possibilidades e conseqüências da integração no continente

Os povos latino-americanos, mesmo tendo de suportar um cotidiano de injustiça social, não deixam de sonhar e de lutar para transformar a realidade em que vivem.

Para tanto, é necessário aprofundar a discussão sobre alguns temas fundamentais, entre eles: educação, integração regional, cidadania, democracia e cultura. Estes serão alguns dos assuntos tratados no II Congresso de Educação para a Integração da América Latina, a se realizar de 28 de julho a 2 de agosto deste ano em Maringá (PR).

No Paraná, a América Latina, até por uma questão geográfica, já é uma realidade assumida. Numerosas entidades vêm desenvolvendo e praticando o encaminhamento da integração junto à sociedade civil, acreditando que a mesma só poderá se consolidar através de um longo exercício de educação que passa pelo conhecimento das particularidades culturais que configuram os povos latino-americanos. A construção da integração é uma tarefa política

que deve apontar para um sentido de desenvolvimento global, no qual todos possam realizar suas potencialidades e escolher o que é melhor para todos e para cada um.

O evento será organizado pela Universidade Estadual de Maringá e pelo Comitê para Integração Latino-Americana. São quatro os eixos temáticos em torno dos quais serão orientados os trabalhos: educação pública formal e informal; meio ambiente (terra, alimentação e habitação); cultura e questão política.

Como a educação extrapola o ensino institucional, a discussão e os encaminhamentos das práticas alternativas educacionais assumem enorme



Para que os brasileiros possam se aproximar de seus vizinhos, é preciso conhecer as particularidades dos povos latino-americanos

importância, sobretudo no contexto da atual marginalização social presente nas sociedades latino-americanas. Um balanço crítico das práticas educacionais dominantes no interior das instituições existentes também é necessário, bem como dos meca-

nismos de poder e do planejamento governamental que as dirigem.

O meio ambiente, dentro de um enfoque holístico, não pode deixar de questionar as práticas sociais, o modelo de desenvolvimento atual e a apropriação criadora e destruidora que é feita da natureza. O alto poder entrópico existente no atual modelo de desenvolvimento econômico não apenas coloca em viabilidade da vida na Terra como também corre o risco de tentar restabelecer aspectos parciais do meio ambiente afetado (como florestas, água e ar) em detrimento do ser humano que, no limiar da Revolução Tecno-Industrial, se vê condenado à fome, ao desabrigo, a doenças e outras calamidades evitáveis.

A cultura deve ser entendida como o processo simulado da criação e recriação das formas de existência dos povos. A reflexão sobre estas formas permite identificar a obra do criador, devolvendo-lhe a imagem de sua própria criação da maneira como ele mesmo imagina e pretende como sua. Em síntese, é o exercício da construção permanente da sua própria identidade no ato de fazer a História.

No momento atual, o processo histórico coloca grandes desafios que passam pelo conflito latente e manifesto entre a modernização e a modernidade. As sociedades latino-americanas se inscrevem no contexto da modernização, cujo vetor principal é dado pelos processos tecnológicos mundiais, com forte hegemonia dos países altamente industrializados.

A idéia da soberania nacional passa a sofrer um bombardeio crescente das imposições crescentes do mercado global. Por outro lado, os mecanismos culturais de internacionalização apresentam uma série de problemas, decorrentes de um novo referencial de valores de consumo cultural.

A normatividade desse processo pode ser chamada de modernidade. A contradição entre modernização e modernidade introduz um déficit entre a capacidade de modernização efetiva das sociedades latino-americanas e a forma como os povos usufruem dessas vantagens. Se há uma tentativa de homogeneizar os padrões de consumo e de valores, principalmente pela televisão, por outro lado há uma distância enorme entre idealizar valores e realizá-los pelo mercado, uma vez que uma imensa parcela da população está excluída da modernização.

Finalmente, o eixo sobre a questão política deverá discutir as práticas institucionais do governo municipal e as formas de serem desenvolvidas pelas organizações populares. A idéia é pensar em mecanismos efetivos de construção de um poder democrático.

Uma parceria produtiva

Marcelo Monteiro

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Ministério de Educação Superior de Cuba assinaram, no final de abril, um convênio para a realização de seis projetos tecnológicos conjuntos em 1994. Os programas são das áreas de biocerâmica, informática, automação industrial, extração de petróleo, manutenção preventiva de máquinas e de aproveitamento de resíduos industriais.

O convênio prevê a transferência de tecnologias, desenvolvimento de produtos e o intercâmbio de professores entre a Uerj e dez instituições cubanas de ensino e pesquisa. A Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (Faperj) cedeu 20 bolsas de estudo para a estada de pesquisadores cubanos no Brasil. As passagens são pagas pela Uerj. Numa segunda fase, os produtos desenvolvidos nos programas poderão ser comercializados.

Segundo Paulo Jorge Paes Leme, diretor do Instituto Politécnico da Uerj, o acordo foi viabilizado devido ao alto grau de desenvolvimento de Cuba na fabricação de produtos médicos. Outro aspecto comum é o modelo tecnológico cubano, que prioriza a transformação do conhecimento científico em tecnologia e em produtos, orientação que também é seguida pelo Instituto Politécnico da Uerj.

A primeira etapa do convênio será a produção no Brasil de biomateriais, usados em tratamentos de saúde, fabricados em Cuba e oferecidos no Brasil a preço inacessível para a maioria da população. Um dos produtos cubanos é o Cubridem, que corrige defeitos estruturais dos dentes e previne a incidência de cáries em crianças de seis a 11 anos.

Na fase inicial do acor-

Convênio assinado entre a Uerj e o governo cubano vai permitir que o Brasil fabrique próteses e outros produtos usados na medicina

do, que deverá durar um ano, também serão desenvolvidas próteses dentárias, de braços e pernas. Segundo Paulo Jorge Paes Leme, as próteses fabricadas no país ainda não apresentam a mesma qualidade das importadas, que são extremamente caras. "Vamos tentar fabricar um produto de boa qualidade e a um preço acessível." O acordo prevê ainda a formação de uma empresa dentro da própria universidade, que poderá contar com participação de sócios particulares.

Também deverá ser produzido um adesivo biológico regenerador de tecidos que substitui os pontos em determinadas cirurgias estéticas e de varizes, assim como uma parafina usada

na análise patológica e em botânica.

Além de ampliar a oferta de produtos de uso médico no Brasil, o convênio também poderá atender à demanda reprimida em Cuba, onde a dificuldade de investimentos, devido ao bloqueio norte-americano, reduz a capacidade de produção, segundo Rubén Alvarez Brito, diretor do Centro de Biomateriais da Universidade de Havana. Os cubanos também poderão ser beneficiados com o desenvolvimento de projetos conjuntos com a Uerj para microeletrônica e *software*, áreas diretamente afetadas pelo bloqueio norte-americano a Cuba.

Os produtos fabricados durante o acordo Uerj-Cuba serão avaliados pelo Instituto Politécnico da Uerj, sediado em Nova Friburgo (região serrana do Rio de Janeiro), Instituto de Biologia, Faculdade de Odontologia da Uerj e Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo.

O convênio prevê também a vinda ao Brasil, ainda este mês, de técnicos cubanos especializados em física acústica, para revisão dos motores de máquinas, e de três físicos nucleares do Instituto de Ciência e Tecnologia Nuclear de Cuba. No ano passado, alguns contaminados com o Césio 137 em Goiânia receberam tratamento em hospitais da ilha.

No segundo semestre, professores da Uerj deverão viajar para

Cuba a fim de coordenar cursos de graduação e pós-graduação sobre História do Brasil, Literatura Comparada e Relações Sociais. Ainda em 1994, deverão ser realizados seminários de qualificação profissional para professores e aprimoramento da educação básica com participação de docentes brasileiros e cubanos. Segundo o reitor da Uerj, Hésio Cordeiro, uma das prioridades da direção da instituição é aproximá-la do ensino básico. ■



UNE RECUPERA TERRENO

O presidente Itamar Franco devolveu à União Nacional dos Estudantes (UNE) o terreno (foto) da praia do Flamengo, no Rio, que abrigou a entidade de 1942 a 1964. No lugar do prédio, demolido em 1980 durante a administração do então presidente João Figueiredo, será erguido outro de 12 andares com videoclube, cineclube, exposições, teatro, shows e salas de aula.

Pelo menos é o que pretendem o presidente da UNE, Eduardo Gusmão, e o da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Joel Benin, que esperam contar com a ajuda da iniciativa privada.

A UNE tem sido um local de formação de líderes e de renovação de idéias. Lá funcionava o Centro Popular de Cultura (CPC), núcleo artístico que agitou os anos de chumbo e consagrou nomes como Oduvaldo Viana Filho e Ferreira Gullar.

No dia seguinte ao golpe de março de 64, paramilitares do Movimento Anticomunista e fuzileiros navais expulsaram os estudantes do antigo prédio com metralhadoras. Em 1980, o terreno foi doado à Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio), cujo reitor, o escritor Guilherme Figueiredo, providenciou sua demolição. Em 1985, a UNE voltou à legalidade, começando uma campanha para recuperá-lo.

Em termos legais ele já é da entidade, mas em termos práticos é preciso desocupar o terreno, onde invasores administram um estacionamento ilegal.

CINEMA NACIONAL

Utopia e barbárie é o mais novo filme de Sílvio Tendler, que fecha a trilogia que começou com *Os anos JK*, de 1980, e *Jango* (foto), de 1984. A ação começa na euforia das Diretas Já (1984) e vai até a geração cara-pintada e o *impeachment* de Collor (1992).

O filme está orçado em US\$ 800 mil. A obra recupera também a memória dos anos da ditadura militar, a partir de 1968, época de torturas e desaparecimentos. Pela dificuldade de conseguir material filmado deste tempo de repressão, o cineasta optou por uma história de ficção. Fernando (Giafrancesco Guarnieri) é um cineasta desiludido que tem um escritório vizinho a Gustavo (Marcos Palmeira), um cineasta bem-sucedido. Enquanto Fernando vai para a Amazônia conhecer a luta preservacionista de um seringueiro, Gustavo quer fazer um filme sobre desaparecidos políticos. Ao pesquisar, descobre que seu pai, que ele pensava ter abandonado a família, era, na verdade, um desaparecido político. Parte do material histórico foi cedida pelo grupo Tortura Nunca Mais, com depoimentos de parentes e amigos de desaparecidos.



A ERA DA IMAGEM

Em abril, o filósofo francês Régis Debray lançou o livro *O estado sedutor*, em Paris, onde prossegue seu estudo sobre influências políticas e culturais da mídia.

Criticado como exagerado ao tratar a relação entre mídia e poder, Debray responde com o caso Collor, que considera o mais escandaloso exemplo de manipulação da opinião pública pelo Estado publicitário no Brasil. O filósofo alega que Collor caiu "porque a corrupção desgovernada foi mais forte que o Estado-telinha narcisista que ele implantou no país".

Neste livro, Debray procura demonstrar como o Estado sempre usou a imagem para manipular a opinião. Na França de Luiz XIV, o Rei Sol utilizava a linguagem e todas as artes visuais para sua própria glória. Em nosso tempo, que ele chama de videosfera (era da imagem, do audiovisual), a comunicação tornou-se o centro da ação do Estado. Segundo pesquisas de *marketing* político, os elementos mais importantes para uma boa performance no vídeo são: o rosto (55%), a voz (38%) e o discurso (7%). O ex-presidente Collor que o diga.

PONTE FERROVIÁRIA

Os saudosistas ainda continuarão lamentando o fim da locomotiva Maria Fumaça, mas, como consolo, é bom saber que uma das maneiras mais charmosas de viajar entre Rio e São Paulo vai voltar. A partir de novembro, o Trem da Prata, de luxo, sairá da estação Barão de Mauá, no Rio, e chegará à estação Barra Funda, em São Paulo, oito horas e meia depois.

Ao invés de poltronas, terá sete vagões-leito, dois vagões-restaurant e um vagão-bar. Uma equipe de bordo com 45 funcionários garantirá o atendimento aos 122 seletos passageiros. A passagem tem preço salgado: cerca de US\$ 80.



Novas prioridades da cooperação internacional

Elias Fajardo

A cooperação internacional com o Terceiro Mundo está mudando. Por força de transformações políticas e econômicas no Primeiro Mundo e no interior das próprias agências de financiamento, várias delas estão relutantes e fazem críticas aos projetos de ajuda desenvolvidos na América Latina.

O advogado Daniel Rech, coordenador do Departamento de Estudos e Atuação Social do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), uma Organização Não-Governamental (ONG) brasileira, revela que o quadro mudou a partir do esfacelamento do bloco de países sob a influência soviética e das imigrações em massa para a Europa, oriundas sobretudo da África e do Leste europeu. "Para grande parte dos africanos e dos habitantes do Leste, a sobrevivência ficou quase impossível e eles são forçados a migrar. Os europeus, assustados, começaram a investir sua ajuda nesses países, para, a longo prazo, diminuir a migração."

A motivação para isso, segundo Daniel, é óbvia: "A fome explícita e as crises políticas africanas chamam mais a atenção do Primeiro Mundo do que a situação de pobreza das camadas populares latino-americanas."

Ao mesmo tempo, os países que mais costumavam enviar recursos à América Latina (Inglaterra, Holanda, França, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos) estão vivendo uma crise interna, com aumento do desemprego e renovadas levas de imigrantes a serem sustentados, exigindo recursos prementes na área social. Por isso, a sociedade civil pressiona os governos a investir em seu próprio território, e não de outros.

Ajuda Norte-Sul - Para entender melhor este processo, é necessário voltar ao período que vai do fim dos anos 60 ao início dos 80. Nessa época, houve um significativo incremento na ajuda do Norte rico para o Sul pobre.

No âmbito de governo para governo, apareceram muitos programas de ajuda, sobretudo através do Banco Mundial. Na área não-governamental, também houve crescimento da cooperação. Aí, os recursos são de dois tipos. O primeiro é o apoio de solidariedade, obtido no Primeiro Mundo através de campanhas junto à sociedade civil. O segundo é dinheiro proveniente dos próprios governos europeus, dos EUA e do Canadá, que passaram a destinar até 1% dos seus orçamentos públicos* para a cooperação não-governamental internacional. Os recursos doados oficialmente às

ONGs do Norte, por sua vez, eram repassados para as ONGs do Terceiro Mundo, sem interferência das autoridades locais. Como na década de 70, a maioria dos governos latino-americanos era ditatorial; os países europeus tentavam, assim, evitar que os recursos fossem manipulados por dirigentes políticos ou militares ilegítimos.

No entanto, pesquisas do Banco Mundial revelaram que uma parte muito significativa da ajuda era retida pelos governos locais. Segundo Daniel, ficou provado, por exemplo, que, num programa para o Nordeste brasileiro, financiado pelo Banco Mundial e intermediado pelo governo federal, 93% dos recursos se perderam no caminho e só 7% chegaram aos destinatários. Percebendo isso, o Norte preferiu passar a aplicar recursos diretamente nas ONGs, liberando-os com mais facilidade e dispensando parte da burocracia. Grandes ONGs brasileiras e latino-americanas, em geral, consideradas mais confiáveis, passaram a receber os financiamentos primeiro-mundistas.

As maiores agências de cooperação do exterior costumam investir hoje em torno de 05 a 10 milhões de dólares ao ano no Brasil em programas variados. Uma quantia deste tipo é bastante significativa em si, mas em comparação com os recursos repassados de governo a governo é muito pequena.

Nova orientação - Quando se iniciou a crise no Leste europeu, os países financiadores começaram a rever a sua política de ajuda. Criticaram o auxílio que davam no passado, afirmando que grande parte dos recursos investidos no Sul não levou a resultados esperados, especialmente quanto a uma melhoria das condições

*Hoje, o Primeiro Mundo
prefere ajudar
desprotegidos da África e
do Leste europeu,
deixando em segundo
plano a América Latina.
As exigências para
projetos são maiores. Se
por um lado isto é
criticável, por outro pode
servir para dar maior
eficiência a esta ajuda*

materiais da vida da população.

Hoje, já com os financiamentos para aplicação no exterior bem reduzidos, os países ricos querem uma "orientação mais precisa, objetiva e científica dos projetos". Exigem uma metodologia de trabalho que assegure atingir metas e, sobretudo, planos elaborados com rigor técnico. As agências de ajuda explicitam a nova orientação, reivindicando melhor gerenciamento dos re-

recursos que repassam e uma contabilidade mais completa, com auditorias e controle.

Segundo Daniel Rech, essa política é interessante por um lado, pois obriga as ONGs do Terceiro Mundo a terem mais cuidado com a aplicação, a definição de metas e o planejamento rigoroso.

"Mas por outro lado é problemático, pois seleciona demasiadamente os destinatários dos recursos. Ou seja, quem tem competência administrativa, acaba sendo beneficiado. Mas, e os pobres, os excluídos, como podem obter recursos se não têm formação suficiente para atender a esses mecanismos complexos de gestão e administração?"

Além disso, como lidar com a política de resultados? Algumas vezes, a proposta das ONGs é aumentar a consciência de cidadania da população pobre, reforçar seus laços de solidariedade. E os resultados de um trabalho desse tipo são difíceis de serem medidos em termos estatísticos ou econômicos.

O desafio da transformação – O maior dilema de quem ajuda é que, nos países do Sul, o modelo de desenvolvimento econômico é excludente, ou seja, faz com que os segmentos mais pobres da sociedade fiquem fora da possibilidade de progredir e que os ricos se tornem cada vez mais prósperos.

Daniel acredita que a transformação é possível, mas para que isso aconte-



Graças à cooperação internacional, agricultores puderam se organizar para combater a seca e produzir mais

Foto: Luiz Alves

de colocar parte da sua produção no mercado paulista.

Um terceiro caso seria o do Centro de Comercialização e Abastecimento Popular, do Rio de Janeiro, uma associação que criou postos de distribuição de produtos agrícolas vindos do Paraná para serem vendidos em centrais de distribuição em favelas cariocas.

Na realidade, no caso concreto do Brasil, deve-se considerar que o chamado campo de-

mocrático-popular – constituído por trabalhadores do campo e da cidade, povos indígenas, mulheres, moradores das periferias urbanas, crianças de rua etc. – tem avançado em termos de organização e mobilização. A realidade não é a mesma de há 20 anos, quando os setores populares viviam oprimidos por uma ditadura militar.

Segundo um documento do Fórum das Pastorais Sociais, é preciso ver os desprotegidos "como sujeitos importantes para as transformações políticas de que a humanidade necessita. Trata-se de radicalizar a democracia em todas as relações sociais, com também nas estabelecidas com a natureza. E também na conquista do direito de ser culturalmente diferente e de ser pessoa humana, um ser único, diferenciado e relacional".

Daniel Rech conclui: "A perspectiva fundamental da ajuda internacional é a da transformação social e não a mera integração ao sistema. Para os pobres, as melhorias sócio-econômicas serão sempre bem-vindas, mas só se consolidarão se forem decorrentes de efetiva transformação social, com melhor qualidade de vida, na progressiva participação no exercício do poder e na afirmação de sua condição de sujeitos, cidadãos e livres."

teça há necessidade de uma mobilização educativa junto à população mais pobre que não produz resultados imediatos. O processo de mudança é a longo prazo e precisa de apoio permanente. "Além disso", prossegue ele, "enquanto a cooperação internacional se dá no sentido da promoção humana, existe toda uma força maior do modelo capitalista internacional que trabalha justamente no sentido contrário, ou seja, drenando recursos do Sul para o Norte e apoiando o processo de exclusão, impedindo que a população pobre tenha acesso a melhores condições de vida".

Mesmo assim, há alguns exemplos, no campo prático do sucesso da cooperação internacional, que merecem ser citados. Um deles é a Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente, na Bahia. Ajudados por ONGs do Primeiro Mundo, produtores de sisal se organizaram, cresceram, implantaram unidades de beneficiamento da fibra e hoje estão produzindo e até exportando para vários países. Já autônomos financeiramente, agora buscam recursos de bancos oficiais brasileiros.

Um segundo exemplo seria a Articulação Central das Associações Rurais de Ajuda Mútua (Acaram), com sede em Ji-Paraná, em Rondônia, que começou reunindo-se com o apoio internacional, e juntou pequenos grupos de agricultores, a maioria produtores de café. Há três anos, a Acaram está exportando café para a Europa, além

(*) A meta estabelecida pela ONU no sentido dos países industrializados destinarem 1% do seu Produto Interno Bruto (PIB) à cooperação internacional para o desenvolvimento do Sul, na verdade só foi atingida por alguns países nórdicos. Os demais investiram menos de 0,5% do PIB nesse fim

ÁFRICA DO SUL

A influência das mulheres

Na nova África do Sul que está surgindo, mulheres de diferentes origens étnicas, sociais e econômicas se unem para lutar pelos seus direitos

Elisa Larkin Nascimento

A sede da Coalizão Nacional de Mulheres está situada em um luxuoso centro comercial de Joanesburgo, em um edifício de 50 andares com uma vista panorâmica da cidade e das minas de ouro que tanto marcaram a história do país.

As mulheres da Coalizão são brancas e negras e falam diferentes idiomas: o movimento engloba enormes diferenças de origem social, cultural e geográfica, assim como de condições econômicas. Mas reflete a vontade comum das mulheres sul-africanas de participarem na política.

Quase uma centena de organizações de nível nacional, que se uniram para formar a coalizão, lhes deu uma missão clara: organizar e executar um processo de consulta no qual as mulheres sul-africanas de todas as origens expressem

suas reivindicações na construção de uma nova ordem democrática.

A Coalizão se formou em 1992 e, em março passado, aprovou inicialmente sua "Carta para a Igualdade Efetiva da Mulher". O texto atual reflete preocupações comuns das mulheres de quase todo o mundo, como a exclusão do exercício do poder (na casa, no trabalho e no Estado); a desigualdade no acesso à educação e ao emprego; menor remuneração; violência e estupro; direitos de reprodução, de saúde e maternidade etc.

Há também pontos específicos da realidade do país. Grande parte da população feminina negra está nas áreas rurais, onde 85% dos trabalhadores agrícolas são mulheres africanas e 60% das famílias estão sob responsabilidade de mulheres. Outro enorme setor mora em favelas. Só 53% da população rural têm acesso à água potável; só 12% da população negra rural e 7% dos negros que moram nas

favelas vivem em casas com banheiros (99% dos brancos desfrutam desse conforto).

O peso dessa miséria recai, evidentemente, sobre a mulher negra. A Carta dedica seu artigo 5 às necessidades destas mulheres, ao abordar temas como desenvolvimento, infra-estrutura e meio ambiente.

Contra a subordinação da mulher – Por outro lado, existem leis consuetudinárias africanas e muçulmanas que subordinam a mulher a ponto de, em alguns casos, considerá-la juridicamente incapaz, como os menores, sem direito à herança, nem a fazer contratos ou ser proprietária de bens. A atual Constituição interina estabelece a subordinação das leis consuetudinárias ao princípio de igualdade da mulher. Mas antes é necessário consolidar e efetivar esta subordinação, oferecendo meios para preservá-la e executá-la frente ao poder local.

Baseando-se na Constituição Interina, a Assembléia Constituinte eleita em 27 de abril elaborará uma nova e definitiva Carta Magna para o país. Existe consenso geral sobre a inclusão de um capítulo de direitos fundamentais e é provável que a Carta pela Igualdade Efetiva da Mulher esteja na mesa de negociações e seja anexada como instrumento auxiliar, no que se refere aos direitos da mulher. Com isto, a África do Sul terá inovado no cenário jurídico mundial no campo da efetivação dos direitos proclamados. ■



As mulheres sul-africanas se uniram numa organização multirracial para lutar por seus direitos

HAITI

Aperta o cerco sobre a ditadura

Após quase um ano, pode estar chegando ao fim o impasse em que se encontram as negociações para o restabelecimento da democracia no Haiti graças à decisão do governo dos Estados Unidos de endurecer as pressões sobre a ditadura militar que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide em setembro de 1991.

A guinada na posição norte-americana começou a ficar clara em 26 de abril, com o pedido de demissão de Lawrence Pezzulo, diplomata encarregado pelo presidente Clinton de dirigir as negociações para a redemocratização do Haiti. Pezzulo, que permaneceu 13 meses no cargo, defendia uma solução política que forçasse Aristide a compartilhar o poder com os militares golpistas, hipótese sempre rejeitada pelo presidente deposto.

A saída de Pezzulo foi seguida pela mudança de posição de Washington no Conselho de Segurança da ONU. No início de maio, os Estados Unidos apoiaram a decisão do Conselho de decretar um bloqueio total ao Haiti, incluindo a proibição de que 600 oficiais do Exército e suas famílias deixem a ilha e uma recomendação para que todos os países tornem indisponíveis os eventuais bens desses militares em seus territórios.

Há vários meses, a administração norte-americana é alvo de críticas, dentro e fora do país, pela sua posição débil no conflito haitiano. O presidente Bill Clinton vinha sendo pressionado por alguns senadores do seu próprio partido e um grupo de parlamentares negros para que impusesse sanções mais duras ao regime militar.



Jonassaint: posse não reconhecida

Também demandavam que Washington interrompesse a repatriação dos haitianos capturados pela guarda costeira norte-americana.

Numa manobra para enfrentar o recrudescimento das pressões, em meados de maio a junta golpista e o Parlamento – dominado por opositores a Aristide – empossaram como “presidente” haitiano o juiz Émile Jonassaint, de 81 anos. O ato, porém, não foi reconhecido por nenhum país. A posse de Jonassaint foi “cínica, ilegal e inconstitucional”, declarou a porta-voz da Casa Branca, Dee Myers.

CUBA

Reencontro com o exílio



O chanceler Robaina (ao centro) na reunião com os exilados

Um dos problemas políticos mais delicados de Cuba – o relacionamento do governo e da população em geral com os que partiram para o exílio após a revolução, em 1959 – parece caminhar para uma solução. Num encontro considerado um divisor de águas na história recente do país, representantes da comunidade cubana no exterior se reuniram com autoridades de Havana para discutir temas relacionados à cidadania e a trâmites migratórios.

Embora não tenha sido a primeira reunião desse tipo, a conferência “A nação e a emigração” não tem nenhum para-

lelo com as realizadas antes, tanto pelo número e o peso das figuras envolvidas, quanto pelos resultados obtidos.

A reunião, realizada em Havana entre os dias 22 e 25 de abril, contou com a participação de 225 cubanos radicados em 30 países, tendo ficado de fora apenas os setores que se opõem radicalmente ao regime. Os trabalhos foram acompanhados pessoalmente pelo chanceler Roberto Robaina e o próprio presidente Fidel Castro participou do encerramento do encontro.

Apesar de discutir uma agenda limitada, a reunião deixou frutos importantes, como o atendimento de algumas das principais reivindicações da comunidade radicada no exterior. A chancelaria cubana anunciou ainda a criação de um escritório para atender aos problemas dos emigrantes e propiciar a edição de uma revista que aborde os problemas dessa comunidade.

Miguel Alfonso, porta-voz da conferência, realizada a portas fechadas, declarou que o intercâmbio de opiniões entre ambos os lados foi “muito rico e respeitoso”, acrescentando que o tema da participação na vida nacional foi amplamente discutido pelos exilados, embora “não com uma visão de conquistadores, nem com o ânimo de recuperar bens perdidos”.

Muitas questões continuam pendentes, mas sem dúvida a reunião representou um grande avanço no sentido de reconciliar os 11 milhões de cubanos da ilha com os dois milhões que emigraram, a maioria deles por discordar do regime socialista implantado nos anos 60.

EL SALVADOR

Divergências dentro da FMLN



A coalizão CD-FMLN, antes das eleições que fizeram aflorar as divergências

O resultado do segundo turno das eleições de 24 de abril em El Salvador, em que saiu vitorioso Armando Calderón Sol, da direita, da Aliança Renovadora Nacionalista (Arena), confirmou os prognósticos dos observadores e teve graves efeitos internos na Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN).

Em maio, se tornou público o que há dois anos era um "segredo" conhecido por todos: as divergências internas da FMLN e sua divisão em duas facções ideológicas.

O Exército Revolucionário do Povo, que passou a se chamar Expressão Renovadora do Povo (ERP), sob a direção do polêmico ex-comandante Joaquín Villalobos, e a Resistência Nacional (RN), encabeçada por Eduardo Sancho, se definem como "social-democratas". O Partido Comunista, de Schafik Handal; as Forças Populares de Libertação (FPL), de Leonel González; e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos (PRTC), de Roberto Roca, conservam sua identidade "marxista".

As primeiras diferenças na bancada da FMLN afloraram durante a sessão da Assembléia Legislativa para eleger sua primeira mesa diretora, em maio.

Dos dez cargos de direção, dois correspondiam à FMLN, para a qual "não valia a pena ocupá-los, pois as reformas promovidas pelos anteriores deputados colocavam a oposição em desvantagem".

No entanto, a surpresa aconteceu quando sete deputados ex-guerrilheiros — liderados por Eduardo Sancho, da RN, e Ana Guadalupe Martínez, da ERP — votaram na deputada Gloria Salguero Ross, da Arena, para o cargo de presidente da Assembléia.

Como se isso não bastasse, Sancho propôs Ana Guadalupe para a vice-presidência, o que foi aceito por todos os deputados, à exceção dos 14 do PC, das FPL e do PRTC. A gota d'água foi a escolha do próprio Sancho para ocupar a secretaria da Assembléia.

"Perdeu-se a disciplina do partido e isso trará conseqüências gravíssimas para a FMLN", assegurou o ex-comandante Francisco Jovel, da FPL.

O dirigente Jorge Meléndez, da ERP, negou que seus correligionários tivessem feito "um arranjo político" com seus antigos adversários da Arena. Mas, seu aliado Fidel Recinos, da RN, confirmou à imprensa que a votação havia sido acordada previamente com a bancada do governo.

PANAMA

Vitória do PRD, derrota para os Estados Unidos

Vitória dos herdeiros políticos do general Omar Torrijos, amarga derrota para os Estados Unidos. Assim poderia ser resumida a eleição do candidato do Partido Revolucionário Democrático (PRD) para a presidência do Panamá, em maio passado.

Para Washington, o revés com esse resultado se explica: depois de invadir o Panamá e derrubar o general Antonio Noriega, com a justificativa de seu envolvimento no tráfico de drogas, os Estados Unidos apostaram todas as suas fichas no governo conservador de Guillermo Endara.

Apesar do apoio norte-americano à coalizão governamental nesses mais de quatro anos, no primeiro teste nas urnas após a invasão, a vitória coube a Ernesto Pérez Balladares, do PRD, o mesmo partido de Noriega. Confirmando as pesquisas pré-eleitorais, o economista venceu o pleito com 33% dos votos. A surpresa ficou por conta do segundo lugar, conquistado por Mireya Moscoso de Gruber, do governista Partido Arnulfista, que obteve 29%, seguida do cantor e ator Rubén Blades, do movimento Papa Engorro, com 17,4% dos votos. As enquetes antes do pleito davam um distante terceiro lugar para Mireya, viúva do caudilho Arnulfo Arias, três vezes presidente do país.

A vitória do PRD marca uma guinada no panorama político panamenho pós-invasão. Balladares, de 47 anos, começou sua carreira ainda durante o governo do falecido comandante Omar Torrijos, de quem foi ministro da Economia. Conhecido como *El Toro*, devido à sua corpulência, Balladares manteve durante a campanha o discurso nacionalista do PRD, mas procurou apagar suas vinculações com os militares, especialmente com o deposto general Noriega.



Balladares

MÉXICO

Super ministério de Segurança

Um dia depois do seqüestro do multimilionário Angel Losada Moreno, vice-presidente de uma cadeia de 193 supermercados em 50 cidades mexicanas, o presidente Carlos Salinas de Gortari criou um novo organismo coordenador de segurança pública que dependerá diretamente da Presidência. "As circunstâncias pelas quais atravessa atualmente nosso país tornam patente a necessidade de que os órgãos de segurança no âmbito nacional estejam devidamente coordenados, de maneira a obter uma maior eficácia."

O seqüestro de Losada Moreno vem se somar ao de Alfredo Harp Helú, presidente do maior grupo bancário do México, ocorrido um mês antes, e a outros fatos que abalaram o país, como a rebelião indígena-camponesa de Chiapas no início de janeiro e o assassinato do candidato presidencial Luis Donaldo Colosio em abril. Nos últimos dois anos se registraram mais de 600 seqüestros contra empresários.

O novo organismo será chefiado por Anselmo Farel Cubillas, até então ministro do Trabalho, a quem a im-

prensa já definiu como "o czar da segurança nacional". Os meios de comunicação ressaltaram a necessidade do governo de atuar eficazmente diante de um crescente quadro de descrédito oficial e incerteza da população às vésperas das eleições presidenciais de 21 de agosto.

Por outra parte, a instabilidade do México no último ano do governo de Salinas de Gortari se viu refletida na Bolsa de Valores mexicana, que sofre duras quedas e surpreendentes recuperações em apenas dois ou três dias.



Os candidatos às eleições, antes de um debate na Tv: Ernesto Zedillo (esq.), Diego Fernández e Cuauhtémoc Cárdenas

Argentina

Manifestações de rua, enfrentamentos com a polícia e paralisações são o resultado das medidas de ajuste econômico implementadas pelo governo de Carlos Menem, que vêm castigando duramente seis províncias localizadas no noreste do país. Trabalhadores de Jujuy, Santiago del Estero, Catamarca, La Rioja, Salta e Tucumã - onde 30 a 40% da população economicamente ativa são funcionários públicos - foram às ruas reclamar contra os baixos salários no setor público e privado. Segundo os analistas, o problema de fundo é a falta de uma política econômica para essas províncias. As manifestações obrigaram o governo federal a recuar e atender às demandas com um programa de estímulo às economias dessas províncias.

Equador

As eleições legislativas do Equador, realizadas em maio último, puseram sobre os ombros das forças de oposição o peso da difícil tarefa de devolver o prestígio a um Congresso desacreditado perante a opinião pública.

O resultado do pleito significou uma contundente derrota



Ballen: revés nas urnas

para o governo conservador do presidente Sixto Durán-Ballen - que adota uma política econômica de cunho neoliberal -, enquanto que a oposição social-cristã se revelou como a primeira força política do país, seguida por populistas, social-democratas, esquerdistas e democrata-cristãos. Os partidos do governo, Unidade Republicana e Conservador, obtiveram 6 das 65 cadeiras que estavam sendo disputadas no Parlamento unicameral, integrado por 77 deputados.

Ainda assim, o ministro do Interior, Marcelo Santos, declarou que o governo do Equador buscará o diálogo com os novos membros do Congresso para avançar com o programa de modernização e privatização das empresas do Estado.

O próximo desafio das forças políticas será o plebiscito marcado para o dia 24 de julho, onde a população deverá se pronunciar sobre a reforma constitucional.

ÁFRICA DO SUL

O CNA no poder



Mbeki (esq.), Mandela e De Klerk: o novo governo toma posse

“Hoje, estamos entrando numa nova era. Hoje, celebramos não a vitória de um partido, mas a vitória de todo o povo da África do Sul.”

Com estas palavras, o líder negro Nelson Mandela marcou o seu primeiro pronunciamento público depois de ser empossado presidente da África do Sul, em 9 de maio passado.

A esperada vitória de Mandela nas primeiras eleições multirraciais tornou realidade aquilo que, há pouco tempo, parecia impossível. Após 342 anos de domínio branco

e 46 de regime de *apartheid*, os sul-africanos negros puderam por fim exercer o direito de voto, elegendo um governo e um Parlamento dominados pelo Congresso Nacional Africano (CNA).

O CNA obteve 62,3% dos votos, enquanto que o Partido Nacional (PN), até então no poder, conseguiu o apoio de 20,3% do eleitorado. Em terceiro lugar ficou o partido zulu Inkhata, de Mangosuthu Buthelezi, com 10,5% dos votos.

Falando para uma multidão na Cidade do Cabo, Mandela fez questão de tranquilizar as minorias do país, afirmando que seus direitos serão respeitados por um governo do CNA, mas ressaltou que haveria mudanças destinadas principalmente a beneficiar a maioria negra que vive na pobreza. “O povo da África do Sul falou nestas eleições. Ele quer mudanças e as terá.”

De acordo com as leis do período de transição, as vice-presidências serão ocupadas pelo CNA e pela segunda legenda mais votada, no caso o Partido Nacional. Para a primeira vice-presidência, foi designado Thabo Mbeki, um dos principais quadros do CNA, enquanto que a segunda ficará com o ex-presidente Frederick de Klerk.

A nova equipe será formada em sua maioria por quadros do CNA, que ocupará pastas chaves como a da Defesa (Joe Modise), Polícia (Sidney Mufamadi), Relações Exteriores (A. Nzo). Mas o Partido Nacional manterá, entre outros, os importantes ministérios das Finanças, que continuará em mãos de Derek Keys, e das Minas e Energia, que será assumido pelo ex-chanceler “Pik” Botha. A fim de fortalecer o governo de unidade, o ANC deu o estratégico ministério do Interior ao chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, do Inkhata.

RUANDA

O maior êxodo do século

Diante da passividade da comunidade internacional, Ruanda está protagonizando uma das maiores tragédias humanas deste século. O alerta foi dado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acrnur), cujo representante na Tanzânia, Kolude Doherty, afirmou que “o fluxo de refugiados estabeleceu uma marca aterradora nos 43 anos de existência do organismo”.

O funcionário lembrou que, desde 1951, o Acrnur trabalhou em 110 países, mas nunca presenciou nada semelhante ao deslocamento humano que ocorre atualmente pela ponte Rumsumo, entre Ruanda e Tanzânia. “São rios e rios de gente”, descreveu Mau-

reen Connelly, funcionária da ONU naquela localidade.

Desde o início de abril, o assassinato dos presidentes de Ruanda e Burundi, Juvenal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira – ambos da etnia hutu –, provocou uma onda de violência que resultou na morte de mais de 200 mil pessoas. Os massacres, por sua vez, desencadearam um êxodo em massa.

Até agora, as tentativas de solução da crise caíram por terra. Em fins de abril, uma reunião entre membros do governo e representantes da guerrilha Frente Patriótica Ruandesa (FPR), realizada em Arusha, capital da Tanzânia, terminou sem resultados concretos.



Milhares de refugiados fogem da guerra

A gravidade da situação levou o Conselho de Segurança da ONU a enviar 5.500 efetivos para o país. Uma semana antes, o organismo tinha decidido retirar de Ruanda a maior parte das suas tropas.

ISRAEL/PALESTINA

A recuperação de Gaza

Em 23 de maio, depois de sete meses de árduas negociações, Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), e Yitzak Rabin, primeiro-ministro de Israel, assinaram no Cairo o histórico tratado que pôs fim a 27 anos de ocupação israelense na Faixa de Gaza e na cidade de Jericó, na Cisjordânia.

A partir de agora, cerca de 800 mil palestinos – num total de dois milhões que vivem nos territórios ocupados por Israel – poderão administrar aspectos de sua vida cotidiana, embora ainda sob algum controle israelense. Um Conselho de Autonomia, integrado por 24 membros, substituirá a administração de Tel-Aviv à espera de eleições gerais, previstas para outubro. Em cinco anos, entrará em vigor um estatuto definitivo – que deverá ser negociado a partir de 1996 – e só então os palestinos esperam obter sua completa independência.

Os primeiros frutos concretos do acordo foram a libertação de presos políticos por parte de Israel e a substituição

A luta entre forças do norte e do sul do Iêmen torna incerto o futuro desse país, situado na península arábica. Reunificado há quatro anos, o Iêmen passa agora por sua mais grave crise política.

Os atuais choques começaram depois do fracasso do acordo firmado entre o presidente Ali Abdullah Saleh (do norte) e o vice, Ali Salem al-Baidh, que liderou o estado sulista até a fusão, em maio de 1990. O sul, onde vigorava um regime socialista, vem pressionando por uma maior autonomia em relação ao conservador norte, cujos dirigentes islâmicos defendem, entre outras coisas, a imposição da *Sharia* (a lei corânica). Tais pressões foram qualificadas pelo norte como uma tentativa de "secessionismo" e serviram de justificativa para a explosão dos confrontos.

Na verdade, as raízes da atual crise devem ser buscadas na história dos dois países. O Iêmen do Norte foi

IÊMEN Futuro incerto



Forças do sul (foto) tentam se apoderar de uma base do norte

parte do Império Otomano e esteve em poder dos turcos até o fim da I Guerra Mundial, enquanto que o sul foi ocupado pela Grã-Bretanha até 1967.

Mesmo depois da unificação, em 22 de maio de 1990, foram mantidos exércitos, forças policiais, moedas, estações de rádio e televisão e



Soldados palestinos se dirigem para os quartéis israelenses

das forças policiais em Gaza e Jericó por efetivos palestinos. Os primeiros mil prisioneiros, de um total de dez mil, foram libertados no mesmo dia da assinatura do tratado. Israel se nega, por enquanto, a libertar militantes extremistas contrários ao processo de paz, principalmente os fundamentalistas do Jihad Islâmico.

Nas áreas devolvidas, o Exército israelense está sendo substituído por uma força policial palestina, composta por nove mil homens treinados na Argélia, Líbia, Iraque e Iêmen.

meado presidente da Assembleia.

Em junho de 1992, começaram a surgir atritos na aliança e os partidários do PSI foram atacados por indivíduos armados, o que levou Al-Baidh a abandonar a capital, Sanaa.

Em fevereiro último, Saleh, Baidh e outros líderes iemenitas assinaram em Amã um acordo de reconciliação para realizar reformas políticas, militares, econômicas e administrativas, destinadas a superar a crise. Porém, a luta começou poucas horas depois.

Um dos caldos de cultivo da atual crise tem sido o descontentamento popular provocado pela inflação e o alto desemprego, que tem sido capitalizado pelos grupos fundamentalistas pró-Irã. O desemprego chegou a 30% desde que os Estados do Golfo expulsaram 800 mil iemenitas, em represália pelo governo de Sanaa ter apoiado o Iraque na Guerra do Golfo, em 1990.

linhas aéreas separadas.

Como resultado das primeiras eleições multipartidárias, em abril de 1992 assumiu uma coalizão integrada pelo Congresso Geral do Povo (CGP), do norte, o Partido Socialista do Iêmen (PSI), do sul, e o fundamentalista Islah, cujo líder, xeque Abdullah al-Ahmar, foi no-

CAPA

A crise estrutural do sistema produtivo tem gerado índices de desemprego que superam 10% na Europa Ocidental e 6% nos Estados Unidos, e questionado a noção tradicional de trabalho como fator de integração na economia e na sociedade

2 CARTAS

COMUNICAÇÃO

4 Por eleições limpas

ENTREVISTA

8 Muniz Sodré: Estudando os mistérios da mente

EDUCAÇÃO

12 Em busca de soluções brasileiras

HISTÓRIA

16 Ilha de Páscoa: Massacres no umbigo do mundo

CAPA

Desemprego:

18 Um povo em busca de trabalho

23 Um mal que tem cura

ÁFRICA

30 Zaire: Mobutu num beco sem saída

ÁSIA

33 De olho no Oriente

GRANDES REPORTAGENS

Vietnã:

36 As cicatrizes da guerra

37 O desafio da reconstrução

41 Os amigos não se esquecem

42 Memórias de Son My-My Lai

43 Os sonhos de uma jovem

SUPLEMENTO

COMPORTAMENTO

2 Amar como se não houvesse amanhã

11 A influência das mulheres

INTERCÂMBIO

6 Brasil-Cuba: Uma parceria produtiva

EDUCAÇÃO

7 América Latina no Paraná

8 PINGUE-PONGUE

12 PANORAMA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

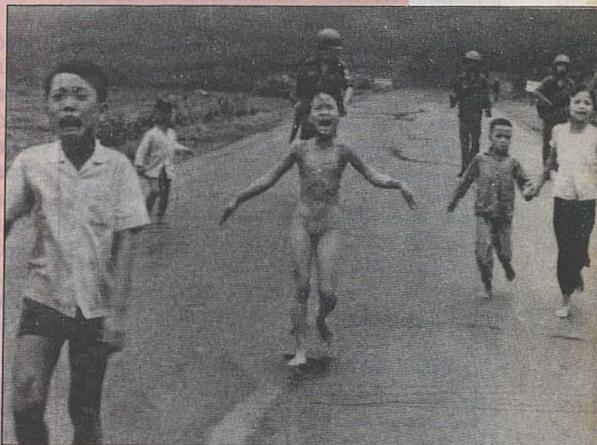
➤ *O inusitado crescimento da Ásia oriental pode levar o Ocidente ao paradoxo de apostar nessa região como única opção real para sair da recessão*

➤ *Grandes Reportagens: dez anos após o fim da guerra no Vietnã, cadernos mostrava os esforços para reconstruir um país arrasado, a dor de uma sobrevivente do massacre de My-Lay e os sonhos de uma das milhares de crianças queimadas com napalm*

➤ *Reunidos em Curitiba, jornalistas de todo o país decidem mobilizar a opinião pública pela ética dos meios de comunicação na cobertura da campanha eleitoral*



33



36



4

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Urugua) e Juan Somavía (Chile)
REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Urugua)
REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço
FOTOS: A. C. Júnior
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes
PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraq), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720. CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (042) 224182, Recife - (081) 224-4486
/224-1421, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061)
226-6644 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1912,
Rio - (021) 252-7440/232-3372, SP - (011)
573-8562/571-9871, Porto Alegre - (051) 227-4772,
Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041)
264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034)
333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536,
Macapá - (096) 222-0855, Maceló - (082) 326-4922,
Salvador - (071) 242-2077

CARTAS

Progresso

Sou estudante de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), e gostaria de parabenizá-los por esta publicação de alto nível e extrema importância para todas as pessoas verdadeiramente interessadas em refletir sobre os problemas que atormentam os chamados países do Terceiro Mundo, por causa do injusto sistema econômico no qual o planeta está mergulhado.

O mundo é constituído de seres humanos que juntos movimentam a história. Alguns colaboram para que a marcha do tempo caminhe progressivamente, enquanto outros preferem regredir, fazendo com que outras pessoas sobrevivam, por vezes, em estados inenarráveis de miséria absoluta.

Vocês bem sabem que há muito mais a dizer e que esta análise, sozinha, é muito simplista. Continuem a manter a marcha da história sempre em progresso, apesar de todas as dificuldades impostas pelos "donos da comunicação" neste país, dispostos a tudo para acabar com a história. A educação é a única saída viável!

Jacqueline Ribeiro Cabral

Rio de Janeiro - RJ

História

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-los, pois a revista é ótima e, para mim, imprescindível, visto que sou professora de História e trabalho numa linha crítica.

Vânia Borba Guterres

Camaquã - RS

Casa das Américas

Na qualidade de membros do júri do prêmio Casa de las Américas em 1994, como testemunhas do esforço que representa para Cuba sua promoção e da seriedade com que a Casa das Américas encara sua organização, anunciamos que o prêmio completa 35 anos de existência.

Além de conceder prêmios a escritores de língua castelhana, a Casa contempla o Brasil com a categoria Língua Portuguesa, que alterna gêneros literários: poesias e contos num ano; romances, peças teatrais e livros infantis ou juvenis no outro. Neste ano, participaram cerca de 80 obras brasileiras. O autor do romance vencedor, Décio Orlando, receberá um prêmio em dinheiro e terá seu livro publicado numa tiragem de dez mil exemplares.

A Casa das Américas oferece ainda aos brasileiros a possibilidade de participarem com obras ensaísticas ou teses. Para 1994, concorreram trabalhos de caráter social e histórico, além de textos sobre a condição feminina, numa categoria especial. Em 1995, concorrerão ensaios sobre literatura, poesias e contos na categoria de ficção em língua portuguesa.

Se você tem ou conhece textos que possam concorrer, basta enviá-los em três cópias para a embaixada cubana - Lago Sul, QI 5, conj. 18, casa 1, CEP: 70481-900, Brasília, DF - ou para o consulado de Cuba em São Paulo - Av. Rebouças, 955/2, CEP: 05401-100, SP. A inscrição é até dia 30/11/94.

Para assinar a revista Casa de las Américas, entre em contato com Rafael Hidalgo, no consulado em São Paulo. Acreditamos que os esforços dos cubanos em manterem uma atividade cultural em seu país, com projeções para toda a América Latina, devem ser apoiados.

Valéria De Marco, Ronaldo Lima, Ana Miranda e Emir Sader

Rio de Janeiro - RJ

Sociedade alternativa

Gostaria de parabenizar a todos os que trabalham para manter essa valorosa fonte de informações que é a revista **cadernos do terceiro mundo**. Foi através da reportagem publicada em setembro de 1992, "A sociedade da felicidade", que tive conhecimento da Sociedade Yamaguishi do Brasil, fundada por algu-

mas pessoas, entre elas Romeu Mattos Leite e Isack Minowa, idealistas, que levaram avante um sonho. Sou também uma pessoa insatisfeita com as desigualdades sociais e com a exploração do mais fraco pelos poderosos, luto pelo estabelecimento de uma democracia verdadeira, com participação popular e respeito pela opinião do próximo.

Por isso, peço que publiquem o endereço da Sociedade, pois preciso de mais informações e gostaria de contactar seus membros.

Saló-Judson Alves Meira
Bom Jesus da Serra - BA

O endereço da Sociedade Yamaguishi é Rodovia Campinas Mogi-Mirim, km 138, Jaguariúna - São Paulo, CEP: 13820. O telefone é (0192) 97-1173, fax (0192) 97-3034.

Evangélicos

Sou leitor assíduo dessa revista há mais de dois anos. Achei muito oportuno o suplemento do nº 164, sobre o crescimento dos evangélicos no Brasil, pois sou evangélico há 12 anos e essa mudança, para mim, foi para melhor, pois eu não tinha paz espiritual e hoje desfruto desta paz maravilhosa que há em Jesus Cristo.

Acho que a Igreja católica deixou uma lacuna, pois o serviço eclesialístico foi deixado de lado, a ajuda espiritual também, e a Igreja se envolveu em muitas questões políticas. Enquanto estivermos nessa terra, temos que reivindicar nossos direitos, mas também temos que separar as questões políticas das espirituais.

Gostaria que vocês abordassem o tema da terceirização e quem ganha com essa nova atividade.

Thon Carlos Xavier
São Paulo - SP

Leitor poeta

Estou renovando minha assinatura, apesar de passar por difi-

dades financeiras, mas sei que vale a pena porque esta revista traz artigos muito interessantes, onde encontro inspiração para escrever. Sou poeta e também crítico literário e gostaria de saber se existem associações de poetas no Rio de Janeiro ou outra parte do país com as quais eu pudesse entrar em contato.

Valter Figueira
Alta Floresta - MT

Não conhecemos associações de poetas, mas os interessados podem entrar em contato com você através da revista.

Colaborador

Venho oferecer um trabalho, a título de colaboração, que trata de pesquisa e resgate cultural de uma manifestação folclórica trazida nos primórdios da colonização portuguesa e teve sua primeira apresentação na região de Campos, a 7 de outubro de 1730. É a Festa de Santo Amaro, ocorrida por volta de 1733-1736, quando foi construída a primeira capela em honra ao santo.

A festa é uma das mais antigas da região e ainda preserva elementos tradicionais (como a representação da presença de jesuítas e a chegada de monges beneditinos a partir de 1648), aliados à introdução de novos elementos culturais, dada a diversidade cultural característica de nosso país.

Há também um colégio muito antigo, o Liceu de Humanidades de Campos, do tempo do Império, onde estudaram pessoas ilustres, algumas chegando até a Presidência da República.

Ricardo Gomes
Campos - RJ

O seu trabalho será avaliado para possível aproveitamento.

INTERCÂMBIO

• **Eliana Rodrigues de Souza**
R. Pedro Moacir, 31/ bl.C, apt 402
Três Vendas
96020-550 Pelotas - RS

• **María Florido Sánchez**
Calle 125 n: 27211 e/ 272 y 274
Pueblo Nuevo
40200 Matanzas - Cuba

• **Kênia Rocha**
R. Lúcio de Oliveira, 75
Floramar
31760-550 Belo Horizonte - MG

• **Jacqueline Ribeiro Cabral**
R. Henrique Cordeiro, 160/ 209
Barra da Tijuca
22631-040 Rio de Janeiro - RJ

• **Saló-Judson Alves Meira**
Pça Vitorino José Alves, 50
45263-000 Bom Jesus da Serra - BA

• **Associação dos Funcionários da Itamarati Norte**
Caixa postal 89
Itamarati Norte
78360-000 Campo Novo do Parecis - MT

• **Yaimí Vargas**
Ave 47 c/o 48 y 50 # 4811
San Nicolás
33200 La Habana - Cuba

• **Francisco de Assis Pereira**
Vila das Unitins, casa 38
Setor Flamboyant II
77650-000 Miracema - TO

• **Elsa Hernández Rodill**
Ave 5ta nº 827 e/ 8 y 10
Caibarién
52610 - Villa Clara - Cuba

• **Valter Figueira**
Rua D, nº 7
Caixa postal 090
78580-000 Alta Floresta - MT

• **Carlos A. Quindemil**
Calle 47 e/ 30 y 32 # 3008
San Nicolás de Baris
33200 Habana - Cuba

Por eleições limpas

Fotos: Julio Covelo

Reunidos em Curitiba, jornalistas de todo o país decidem mobilizar a opinião pública pela ética dos meios de comunicação na cobertura da campanha eleitoral



Durante cinco dias, os jornalistas participaram do Congresso Nacional da categoria

Carlos Lopes

As eleições marcadas para outubro, que vão promover uma renovação da Presidência da República às assembleias estaduais, são um passo decisivo para o fortalecimento da democracia e exigem uma fiscalização redobrada contra os abusos do poder econômico e a manipulação do noticiário da mídia.

Reunidos no 26º Congresso Nacional, realizado na cidade de Curitiba de 19 a 23 de abril, jornalistas brasileiros assumiram o compromisso de desenvolver uma intensa ação pela ética na campanha eleitoral, fiscalizando a atuação dos veículos de comunicação em todo o país.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que promoveu o encontro juntamente com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, quer mobilizar a opinião pública criando comissões de vigilância da mídia (regionais e nacional). Estas comissões, que deverão ter a mais ampla representação dos segmentos sociais, terão a incumbência de acompanhar o noticiário e a programação das emissoras de rádio e TV, visando a assegurar a transparência na cober-

tura e com isso garantir o direito básico à informação.

Os jornalistas defendem ainda a criação do cargo de *ombudsman* da mídia (que seria ocupado por uma personalidade reconhecida publicamente e sem vinculação com os partidos políticos). A ele caberia comentar o trabalho das comissões e opinar sobre a cobertura das eleições. A idéia é pleitear, junto aos tribunais regionais eleitorais, um espaço no horário eleitoral gratuito para a participação crítica do *ombudsman* da mídia.

Todas as denúncias contra os meios de comunicação deverão ser formalizadas ao Ministério Público, aos tribunais regionais eleitorais e ao Tribunal Superior Eleitoral. A categoria propõe ainda a instalação informal do Conselho de Comunicação Social - previsto na Constituição e já regulamentado, embora ainda não constituído -, para que o órgão venha a formular políticas de comunicação e análise da conduta dos veículos no processo eleitoral.

Concessões - O Congresso Nacional dos Jornalistas considerou inadmissível a regulamentação do capítulo da

Constituição que trata da Comunicação Social (artigos 220 a 224), com a reformulação de toda a legislação sobre radiodifusão. Em ano de eleições gerais, a categoria alerta para a possibilidade de abertura de uma nova temporada de distribuição de concessões para emissoras de rádio e TV.

Com base em declarações do ministro das Comunicações, Djalma Moraes, favoráveis à distribuição de 500 novos canais até o final do governo, o que se teme é a repetição do verdadeiro "festival" promovido pelo então presidente José Sarney entre março de 1985 e outubro de 1988, quando foi promulgada a atual Constituição. Foram 1.028 concessões (metade das outorgadas de 1922 até 1985), assim discriminadas: 82 canais de TV, 632 rádios FM e 314 rádios AM.

Os jornalistas denunciam que um número significativo de emissoras de rádio e TV está operando com o prazo de concessão vencido. Segundo reportagem publicada no *Jornal do Brasil* de 8 de maio, somente no dia 1º daquele mês venceram os prazos de 589 licenças. O jornal contabiliza 1.561 emissoras irre-

Concessões e permissões outorgadas no governo Sarney de 1985-1988

Tipo de serviço	1985	1986	1987	1988*	TOTAL
FM	66	91	143	332	632
OM	47	50	53	164	314
TV	14	13	12	43	82
TOTAL	127	154	208	539	1.028

*Até 5/10/1988, data da promulgação da Constituição.

Fonte: Ministério das Comunicações e Diário Oficial da União. (Apud Fenaj: "Proposta dos jornalistas à sociedade civil", 1991)

gulares (quase a metade do total em operação, que é de 3.189).

Na lista figuram emissoras da Rede Globo (Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife) e do SBT – a segunda rede nacional de TV. O processo de renovação passa pelo parecer técnico do Ministério das Comunicações e vai ao presidente da República, antes de seguir para

o Congresso, onde é submetido à votação nominal. Mas o governo não parece ter pressa. A concessão para rádios vale por dez anos e para TV, 15 anos.

O Congresso dos Jornalistas recomenda a todos os sindicatos da categoria que trabalhem pelo fortalecimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – reunião de cerca

de 4 mil entidades e de partidos políticos. A Fenaj deverá empreender esforços junto ao fórum para que o Congresso retome as negociações com vistas à aprovação da Lei de Informação Democrática (LID). Entre os projetos de legislação específica, a categoria dará especial atenção aos seguintes pontos: radiodifusão e novas tecnologias de comunicação; coibição de monopólio e oligopólio; regionalização da produção e estímulo à produção independente.

Globalização

O 26º Congresso Nacional dos Jornalistas contou com a presença do presidente da Organização Internacional dos Jornalistas, o moçambicano Manuel Tomé, e da representante da Federação Internacional dos Jornalistas, Kátia Gil, da Venezuela. Além do processo de discussão de teses que desembocaram numa reunião plenária, os 650 profissionais que compareceram ao encontro puderam participar de cursos e *workshops*. Em quatro grandes painéis foram debatidos temas como a globalização da economia e da comunicação; os sistemas de comunicação e a autonomia do mercado; as relações entre imprensa, poder e a cultura da fome; e o perfil do jornalista num mundo em reestruturação.

José Maria Durán, editor de política do jornal argentino *Página 12*, comparou a globalização da eco-

nomia a uma ditadura que desprezita as características regionais e as diferenças existentes entre os diversos públicos, impondo as mesmas mensagens, embora reconhecendo a integração como o fator positivo desse processo. Para o sociólogo, jornalista e escritor Theotônio dos Santos, os símbolos da sociedade são cada vez mais globais. "Não se pode construir uma sociedade sem respeitar o pluralismo e a diversidade", afirmou.

Para combater o monopólio da informação, os dois convidados do

congresso falaram sobre a necessidade de uma redefinição das leis de mercado, da publicidade e do que é público e privado nos meios de comunicação. Durán defendeu a participação da sociedade civil nos veículos e lembrou que a comunicação "tem proprietário, mas é uma função pública".



Durán, editor do "Página 12"

Retrato inédito – Constatando que até hoje o país não produziu, com base em métodos científicos, um perfil do universo de proprietários dos veículos de comunicação, a Fenaj deverá estabelecer convênios com agências de financiamento e universidades para a elaboração do Projeto Recom – Retrato da Comunicação no Brasil.

O projeto tem abrangência nacional, englobando revistas, redes de TV, redes de rádio via satélite em transmissão simultânea, redes de rádio com transmissão periódica; emissoras de rádio AM, revistas em geral; revistas técnicas especializadas, e editoras de livro.

Na justificativa do Projeto Recom é indicada a existência de uma forte concentração de veículos diferentes nas mãos de um mesmo grupo econômico, numa espécie de "propriedade multimídia", em que cada um desses veículos reforça o outro. É observado também que a quase totalidade dos veículos com maior poder na formação da opinião pública brasileira está nas mãos de nove proprietários ou nove famílias, quais sejam: Marinho (Globo); Abravanel (SBT); Saad (Bandeirantes); Bloch (Manchete); Frias (Folhas); Mesquita (Estado de S. Paulo); Civita (Abril); Sirotski (RBS); Nascimento Brito (Jornal do Brasil).



No documento final do 26º Congresso Nacional, os jornalistas reafirmam o compromisso com a defesa da liberdade de expressão e de imprensa e com o direito à informação. cadernos do terceiro mundo reproduz os principais trechos do documento

Carta de Curitiba

- As eleições deste ano assumem um caráter decisivo, à medida que oferecem a oportunidade para que sejam impulsionadas as mudanças reivindicadas pela sociedade. A partir do histórico processo de *impeachment* de Collor, que se transformou num marco desta luta contra a corrupção, tornando o Estado refém dos interesses privados, a sociedade passou a exigir profundas mudanças na estrutura política brasileira. A despeito dessa vitória, o projeto neoliberal continua sendo implementado. As necessárias reformas do papel do Estado devem colocá-lo a serviço dos interesses de toda a população.

- Entendemos que as mudanças reivindicadas pela sociedade só virão pelas mãos de um governo profundamente identificado com as aspirações populares. Por esta razão, refutamos as composições políticas articuladas pelas forças conservadoras com o claro objetivo de perpetuar privilégios e preservar o *status quo*. A sociedade não tolera mais a repetição de pactos das elites que pretendam esvaziar os movimentos populares, como ocorreu há dez anos, na histórica campanha das diretas para presidente. Só terá êxito um governo com forte base de apoio na sociedade civil organizada.

- A luta contra a inflação não pode dar lugar a manipulações eleitoreiras que só conduzirão o povo a novas frustrações. Neste sentido, alertamos a sociedade para o plano de estabilização econômica que vem sendo implantado pelo governo, distante dos interesses sociais, penalizando os assalariados e a população de um modo geral.

- A democracia só pode ser fortalecida mediante o respeito às regras democráticas. Para tanto, é fundamental garantir a lisura do processo eleitoral, por meio de uma atuação vigorosa da Justiça Eleitoral no sentido de coibir as práticas de abuso econômico e a manipulação do processo político pelos meios de comunicação social. Os jornalistas assumem o compromisso de desenvolver uma eficaz ação pela ética na campanha eleitoral, fiscalizando a atuação da mídia. Entendemos que, sobretudo as emissoras de rádio e TV – concessões do Poder Público – devem assegurar a pluralidade e o direito de manifestação aos diferentes segmentos da sociedade.

- Verificamos com preocupação a tendência da oligopolização dos meios de comunicação de massa no país. A concentração da sociedade dos veículos de comunicação existentes torna-se uma permanente ameaça à liberdade de imprensa e ao próprio regime democrático. Insistimos na necessidade inadiável de instalação do Conselho de Comunicação Social, que pode transformar-se num poderoso instrumento de participação da sociedade na definição de políticas democráticas para a estratégica área da comunicação. Reivindicamos do Congresso Nacional medidas moralizadoras na análise dos processos de outorga e renovação de concessões.

- A liberdade de imprensa não se encerra nos estreitos limites da liberdade de empresa, como querem os apologistas do neoliberalismo. O livre mercado não assegura a pluralidade da informação. Por esta razão, reafirmamos a necessidade de se criar no país um Sistema Público, complementar aos sistemas privado e estatal, nos termos da Constituição.

- As insistentes pressões dos setores patronais a favor da desregulamentação da profissão do jornalista constitui-se numa permanente ameaça à organização da categoria. Rejeitamos as constantes campanhas orquestradas por setores empresariais da área de comunicação pelo fim da exigência do diploma para o registro profissional.

- Por fim, nós, jornalistas, assumimos compromisso público com a construção da cidadania plena, que implica a garantia das liberdades fundamentais e de condições dignas de vida para todos os brasileiros. Entendemos que todas as iniciativas que visem a mobilizar a sociedade em torno deste objetivo merecem o engajamento dos jornalistas.

Curitiba, 23 de abril de 1994.

BR

TEM COISAS QUE SÓ ACONTECEM NA CASA DA GENTE.

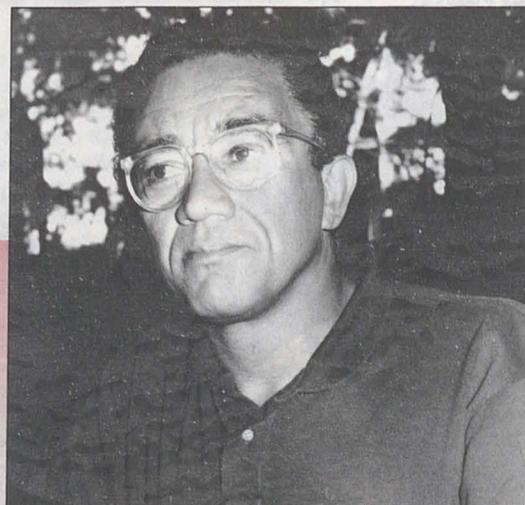
Os mais avançados e modernos óleos do mundo. Combustíveis de primeira. Novidades tecnológicas que garantem rapidez nos serviços e no abastecimento do seu carro. E para completar, aquela atenção que você só recebe na casa de um brasileiro. É por estas e por outras que não dá pra se desligar da casa da gente.

BR Postos
PETROBRÁS

POSTO PETROBRÁS. VOCÊ SABE QUE É DE CASA.

Estudando os mistérios da mente

Teórico de comunicação analisa o paranormal Thomas Green Morton, que ressuscita pequenos animais, verte perfume do próprio corpo e viaja no espaço, materializando-se e desmaterializando-se



Elias Fajardo

Um espanto. O professor Muniz Sodré de Araujo Cabral, coordenador de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos teóricos brasileiros mais respeitados no campo da comunicação, lança sua última obra, *Jogos extremos do espírito*, dedicado ao paranormal Thomas Green Morton.

No livro, Muniz lista o que Thomas é capaz de fazer: produzir ou transportar objetos; fazer queimar sem fogo ou chama visíveis; acender lâmpadas de uma rua sem tocar em interruptores; extrair tumores, cálculos ou sangue; transmutar, transformando papel laminado em metal pesado ou fazer ouro a partir de metal ordinário; fazer surgir raios ou luzes no ar; duplicar objetos; reconstituir dinheiro queimado; transformar, em alguns minutos, uma gema de ovo não-galado em pinto; produzir perfume saído do próprio corpo, ressuscitar peixes e pássaros; levitar ele próprio, Thomaz, ou fazer levitar objetos leves ou pesados; projetar-se ou teletransportar-se a distância, fazendo em instantes um percurso de 160 quilômetros.

Diante de fenômenos como esses, há duas reações mais comuns: deslumbrar-se ou dizer que é tudo mentira. Muniz Sodré tenta o caminho do meio, ou seja, procura traçar uma antropologia dos acontecimentos e personagens paranormais, algo tão comum no Brasil.

■ Por que você escreveu este livro?

– Minha intenção é rediscutir algo que abrange ciência e religião, que é o dogma da consciência. O Ocidente vive sob o império dela, entronizando-a como a única forma de conter, gerar e produzir razão. A consciência, portanto, é uma forma de dominação.

E entende-se como consciência uma operação reflexiva, no máximo uma reflexão sobre si mesma... Quer dizer, uma cobra que morde sua própria cauda.

Procurei historicizar a consciência, pois nem sempre ela existiu; ela surgiu num determinado momento histórico. Além disso, há no nosso dia a dia comportamentos reflexivos, instantâneos, automáticos, e não necessariamente conscientes. É possível até aprender sem a consciência. Quando toco piano ou dirijo carro, a consciência não está em ação. Aí atua apenas o processo motor, mecânico, aperfeiçoado e refinado.

A partir do exemplo do paranormal, repenso a consciência, e os dogmas que se seguiram a ela. Considera-se que a única verdade possível do conhecimento é a ciência, e a única verdade possível da fé é a religião. Quero apontar que existem outras verdades.

Não acredito em verdade como coerência absoluta, entendendo-a como um modo de ver o real tal e qual ele se dá e se apresenta. Esse é o conceito indiano de verdade. É isso que o Vedanta, que os *Upanishads* (textos sagrados indianos) dizem; ou que os negros africanos também estão dizendo.

■ *Você diz que, na aflição de uma situação limite, o indivíduo experimenta brechas na sua personalidade que subvertem sua estrutura psicológica. Nem todo mundo que vive uma situação limite se ilumina ou vira paranormal, mas isso acontece a muitos. Como vê esse processo?*

– Quanto às pessoas com poderes parafísicos, acho que se dá nelas uma intervenção do que chamo de *physis*, o poder de transformação presente na natureza. No mesmo tempo que a planta se mostra crescendo, é oculto o seu processo de florescimento. Ela brota e se mostra, mas ao mesmo tempo se retrai. Nessa retração há uma força de tração. É como nadar: puxo e retraio

a mão para trás, mas sou impulsionado para a frente. Ou seja, no fundo, é o recuo que me leva na natação.

Ora, todo movimento de tração, antipartícula, é contrário ao movimento para a frente, a força. Então, enquanto os poderes da consciência e da vigília se retraem em determinadas circunstâncias, geram força. Quando uma partícula encontra uma antipartícula em determinadas circunstâncias, a explosão das duas gera energia. Que circunstâncias são essas? Eu diria que são circunstâncias de alma.

A respiração pode ter influência em certos casos. Os fenômenos parafísicos, embora possam ser considerados um dom, podem também aparecer controladamente, educativamente. A tradição indiana indica que, através da respiração, é possível aprender a provocá-los.

■ *Você considera que os fenômenos parafísicos pertencem à physis, que é o poder transformador da natureza. É isso?*

— É isso. Só que eles não são banais. Eles são extraordinários, digamos, em relação a uma apropriação cognitiva que fazemos do mundo, chamada razão.

A razão do Ocidente é uma tecnologia, quero deixar claro isso. Nosso racional tem parâmetros, regras, técnica.

Então, há uma técnica também nesses fenômenos parafísicos, só que ela é irônica, e acaba sendo desvirtuadora da realidade porque perdemos a oportunidade histórica de nos debruçarmos para dentro de nós.

Os hindus, pela ascese e pela yoga, conseguem chegar a alguns desses fenômenos, embora isso não seja uma finalidade para eles. Não é um fim, isso é secundário. Mas para alguns, fazer aparecer fenômenos espantosos é o principal.

Existe também uma tecnologia interna, para dentro. O Ocidente tem uma tecnologia para fora, para construir avião, edifício, fazer objetos e armas. Enquanto isso, há uma tradição na Índia, onde, aliás, partiu boa parte desse conhecimento, que é para dentro. Até as matemáticas, na Índia, de certo modo, são para dentro, senão você não explicaria o fenômeno de um famoso matemático completamente analfabeto. Ele nunca foi à escola, era um caixeiro de loja, e começou, de repente, a fazer equações...

■ *Esses fenômenos parafísicos não são sujeitos à repetição intencional, na hora em que o indivíduo que os possui quer. Aí, surge o dilema do paranormal que se sente na obrigação de mostrar algo para o cético e algumas vezes cai na tentação de fraudar. Como é isso?*

— A fraude é uma questão antropológica. Ela tem vários níveis. Se sabe, por exemplo, que a simples simulação de um ato médico qualquer é capaz de gerar efeitos.

No início, o Thomaz Morton simulava as operações dele, no estilo Zé Arigó. Dizem que o célebre médium mineiro Arigó cortava realmente, metia a faca no olho do doente. Mas o Thomaz não tocava, ele simulava...

■ *E tinha o mesmo efeito?*

— Tinha o mesmo efeito. Foi o Zanata (especialista em alimentação natural que teve grande influência sobre Morton) quem lhe disse: "Você pode deixar de simular". E isso ele deixou de fazer, tanto que não toca hoje naquele que cura. Mas cura.

Temos o exemplo do cartunista Henfil, irmão do Betinho. O Henfil conheceu bastante o Thomaz, que o tirou do coma, mais de uma vez, no hospital, quando ele já estava na fase terminal da Aids. Bem antes disso, Henfil tinha pedra no rim e o Thomaz tirou-a simplesmente materializando-as na mão dele.

■ *Mas então de onde vêm as acusações de fraude?*

— A simulação implica uma fraude, quer dizer, você aparentemente realiza um ato que não realiza. Mas, na verdade, tudo o que acontece tem força. Inclusive a fraude.

A propósito dos livros do Carlos Castañeda, as pessoas discutem se o índio mexicano Don Juan existiu mesmo. Para mim isso não tem importância, estou mais interessado no texto. Tem um episódio no livro muito significativo. Espantado, Castañeda constata que o carro dele sumiu. E ele pergunta a um dos bruxos: "Mas, desapaareceu realmente, não foi uma ilusão?" Os caras se torcem de rir e respondem: "Tudo o que acontece, acontece realmente". Isso significa que até a fraude é capaz de efeitos.

Mas esse é um certo nível de fraude. Há também a fraude mistificatória. Suponho que todos os paranormais famosos em um dado momento começam a fazer pequenas fraudes. No fundo, eles não suportam não controlar o incontrolável. Porque essa força é incontrolável, já que imprevisível.

■ *Você diz que um ceticismo excessivo na platéia atrapalha que o fenômeno aconteça.*

— Atrapalha. Thomaz tem um controle relativo desses fenômenos. Recentemente, eu estava num restaurante em Copacabana, numa mesa com ele e umas 30 pessoas. Ele resolveu me prestar uma homenagem: verteu perfume de rosas; eu sugeri mudar para sândalo e mudou. Depois mudou para perfume francês.

■ *Alguém na mesa havia sugerido este perfume francês...*

— Então, Thomaz se concentrou no livro que escrevi sobre ele, fez um esforço terrível, ficou muito vermelho e começou a pingar, brotar perfume de seu corpo. Num instante, você está diante do maravilhoso, um sujeito

"Tudo o que acontece tem força. Até a fraude é capaz de gerar efeitos"

cujo corpo é uma usina de perfume. No centro da testa, Thomaz tem uma mancha. De repente, esta mancha começou a crescer, se acendeu, ficou vermelha.

O fato de seu carro andar sozinho, sem ninguém dirigindo, não é do controle dele. Ele estava sentado atrás do volante; ele foi jogado, arremessado para o lado oposto, para o lado do acompanhante do motorista, como eu jogaria esse lápis aqui. Foi uma coisa até meio violenta. Aí o carro arrancou a toda velocidade, e o carro fez tudo na estrada sem ninguém dirigindo. O carro pára, ele sai, e o carro anda de novo, vem atrás dele como um cachorrinho. E tem vídeo mostrando isso.

■ **Mas outras pessoas fazem coisas assim...**

– Em Nova Iorque tem um sujeito que se deixa vender os olhos e depois dirige pela cidade inteira dessa forma. Quando termina, ele diz: “Olha, isso é truque, mas eu pago para ver quem quiser fazer o mesmo”.

■ **Mas o Thomaz é muito mais extraordinário...**

– Eu não gosto de relatar casos porque o Jung mesmo diz: “Relatar casos isolados não significa nada”. Você acaba entrando nodescrédito exatamente no relato, porque parece que está deslumbrado.

Mas sei – e nem botei isso no livro – com certeza absoluta de gente que saiu da casa dele em Pouso Alegre, que normalmente dá umas quatro horas até o Rio, e chegou aqui no Rio uma hora antes da que saiu de lá.

■ **Viajou no tempo...**

– Mas não foi só uma vez, foram várias vezes, com ele no carro. Uma vez, num jantar na casa de Dona Inês Besouchê, de repente Thomaz sumiu e foi aparecer no Méier, sentado numa cadeira de barbeiro. Ele tem barba e pensou em fazer barba; sumiu e apareceu numa cadeira de barbeiro. E no salão do barbeiro, onde tinha até uma fila, ninguém entendeu como ele apareceu sentado com uma toalha no pescoço.

■ **Por trás disso tudo, você está interessado em discutir o ato de crer?**

– Não espero que as pessoas acreditem nisso. Estou discutindo o ato de crer. Acho, inclusive, que não crer pode ser, em certos casos, muito são. Porque o senso comum estabiliza a consciência, é uma coisa importante. O senso comum nos garante uma certa estabilidade de representações, de crenças.

■ **Então, como transitar harmoniosamente entre o ceticismo e a credence?**

– Há o cético universal e o crente universal. Acreditar ou não, não tem nenhuma importância. Crer ou não em Deus é uma questão boba. Um Deus que precisa que alguém acredite nele não tem força nenhuma. Não é divindade. O divino simplesmente toma ou não

toma alguém. Como nos cultos do candomblé, onde a hipótese da divindade vem e toma o corpo da pessoa.

■ **Por trás do Thomaz não há também a questão do poder? Um cara que materializa dinheiro, dissolve pedra na barriga do Henfil, não fica inebriado por esse poder?...**

– Fica... Mas os grandes mestres indianos jamais deram grande colher de chá para os poderes terrenos. Para eles, espiritualidade é independência ou liberação, não é sublimação na direção de um espírito desencarnado, de um absoluto.

Ninguém pode viver sem o ego. Mas, por outro lado, você só é o que é quando se libera do ego. E a gente se libera em instantes, em centelhas, em que você vê o real, o que os hindus chamam de *prana*. Você vê o si mesmo. Que é algo além do ego, é o ato de viver e respirar, de sair da ilusão da representação e da linguagem.

Mas o real, quando aparece, é como uma estrela que cintila no céu, morre em seguida, mas tem uma energia gigantesca nessa aparição e desaparecimento...

■ **E pode guiar as nossas procuras...**

– Exatamente. Para os gregos antigos, era no movimento de aparecimento e desaparecimento que a verdade se dava. A verdade se dá numa tensão entre o que se mostra e o que se oculta.

O pensamento questionador à consciência nos convida sempre a fazer a experiência de ultrapasse dos limites dela.

A diferença não é o outro, ela é minha relação com o outro. A diferença é aquela zona fronteira entre o determinado, que sou eu, e o indeterminado, que é o outro.

E onde é que está o real nisso? O real está sempre bêbado, pois oscila entre um lado e o outro. A diferença bêbada entre um lado e o outro oscila e, nessa oscilação, fico tonto e vejo o real. Eu posso ver ou não o real. Portanto, é um risco.

■ **Mas ninguém pode viver o tempo todo em situação limite...**

– Quando a experiência do limite passa, você volta ao ego, porque não é possível viver sem ele, já que ele é um grande orquestrador de ilusões e a ilusão é um dos caminhos de acesso ao real.

Temos de conviver com a radicalidade do instante. É a lógica da inspiração que faz com que, diante de 22 jogadores, Pelé veja o campo por inteiro num segundo e, a partir daí, faça o gol. Evidentemente, ele não está pensando nos filósofos pré-socráticos porque provavelmente não os estudou. Mas ele segue a lógica da inspiração, da ocasião, da oportunidade. Aí, não há homem e bola como sujeito e objeto separado. Ou seja, ele era a bola também. A metamorfose com o objeto, que certos artistas conseguem, é a mesma coisa: Pelé com a bola, Cézanne com a maçã que pintou.

“Estou discutindo o ato de crer. Não acreditar às vezes pode ser muito sadio”

■ *Mas você vê a linguagem como um elo entre o mundo dos pensamentos e o mundo físico. Já que agora está lidando com o mundo para-físico, a linguagem auxilia ou atrapalha?*

– Durante muito tempo dei aula de Teoria da Linguagem. O Saussure diz que a linguagem é uma coisa, o real é outra. Mas a maioria dos processos esotéricos diz o contrário, que os dois são a mesma coisa. Haveria uma correspondência entre o som, a palavra e o real. Alguns mantras têm efeitos físicos. Em Chicago, constatou-se que um mestre hindu foi capaz de apagar um incêndio com mantra.

Quanto a mim, levanto a hipótese de que o signo não é sempre arbitrário, estou tentando relativizar a hipótese saussureana da arbitrariedade do signo. Porque com o Thomaz isso me parece evidente.

■ *Alguém fala o nome de um perfume e ele o materializa.*

– Tem outros exemplos. Quando sentiu pela primeira vez o perfume de uma cesta de maçã verde, ele ficou encantado e passou a produzir em seu corpo este cheiro. E também o aroma do limão verde que tem na casa dele.

■ *Quer dizer, há uma interação de Thomaz com o ambiente...*

– É possível que a palavra sândalo evocasse nele um cheiro conhecido, para mim é um mistério. Mas o fato é que a palavra sândalo desencadeou nele o efeito de produzir perfume no próprio corpo.

■ *É uma coisa física...*

– Portanto, a palavra faz. Eu diria que é uma radicalização da teoria de um lingüista inglês, que divide os verbos entre performativos e constativos. Quando você diz: “A Terra é redonda”, é uma constatação. Mas quando se fala: “Vou convencê-lo da autenticidade desse fenômeno”, trata-se de uma promessa. Mas na promessa eu já tenho uma ação. Eu diria que Thomaz Morton radicaliza a performatividade da linguagem.

■ *Mas nessa sociedade materialista, como lidar com esse tipo de problemas?*

– Na pós-modernidade, onde a questão do paradoxo volta inclusive através da física, talvez o ser humano do futuro expanda sua consciência e lide com essas coisas mais naturalmente. Talvez até o homem ocidental esteja ficando mais esperto. Tudo parece ter sido uma astúcia histórica do Oriente. É como se os orientais tivessem dito: “Olha, vamos entregar isso aqui para o comércio, mas não vamos dar o ouro para os ocidentais, que essa gente talvez não mereça”.

■ *Você diz que o jornalismo traduz o senso comum, e tende a seguir a ciência no que ela tem de pior, ou seja, a tentativa de desmistificar tudo. Isto revelaria uma certa onipotência da mídia. Como é isso?*

– A mídia vai ao fundo a partir das possibilidades do seu próprio código, de registro de acontecimentos. Ela tem um quadro de referência prévio que já foi determinado, de forma não muito consciente por um grupo profissional de jornalistas, e ele quer sempre encontrar o que já sabe.

Me lembro de uma jornalista francesa do *Jour de France*, que publicou uma matéria sobre o assunto. Ela estava convencida da veracidade dos fenômenos, até o instante em que, conversando com o Thomaz com uma nota de dinheiro brasileiro na mão, ela a deixa cair e se abaixa para apanhá-la. Quando se abaixa, ela reencontra uma nota de franco francesa. Thomaz disse: “Transmutou-se em franco”. E ela então ficou convencida, a partir desse momento, que ele era um vigarista. E escreveu isso no *Jour de France*. Ela não tinha nenhuma prova, simplesmente disse: “Isso é demais para mim. Tem que ser um truque”. Acontece que ele faz notas compostas: pega uma nota de cruzeiro, transforma metade em ien japonês e metade em dólar, as duas ligadas. Com séries autênticas, papel real. E ela escreveu que era um vigarista. Olha que onipotência, que arrogância.

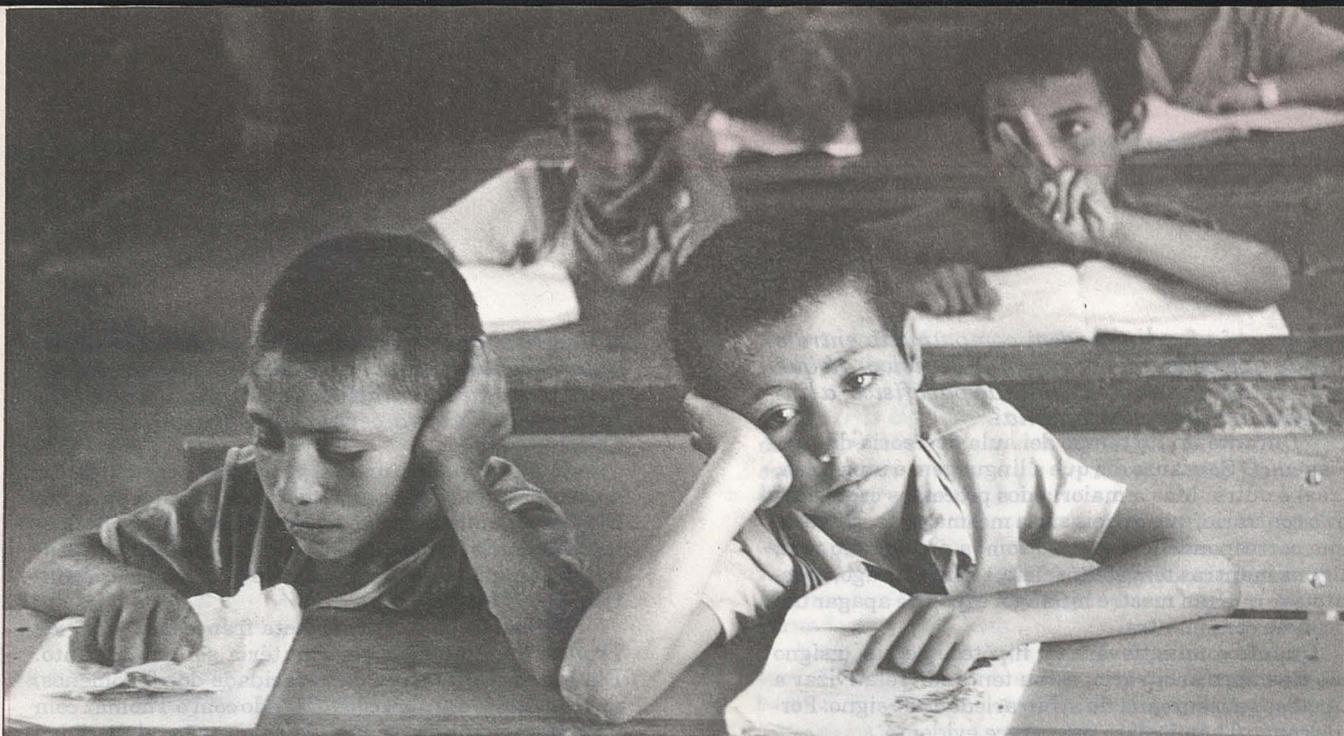
Teve outro jornalista francês que chegou lá e queria gravar logo, para não perder tempo e dinheiro. Mas Thomaz propôs antes comer um churrasco. Na churrascaria, o jornalista se queixou de cansaço, queria um calmante para relaxar. Thomaz sugeriu-lhe comer farinha de mandioca, dizendo que era um calmante que ele acabara de transmutar. “Se isso é calmante eu posso comer tudo”, duvidou o jornalista e comeu duas colheres. Em seguida, dormiu durante 48 horas. Quando acordou, achou que Thomaz tinha drogado a farinha para enganá-lo. E Thomaz é suficientemente brincalhão para tratar assim o arrogante.

■ *Então, o jornalismo é pouco indicado para tratar desse assunto...*

– Até hoje, a imprensa brasileira não conseguiu fazer uma cobertura decente sobre o fenômeno Morton.

Há muitas pessoas com poderes para-físicos, mas Thomas é diferente, é um verdadeiro catálogo, uma concentração de poderes. E minha preocupação é ajudar a fazer uma antropologia desses fenômenos no Brasil e, numa outra perspectiva, mostrar que fora da consciência pode haver pensamento. O pensamento é uma forma que se expande e, de repente, ele encontra outros materiais e aí ele se constrói.

“O real
está sempre
bêbado,
pois oscila
entre um
lado e outro”



Se o governo brasileiro distribui bem a merenda em todo o país, há condições de fazer o mesmo com o alimento pedagógico

Em busca de soluções brasileiras

O economista Cláudio de Moura Castro analisa problemas do nosso sistema educacional e mostra algumas saídas possíveis e viáveis economicamente

Sandra Almada

Quando embarcou para Genebra na década passada para assumir uma unidade de pesquisa e política de formação profissional na Organização Internacional do Trabalho (OIT), Cláudio de Moura Castro estava dando continuidade à sua maior paixão: a educação.

Com especialização na Fundação Getúlio Vargas, mestrado pela Universidade de Yale e doutorado pela Universidade de Vanderbilt, tem 25 livros publicados sobre o assunto.

Atualmente, trabalha no Banco Mundial (BID), em Washington, como economista sênior na área de recursos humanos, focalizando Leste europeu, Ásia Central e mundo árabe.

Seu último livro, *Educação brasileira - consertos e remendos*, lançado em março, originou-se de crônicas sobre educação produzidas, durante quatro anos, para um jornal carioca. Numa entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**, ele amplia e discute temas de sua obra.

Banco Mundial - O Banco Mundial tem atualmente cerca de 80 profissionais brasileiros em seus quadros. São majoritariamente economistas. Segundo Cláudio de Moura Castro, o aumento de técnicos e intelectuais do Brasil na instituição se dá por duas razões: bons salários e pouco entusiasmo pelo país. Essa "migração" fez Moura Castro chegar a Washington, em 1990, com uma experiência especial trazida da OIT. "Estava sob minha responsabilidade uma rede de instituições de formação profissional localizadas na Bulgária, Rússia, Uzbequistão, Cazaquistão. O povo do Leste europeu conhece a região, mas não domina a linguagem científica, o estilo de análise tradicional no mundo inteiro", diz o economista. Hoje, no Banco Mundial, Moura Castro está terminando uma avaliação do sistema de formação profissional russo.

Mesmo trabalhando com projetos que não contemplam diretamente a educação brasileira, ele conhece as senhas com as quais é possível abrir dentro do BID linhas de crédito para projetos educacionais nacionais. "É preciso

uma operação de crédito que seja uma prioridade para o Banco, um assunto de interesse do Brasil e que reúna uma equipe boa”, analisa.

Vários projetos brasileiros – principalmente na área de ciência e tecnologia e no ensino técnico – foram financiados pelo Banco e funcionaram, entre eles um de educação básica em Minas Gerais.

Mas às vezes o Banco Mundial sugere uma iniciativa ao governo brasileiro que “acaba por aceitá-la sem forte convicção de que é viável e se ajusta às reais necessidades do país” e cita como exemplo o projeto de desenvolvimento integrado do Nordeste, que “resultou em fracasso, pois não havia boa equipe, além de envolver um número enorme de pessoas e instituições, tanto de lá quanto de cá, onde ninguém se entendia. Era uma prioridade do Banco, mas não do Brasil”, ressalta.

Do milagre ao fracasso – “O ‘milagre brasileiro’ foi termos conseguido chegar tão longe com uma educação tão ruim”, diz Moura Castro, ao relacionar crescimento econômico e educação e antenar para o histórico descaso nacional na análise da questão. Nas décadas de 60 e 70, quem examinasse o tema veria uma relação muito clara entre os países que gastaram muito em educação e os que estavam crescendo rapidamente. Eram nações como Estados Unidos, Inglaterra, França, países escandinavos, Japão e Alemanha.

“Mas havia notas dissonantes. Os países do petróleo cresciam com soberbo desprezo pelos seus recursos humanos e por tudo o mais. E havia também o Brasil, disparado no crescimento econômico, mas sovina nos gastos com a educação. A situação não era confortável, mas o orgulho do crescimento obliterava tal descaso. A história recente mostra que o Brasil e os países do petróleo afundaram, estes últimos com petrodólares e tudo”, ironiza.

O modelo industrial brasileiro baseou-se em tecnologia moderna e em uma dosagem a conta-gotas dos recursos humanos para manejá-la: um punhado de engenheiros bons, alguns técnicos e um plantel de operários bem qualificados tocam nossas fábricas. “O resto se improvisava, ajeitava-se com mais um cursinho ou outro e a criativi-

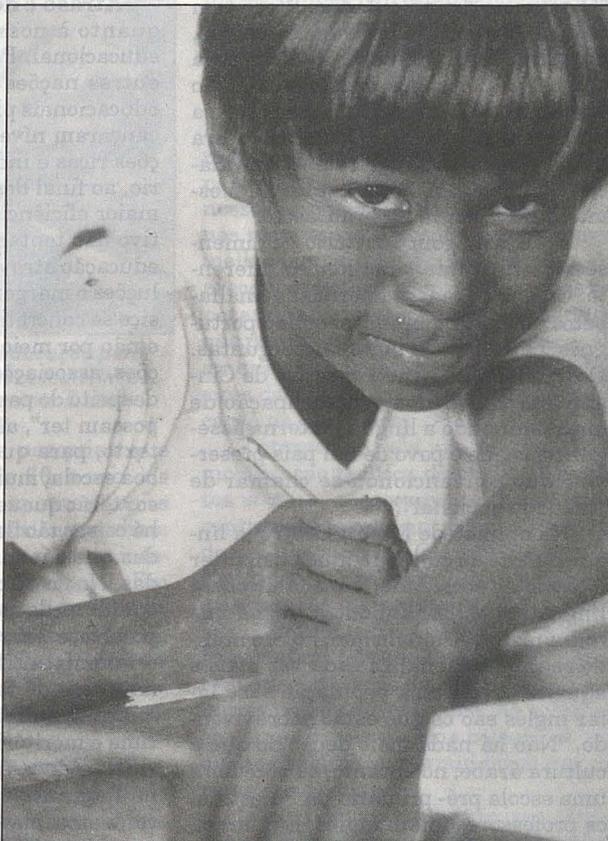
dade que Deus nos deu. A fábrica do futuro foi vista por pessoas da direita e da esquerda como uma evolução natural deste modelo. Com a automação, bastaria apertar o botão e o resto aconteceria, com menos operários para incomodar e ainda menos qualificações requeridas”, explica.

Para o economista, hoje, todavia, estão no mesmo barco à beira do naufrágio os empresários apressados em instalar, em suas fábricas, máquinas que só exigem do homem a tarefa de apertar botão, e os “profetas da esquerda” que anunciaram a desqualificação da força de trabalho com a chegada de novas tecnologias. “Os menos teimosos de ambos os grupos já descobriram que as altas tecnologias têm uma sede insaciável de recursos humanos, são complicadas e vulneráveis. Mesmo em países ricos, algumas fábricas automatizadas passam mais da metade do tempo em pane”, esclarece.

O economista lembra ainda que a organização piramidal, típica do Exército, não funciona mais: “A Guerra do Golfo Pérsico mostrou a vitória do soldado de alta tecnologia, capaz de decisões instantâneas, sem tempo para consultas a manuais de procedimentos ou aos chefes.” Ele afirma que a nova empresa tem “menos caciques e mais índios”, que tomam decisões e são independentes: “Na maior empresa de *software* do mundo, a Microsoft, qualquer funcionário pode receber um correio eletrônico do ‘Grande Cacique Bill Gates’ e podem também se dirigir a ele. Na empresa brasileira Semler, os operários de linha podem se comunicar diretamente com os fornecedores ou com os clientes”.

A modernidade – A fórmula para sobreviver nos mercados competitivos de hoje é oferecer produto sem defeitos a custos baixíssimos. É, sobretudo, a qualidade dos recursos humanos o fator preponderante para quem busca sobreviver às mudanças deste final de século.

Na verdade, com o predomínio das grandes tecnologias de produção, são raros os países que se lançam na arena da competição internacional sem que a totalidade da população – e não somente a força de trabalho – tenha recebido de oito a dez anos de ensino de qualidade. “Nações como a China, cujo custo da mão-de-obra é um décimo da de Hong Kong, que já não é alta, mostram que, hoje, quem quiser sobreviver tem que ser em atividades que ultrapassem um pouco a linha de montagem. Cingapura fez uma opção pela alta tecnologia, e lá todos têm uma educação de alta qualidade, com, no mínimo, oito anos de es-



Em Cingapura, aluno que não avança em inglês, matemática ou ciências tem de parar com as outras matérias e só vai retomá-las quando se recuperar nas disciplinas básicas

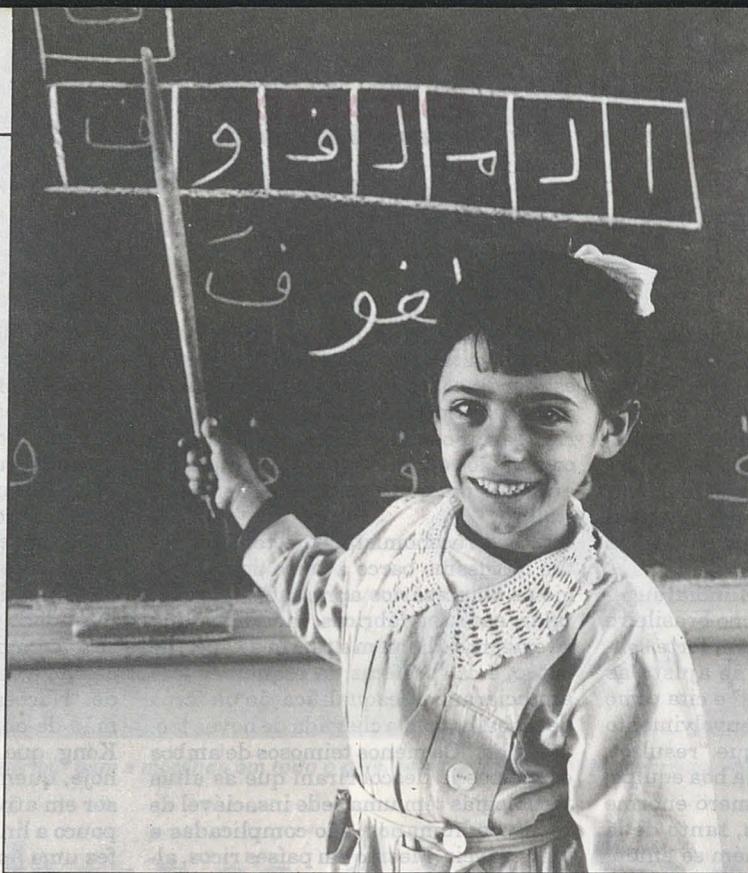
colaridade”, informa o economista.

A despeito das pressões inevitáveis que vêm a reboque da revolução tecnológica, o exemplo de Cingapura traz à tona questões mais profundas ligadas à cultura e ao patrimônio lingüístico do país. Dentro do modelo de educação adotado naquele país, o aluno que não conseguir avançar em inglês, matemática ou ciências é obrigado a parar seus estudos nas demais disciplinas e só retomá-los quando se recuperar nas outras em que mostrou deficiência de aprendizagem. O inglês, no entanto, não é a língua oficial deste país.

“O governo diz ao cidadão: ‘Você tem uma língua maravilhosa que é o chinês. Se quiser fazer um curso de literatura chinesa, à noite, nós pagamos. Mas no trabalho, vai falar inglês’. Isso passou a ser uma regra, já que a indústria opera numa língua estrangeira e as atividades comerciais são conduzidas na mesma língua”, conta Moura Castro.

No Brasil, com território de dimensões continentais, a realidade é diferente. Com uma massa enorme de analfabetos que não dominam sequer o português, pairam no ar algumas perguntas. O Brasil deve seguir o exemplo de Cingapura? É legítima a preocupação de que dominando a língua materna asseguramos que o povo de um país preserve o que convencionou-se chamar de “unidade nacional”?

Na opinião de Moura Castro, a língua é parte da cultura e ajuda a manter o tecido da sociedade, “mas falar outra língua, trabalhar em outra língua não influi nisto”. Assinala que, hoje, o mundo se internacionaliza cada vez mais e aqueles países cuja população sabe falar inglês são os que estão sobrevivendo. “Não há nada mais denso do que a cultura árabe; no entanto, se você for a uma escola pré-primária na Palestina, os professores falam inglês. Em Israel, todos falam a língua inglesa e o tecido da sociedade é mantido pelo hebreu”, defende o economista.



Na Palestina, professores falam inglês no pré-primário, mas a língua árabe ajuda a manter o tecido social

Atraso e desafios – Não há dúvida quanto à nossa negligência na área educacional. Países como Cingapura e outras nações passaram de situações educacionais piores do que a nossa e alcançaram níveis próximos aos das nações ricas e industrializadas. É notório, ao final deste século, o peso de sua maior eficiência industrial. “É imperativo não tentar resolver o problema da educação através de paliativos ou de soluções à margem da escola. O ensino básico se concretiza nas escolas regulares e não por meio de campanhas e fundações, associações ou o que mais seja – a despeito do papel importante que essas possam ter”, afirma Castro. Neste contexto, para que cheguemos a ter uma boa escola, muitos anos e muitos recursos terão que ser consumidos. “Todavia, há coisas tão flagrantemente inadequadas que são fáceis de serem consertadas. No nosso caso, suprir a escola com o mínimo de condições materiais é algo possível e, sobretudo, barato”, adverte o economista. E exemplifica: “A tarefa hercúlea de fazer chegar merenda a quase 20 milhões de alunos, uma legítima e meritória realização do Ministério da Educação, é um sucesso que torna flagrante e injustificável o que encontramos na escola em termos de alimentos pedagógicos.”

Moura Castro usa também dados reveladores de que a revolução no siste-

ma de ensino brasileiro esbarra na fragilidade da vontade política: “Participei, em 1985, de uma pesquisa organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), onde verificamos que 27% das escolas brasileiras não têm água corrente, e nem nascente (48% no Nordeste). Apenas metade tem banheiro no prédio e 25% delas não têm instalações sanitárias de espécie alguma. Só a metade tinha esgoto ou fossa séptica. Nas que tinham banheiro, só a metade

estava em bom estado.”

Há informações ainda mais desanimadoras. Metade de nossas escolas não tem luz elétrica. Apenas 27% encontram-se em bom estado de conservação e, na região Norte, este percentual cai para irrisório 1%. Em 25% de nossos colégios, há sequer uma mesa para a professora. Das salas de aula visitadas durante a pesquisa, 75% não tinham um mapa na parede e a metade não tinha cartazes de espécie alguma. Constatou-se ainda que 72% das escolas não tinham nenhum equipamento pedagógico além do quadro e giz. “Os equipamentos escolares não pesam mais do que 1 ou 2% nos orçamentos educacionais e recuperar prédios não tem custos extravagantes. Operar com orçamentos inadequados nestas rubricas é uma das mais burras economias que se pode fazer. É possível realizar uma obra pouco dispendiosa, visível e que rapidamente traz enormes benefícios para a educação”, conclui.

Estratégias – Na revolução educacional defendida pelo economista, as estratégias incluem a luta da sociedade por um ensino de qualidade. Se hoje nossa rede de estabelecimentos, embora necessitando de reparos, já responde em termos numéricos à demanda de estudantes, o ensino oferecido é lamentável. “O desafio principal é o de identifi-

car uma estratégia de ação capaz de mobilizar as forças sociais para desencadear um processo de valorização da escola, e para manter viva a pressão externa para que esta escola possa funcionar adequadamente."

Isto seria viabilizado, sobretudo, pelos pais de alunos, identificados por Moura Castro como os atores principais que precisam se dar conta do péssimo nível de educação oferecida a seus filhos. "Os pais precisam de melhor nível de conscientização e novos canais de expressão e pressão para avaliar a qualidade oferecida pela escola, pelo governo ou por outros meios. Isso pode ser conseguido através de testes que medem o que os alunos aprenderam nas matérias mais centrais, como português, matemática e ciências", sugere.

Mas a sociedade brasileira, que marcha em ritmo paquidérmico na busca de soluções, esbarra, ainda, na falta de parceria das classes médias com as mais desfavorecidas e desinformadas na luta por melhorias no ensino. "Dada a grande expansão do ensino de 1º e 2º graus, e a conseqüente queda de qualidade, as elites optam pela rede privada, mais dispendiosa mas de melhor resposta, e concentram suas reivindicações no ensino superior", afirma.

Além do desencontro de interesses e necessidades entre grupos sociais distintos, temos também uma falta de parâmetros que nos ajudem a aferir, comparativamente, o desempenho de nossas escolas. "Tanto no Maranhão quanto em São Paulo, há escolas melhores e piores. Mas como cada uma tem o seu próprio termômetro, que não é comparável com o das outras, não ficamos sabendo quais as melhores, em quanto são melhores e porquê. Assim, fica difícil sugerir providências para melhorar, sobretudo quando o dinheiro é escasso e deveria ser gasto com critério", afirma.

Moura Castro também adverte para o fato de que, no Brasil, qualquer ministro da Educação tende a pensar, por exemplo, que o ensino em São Paulo é melhor do que o do Maranhão mas, concretamente, não existem mecanismos que lhe assegurem isto: "Não devemos imitar tudo o que fazem os outros, mas dá o que pensar quando todos os países educacionalmente maduros têm seus termômetros bem calibrados. A Inglá-

terra, a Alemanha, a França e até os Estados Unidos, o mais descentralizado dos países ricos, dispõem de testes padronizados."

No final da década de 60, o Banco da Coroa da Suécia apoiou a criação de testes educacionais, permitindo comparações entre países. A partir daí, o Instituto Internacional para a Avaliação da Educação (IEA) alastrou-se pelo mundo afora, reunindo pesquisadores de deze-



É preciso investir em educação para poder desfrutar da riqueza material do país. Na foto, uma escola árabe

nas de países. "Numa pesquisa que coordenei na década de 70, o uso dos testes do IEA permitiu mostrar que os alunos do interior do Brasil aprendiam tão pouco quanto seus colegas do interior da Bolívia, Peru e Paraguai. Em 1990, o Brasil participou dos últimos testes do IEA, e foi triste ver que em situação pior do que a nossa encontra-se somente um único país, Moçambique, uma nação paupérrima e em guerra civil", lamenta o economista.

Se por um lado pesquisas quantitativas encontram defensores, por outro não são poucas as críticas quanto à sua validade. Na opinião de Moura Castro, os perigos de abuso de testes e interpretações incorretas são inegáveis: "Os tes-

tes medem bem algumas dimensões do aprendizado, medem outras imperfeitamente, e passam em brancas nuvens diante de aspectos como imaginação e criatividade. Contudo, sabe-se que são perfeitamente críveis para dizer se os alunos entenderam ou não o que leram ou se conseguem aplicar conceitos de ciências na vida prática."

No Brasil, a pedagogia tradicional reduz à alçada do professor, ou melhor, dos testes e provas que este aplica em sala de aula, os mecanismos de avaliação por que passam os alunos. Somente ao término do 2º grau esta tradição é rompida de forma traumática com o vestibular. "As maiores universidades e, em particular, a Fundação Carlos Chagas e o Cesgranrio, vêm, rotineiramente, submetendo seus dados às técnicas convencionais de avaliação de testes. Os padrões internacionais de qualidade dos testes são atingidos na maioria das vezes. Isso significa que os 'melhores' alunos não estão sendo reprovados no vestibular, e os piores estão sendo. A frequência de erros é conhecida e suficientemente baixa."

O reaparelhamento das escolas, salários dignos para os professores, mecanismos mais eficazes que tornem transparentes os índices de rendimento de nossos jovens e crianças, e pais de alunos mais aptos a acompanhar e exigir melhorias na qualidade de ensino são preocupações que há muito tempo se repetem na retórica de uma sociedade que permanece desmobilizada para exigir que se cumpra um dos princípios básicos da cidadania: o direito a uma educação de qualidade.

Entorpecido pela apatia e pela desmobilização política de vários segmentos sociais, nosso povo, a despeito de contribuições relevantes como as trazidas pelo professor Cláudio de Moura Castro, ainda não despertou para soluções que são mais simples do que parecem. "Países como Costa Rica e Chile não gastam fortunas nas escolas mas têm uma educação decente. Não há milagres na educação básica. As soluções chegam através de uma coleção de pequenos hábitos que se cumprem nas rotinas das escolas."

Não há dúvidas quanto a isso. O que parece faltar nesta sempre mal resolvida equação dos nossos problemas educacionais é a vontade política. ■



Turistas se encantam com os mistérios da ilha, muitas vezes sem pensar no drama de seus habitantes

Ilha da Páscoa: massacres no umbigo do mundo

Alembração da Ilha da Páscoa nos traz gigantescas estátuas de lava, que, se fossem dotadas de vida, chorariam pelos tantos massacres que presenciaram ao longo do tempo

Alexandre Raposo

Os famosos moais pascoenses constituem um dos grandes enigmas arqueológicos de todos os tempos, capazes de incendiar a imaginação de qualquer um que pretenda iniciar-se em seus mistérios. Mas o que pouca gente sabe é que à sombra destes monumentos pré-históricos desenrolaram-se terríveis tragédias. E se essas portentosas estátuas de lava fossem subitamente dotadas de vida, a sua primeira reação seria a de verter sentidas lágrimas pelos tantos massacres que presenciaram ao longo do tempo.

Desde a sua descoberta, em princípios do século XVIII, até bem recentemente, o povo desta pequena ilha perdida na desolação do Pacífico Sul vem sendo aviltado pelos visitantes estrangeiros.

A primeira leva de carrascos a aportar na ilha chegou a 6 de abril, Páscoa

de Ressurreição do ano de 1722, a bordo de uma frota de três navios comandados pelo holandês Jacob Roggweeen, que navegava o Pacífico a soldo da Companhia das Índias Ocidentais. Foi visita relativamente curta, que terminou com um saldo tremendamente desfavorável para os nativos: 13 mortos em troca de uma toalha de mesa e alguns chapéus.

Roggweeen não deu muita importância às enormes estátuas de lava e nem compreendeu a sua natureza monolítica; julgou-as moldadas em formas, como figuras de gesso. Foi o navegador, entretanto, quem



HISTÓRIA

ILHA DE PÁScoa



O centro cerimonial Orongo tem figuras talhadas em pedra, perto do vulcão Rano Kao

batizou a ilha com o nome óbvio que prevalece até hoje, apesar dos habitantes ainda preferirem chamá-la de Rapa-Nui (ilha Grande), denominação que igualmente não corresponde à realidade de uma ilha com superfície total de 180 km².

Em 1774, a ilha recebeu a visita do célebre explorador britânico Sir James Cook, que passou oito dias em Páscoa, fez o primeiro mapa correto do lugar, mas desapontou-se com a acolhida dos insulares que, a essa altura, já andavam fartos das crueldades dos visitantes europeus. Cook não conseguiu levar dos pascoenses mais que um suprimento de batatas-doces e a certeza de que o resto da população, principalmente mulheres e crianças, estava escondido em algum lugar indepassável para as suas patrulhas.

Diz-se, porém, que as poucas mulheres encontradas na ilha foram levadas para bordo e, depois de serem violentadas pelos marinheiros ingleses, jogadas ao mar e alvejadas a tiros enquanto nadavam a terra.

Em 1805, a solitária ilha da Páscoa voltou a ser visitada por outra horda de estrangeiros sanguinários, trazidos pela escuna norte-americana *La Nancy*, que chegava em busca de escravos para trabalhos forçados em uma estação de caça à foca na ilha de Juan Fernandez, também chamada ilha de Robinson Crusoe, ao largo da costa do Chile. Após a matança de praxe, os traficantes norte-americanos conseguiram levar 12 homens e dez mulheres para bordo, e os mantiveram a ferros no porão até estarem bem distanciados da ilha.

Três dias depois, entretanto, tão logo tiveram permissão para sair ao convés, os prisioneiros jogaram-se ao

mar dispostos a voltar a nado para casa, o que não impediu que os norte-americanos retornassem à ilha à cata de novos escravos.

Em 1811, durante a passagem do navio norte-americano *Pindus*, um pascoense foi morto a tiros de fuzil disparados pelo segundo de bordo, chamado Waden, de quem a história só registrou o sobrenome e a boa pontaria. Também é curioso verificar que essa é a única referência à ilha feita pelo capitão do navio em seu diário de bordo. Para ele, a ilha da Páscoa, com todos os seus mistérios, não passava daquele lugar maldito "onde o velho Waden matou um índio".

Algumas décadas se passaram sem que os nativos fossem incomodados por outra leva de turistas sanguinários. Porém, numa manhã de 1862, a ilha despertou com uma frota de seis barcos peruanos ancorados na baía de Ranga Roa, comandada por um certo capitão Aguirre, que andava pela Polinésia à cata de escravos para a extração de guano no litoral sul do Peru.

Os interesses destes traficantes de escravos pelos povos da Polinésia devia-se à recente abolição da escravidão nos Estados Unidos, o que os levou a buscar o braço escravo em outras partes do mundo que não na África negra. Com isso, sofreram não apenas os povos do Pacífico Sul como também os *coolies* chineses e diversas populações da Micronésia, barbaramente seqüestradas de suas terras de origem e levadas para a morte inglória em distantes cativeiros.

Os 1.500 nativos aprisionados por Aguirre não suportaram os maus tratos e as péssimas condições de trabalho nas jazidas peruanas. Em pouco tempo, restavam cerca de 100 indivíduos, que acabaram repatriados graças à intervenção do bispo do Taiti e do cônsul francês

em Lima. Durante a viagem de volta, porém, 75 foram dizimados pela varíola e os poucos sobreviventes contagiaram o restante da população. Em 1877, havia pouco mais que uma centena de habitantes em toda a ilha.

Ainda hoje existem mais estátuas do que nativos na ilha da Páscoa, mas os turistas já não representam ameaça ao extermínio. Finalmente, após quase três séculos de complicadas relações com o mundo exterior, os pascoenses acabaram aprendendo a lidar com os estrangeiros e a tirar maior proveito de suas visitas — o que não impede que ainda sejam vítimas de ameaças ultramarinas.

Sob o domínio político do Chile desde 1888, a ilha foi praticamente abandonada durante décadas. Apenas em meados do século XX, o governo chileno passou a se interessar pela distante possessão insular, promovendo algumas obras públicas e permitindo que os nativos viajassem regularmente para o continente.

Mas as autoridades chilenas também impuseram certas limitações absurdas aos pascoenses que, até bem pouco tempo, não podiam deixar a aldeia de Ranga Roa sem salvos-condutos. Atualmente, os insulares queixam-se de que os poucos empregos disponíveis são ocupados por gente trazida do continente, geralmente oficiais da Marinha, obrigando-os a subsistir miseravelmente em sua terra natal.

O sonho dourado da maioria dos pascoenses continua sendo o de deixar seu vilipendiado paraíso e emigrar para terras onde possam encontrar emprego decente e uma vida mais próspera do que aquela que vêm enfrentando desde a chegada dos primeiros visitantes estrangeiros. ■



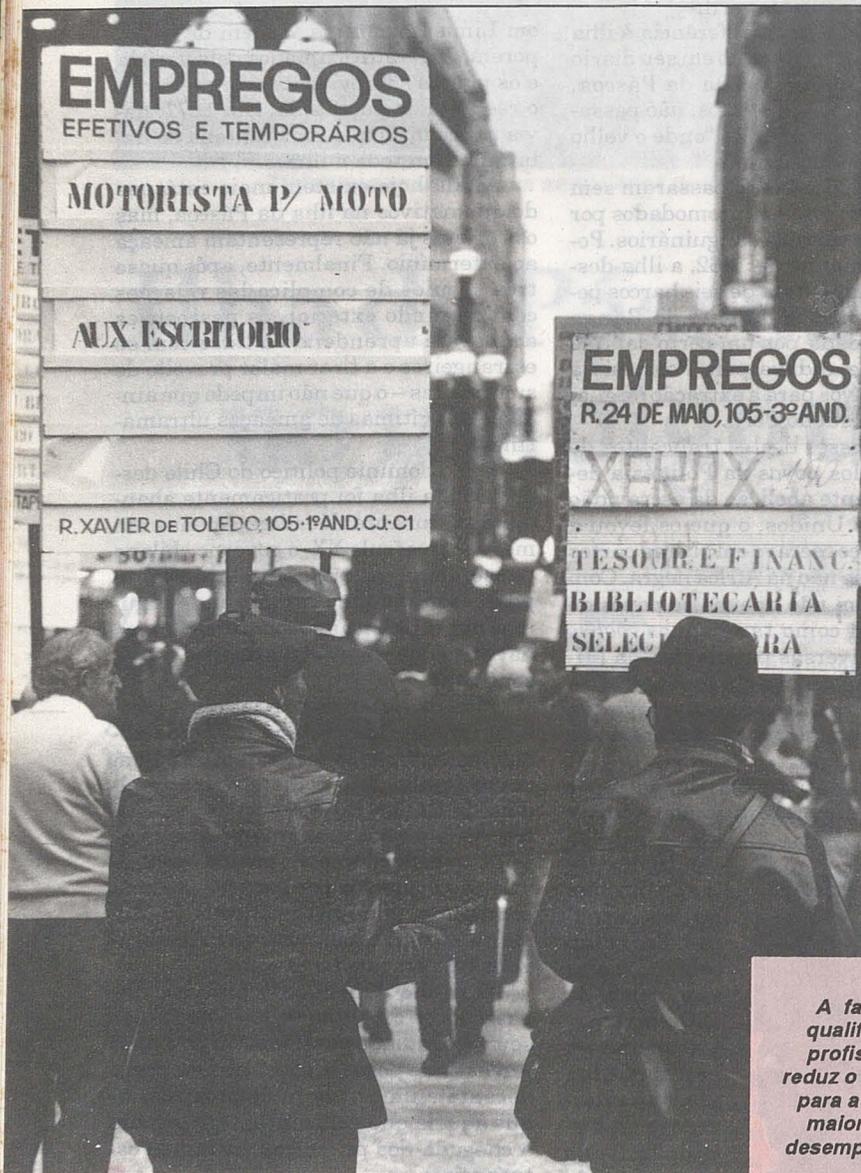
Em busca de trabalho

O desemprego no Brasil pode ser enfrentado com políticas que estimulem a pequena empresa, responsável pela geração de 60% dos empregos no país



Tania Coelho

Foto: Iatá Cannabrava



Em todo o país são 10,5 milhões de pessoas desempregadas. Se computarmos os subempregados e o contingente de crianças trabalhadoras, chegaremos a cerca de 20 milhões de cidadãos em busca de um salário. A maioria nem procura mais emprego legal, com carteira assinada, o que quer é trabalho.

Há dez anos, 55,91% dos trabalhadores tinham carteira assinada. Em 1994, somente 50,7% contam com tal proteção. Dados como estes permitiram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenhar os contornos dessa situação no Brasil através do Mapa do Mercado de Trabalho nº 1, que aponta para um grande aumento no número de pessoas que trabalham por conta própria no mercado informal.

Enquanto o percentual dos empregadores se mantém estável, cai drasticamente a taxa de atividade expressa pela população ocupada, de aproximadamente 62 milhões de pessoas, em relação à população em idade ativa, que totaliza 113,6 milhões de cidadãos, com mais de dez anos de idade. Isso indica que há menos gente trabalhando para sustentar um número maior de pessoas que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho.

Um traço considerado relevante no levantamento realizado pelo IBGE diz respeito exatamente à capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho nacional. O Brasil consegue manter, em formas de inserção das mais precárias, uma significativa parcela de sua força de trabalho — excluída de segmentos produtivos mais estruturados — capazes de gerar remunerações condizentes com padrões de consumo acima de uma linha mínima de necessidades básicas. Isso faz com que o alto índice de desemprego não se reflita numa dessas seqüências cinematográficas, que tanto sucesso fazem na mídia nacional e internacional, de manifestações ostensivas feitas por uma massa de desocupados em busca de emprego.

O que não impede, entretanto, que se perceba os reflexos deste quadro em nosso cotidiano, com 32 milhões de cidadãos famintos. Somos uma nação que, como di-

A falta de qualificação profissional reduz o mercado para a grande maioria dos desempregados

zia o cientista político Josué de Castro, tem metade de sua população com fome e a outra com medo, e que vê espelhada na violência e no desrespeito à vida o drama dos sub-remunerados.

O país, em termos absolutos, perdeu aproximadamente 1,05 milhão de postos de trabalho no quadriênio 1990/1993, porém não existe uma política nacional de empregos. Existem propostas emergenciais, encaminhadas pelos mais diversos segmentos sociais, como é o caso da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que permitem vislumbrar algumas saídas pontuais. Na área governamental, o ministro do Trabalho Walter Barello respondeu, no Natal de 1993, a este clamor nacional com um projeto que isenta as empresas, por prazo de um ano, de encargos sociais sobre suas folhas de pagamento no caso de novas contratações. A medida ampliaria o número de pessoas trabalhando na economia formal, além de reduzir a taxa de desemprego, e se aplicaria apenas para empregos adicionais sobre o número atual de trabalhadores. A idéia era marcar o ano de 1994 com uma verdadeira "explosão de novos empregos", caso o projeto fosse aprovado. Mas o Congresso é lento e nada aconteceu.

O que mais preocupa os especialistas é que grande parte do pessoal hoje desempregado poderá não ter mais espaço no mercado de trabalho por falta de qualificação, já que as empresas investem em mão-de-obra qualificada, para poder competir, no mercado interno, com os produtos importados. Dados levantados em março de 93 pelo serviço de recolocação de pessoal da Secretaria de Trabalho de São Paulo indicavam que, de 1.469 candidatos a vagas abertas pelas empresas, apenas 10,75% preencheram as exigências dos empregadores.

Alguns empresários responsabilizam o governo Collor pela crescente falta de mão-de-obra qualificada. O corte aos incentivos fiscais para a reciclagem profissional foi determinado por Zélia Cardoso de Mello ao assumir o Ministério da Economia e revogar a Lei 6.297 que permitia o desconto de 5% do Imposto de Renda como benefício para o treinamento de pessoal. Mas todos os diagnósticos demonstram que o quadro atual é, na verdade, o resultado da crise econômica a partir dos anos 80; da falta de um modelo de desenvolvimento auto-sustentável; da profunda crise do sistema educativo; e da desorganização do mercado com o plano Collor no início da década de 90.

A saída - Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) demonstra que a estratégia adotada pelas empresas tem sido a de ampliar a contratação informal e aumentar o número de horas extras dos contratados, levando o Brasil a entrar na era do crescimento sem emprego, que chegou até a ser batizada de "crescensão", uma soma de crescimento e recessão.

A campanha Ação da Cidadania, tendo à frente o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lança o em-



prego como um dos principais eixos da luta contra a fome e tenta encontrar soluções práticas e viáveis. Universidades, associações, organizações não-governamentais e entidades de classe partem para a busca coletiva de alternativas que tenham o emprego e o desenvolvimento como principais referências de um novo modelo econômico e social.

Nos campos e nas fábricas, comitês da Ação da Cidadania, associações, empresários e técnicos assumem o trabalho como uma responsabilidade de toda a sociedade. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Fórum de Ciência e Cultura, a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coope), com o projeto SER, e a Fundação Coppetec e suas incubadoras de empresas discutem o tema tecnologia e emprego. A Federação Fluminense das Micro, Pequenas e Médias Empresas (Flupeme) e a Fundação Friedrich Ebert centram suas preocupações na pequena e média empresa.

O Clube de Engenharia cumpre hoje o papel de sistematizar este processo de discussões. Com a estruturação de grupos de trabalho, cria o Fórum-Rio pelo Emprego e o Desenvolvimento, promove debates com os candidatos ao governo do estado e à presidência da República e lança o Fundo de Apoio ao Emprego. A idéia, esclarece o engenheiro Fernando Uchôa Cavalcanti, presidente do Clube de Engenharia, é consolidar o debate que já existe como um espaço permanente, com o objetivo de viabilizar e encaminhar propostas e ações pelo emprego nos mais diversos setores, de forma que este fórum se torne um pólo de influência não só na esfera institucional como também no sistema das universidades e empresas, capaz de estabelecer canais reais de intervenção junto aos governos municipais, estaduais e federal. "Queremos alçar o emprego", conclui Uchôa, "ao mesmo patamar que se encontra hoje a questão ambiental. Afinal, não há nada mais ecológico do que uma pessoa comendo e trabalhando".

Terceirização - Integrando este projeto, o professor José Márcio Camargo, do Departamento de

Foto: Mônica Leme



**Os camelôs
são o exemplo
mais próximo
do crescimento
do mercado
informal**

Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, ex-presidente do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, confirma a queda substancial da capacidade do setor industrial em gerar empregos: "Políticas de geração de empregos na indústria, principalmente nas grandes empresas industriais, são muito pouco prováveis."

Na área industrial, entre os inúmeros pontos considerados importantes, destaca-se o que se refere ao sistema de treinamento de mão-de-obra, em particular o do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que se dedica ao treinamento da mão-de-obra já empregada. A mudança neste sistema contribuiria, de maneira efetiva, para minorar o desemprego, caso dirigisse seus serviços para a reciclagem da mão-de-obra desempregada, efetuando treinamento geral de trabalhadores ao invés de treinamento específico. Através de um processo descentralizado, as instituições nacionais de formação profissional poderiam gerenciar este sistema, fornecendo assessoria técnica e financeira às locais, que seriam as responsáveis pela execução deste tipo de serviço.

Outra questão da maior relevância diz respeito à terceirização. Produtos e serviços antes produzidos pelas próprias indústrias passaram a ser comprados de terceiros, resultando em significativos

ganhos de produtividade. No entanto, a maioria destas empresas têm pequena capacidade de investimento, e o resultado final deste processo – que marca a atual modernização organizacional da indústria – poderá ser a redução da qualidade de emprego gerado no país. Para evitar que isso ocorra é preciso, entre outras medidas, criar mecanismos de incentivo às grandes empresas que estão terceirizando parte de sua produção para que elas possam induzir estas pequenas, médias e microempresas a manterem a qualidade nas relações de trabalho. Uma instituição como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), por exemplo, poderia financiar e atuar coletivamente na criação de redes de pequenas empresas que possam dividir os custos de treinamento e de investimento. Na opinião de José Márcio Camargo, do ponto de vista da geração e da qualidade de emprego criado na indústria, "deve-se esperar que isso ocorra através das micro, pequenas e médias empresas e não através das grandes empresas industriais".

Esta tem sido, na verdade, a conclusão da grande maioria dos debates sobre políticas de emprego, mas, na prática, constata-se que estes pequenos empreendimentos, que chegam a absorver 60% da população ocupada do país, não conseguem sobreviver. Além da impossibilidade de grande parte dos empreendimentos se constituir legalmente em função dos obstáculos impostos pela legislação, entre aqueles que conseguem o registro, a maioria logo fecha: "Estima-se, nas condições atuais, que cerca de 80% não completam sequer um ano", informa Caio Márcio Silveira, diretor do Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (Napp). "A consciência da importância social e econômica deste segmento, informa Caio Márcio, tem estimulado o surgimento de projetos e ações de fomento, envolvendo um elenco diferenciado de atores institucionais. No entanto, há um baixíssimo nível de intercâmbio e troca de experiências entre as entidades que atuam nessa área, o que reduz, de maneira significativa, o alcance de suas iniciativas."

Inúmeras propostas continuam em pauta, desde a legalização da microempresa familiar até a eliminação de obstáculos jurídicos e fiscais, assistência gerencial, criação de canais de ampliação de mercado através de feiras, exposições, centrais de comercialização, centrais de serviços e estímulo ao associativismo. Sobre este último ponto Caio Márcio da Silveira lembra que "a despeito de experiências localizadas bem-sucedidas de criação de comunidades de microempreendimentos e de estabelecimentos de vínculos entre produtores autônomos, a prática usual continua sendo a de deixar cada empreendimento entregue ao seu próprio destino, num quadro de mercado restrito e dominado por organizações de grande porte". No estado do Rio, 85% das micro e pequenas empresas não possuem qualquer vínculo associativo.

Em termos abrangentes, a real ampliação deste mercado passa por uma articulação com as grandes empresas e com o setor público. Em relação às primeiras, como vimos acima, o processo está diretamente ligado à terceirização. Quanto ao setor público, apenas 5% da demanda em todas as esferas do setor público junto ao setor privado são atendidos por empresas de pequeno porte, enquanto nos países desenvolvidos este potencial se situa entre 30 e 35%, revelando um enorme potencial ainda a ser explorado.

Questão política - Esta é uma briga antiga, acompanhada passo a passo por Benito Paret, presidente da Flupeme. Paret colaborou para que o estatuto da pequena empresa fosse elaborado, foi testemunha e protagonista do capítulo 179 da Constituição, que dá às micro, pequenas e médias empresas um tratamento diferenciado, e viu o governo Collor derrubar praticamente todas estas conquistas. "Hoje", informa, "não existe política alguma, embora todos estejam conscientes de que, no país, seis entre dez empregos são gerados pela pequena empresa".

Benito lembra que o desenvolvimento da pequena empresa italiana, tão citado no Brasil, foi possível pelo apoio regional concreto e pela quantidade de recursos disponíveis. "Todas as demais questões (burocráticas, classificatórias ou jurídicas) são decorrentes dessa política. Na Itália houve a determinação de se utilizar a pequena empresa como instrumento da democratização das relações econômicas dentro da sociedade, entendendo que o pequeno empreendimento não só democratiza o capital, como também é fator de distribuição de renda e de geração de empregos.

"É possível trabalhar estratégias de parceria entre governo, empresas e iniciativa popular na criação de oportunidades de trabalho e geração de renda", esclarece Franklin Coelho, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Como exemplos, cita, entre outros, a formação de frentes de trabalho através de mutirões autogeridos em áreas urbanas, construção de obras em parceria população-prefeitura, tais como calçamento de pequenos trechos etc.

Mas também aí o salto de qualidade, segundo Franklin Coelho, "é a ação política baseada numa cultura de direitos e na construção da cidadania". Experiências de projetos de apoio a pequenos empreendimentos, microempresas e empresas comunitárias, de fundos de habitação popular repassados diretamente às associações e aos mutirões autogeridos, de programas de assessoria técnica à produção e comercialização, expressam a construção de uma forma alternativa de gestão. Ela articula economia e democracia, contribuindo para uma melhor representação dos interesses populares na estrutura do Estado. Muitas são as prefeituras que em parceria com setores empresariais investem em projetos de geração de renda, como cooperativas de costureiras,

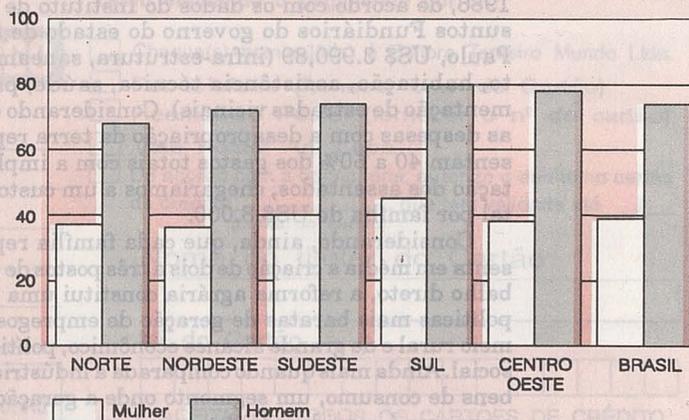
lavanderias coletivas, restaurantes e creches comunitárias, cooperativas de equipamentos urbanos, tijolos, paredes monolíticas, kits sanitários etc., e pequenas unidades produtivas integradas ao mercado formal, entre outros.

Estes e outros projetos vêm sendo implantados onde há determinação e vontade política de encontrar alternativas para a geração de novas oportunidades de trabalho. Mas todos sabem que, em função de sua gravidade, este não é um problema para continuar a ser abordado de maneira pontual.

Reforma agrária - O Mapa do Trabalho nº 1 do IBGE destaca ainda que a situação é mais grave na população rural, com elevados percentuais de trabalhadores abaixo da linha do piso legal chegando a 41% no Ceará. Neste sentido, vale o registro das conclusões dos *workshops* sob a coordenação do engenheiro agrônomo Agostinho Guerreiro, do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco) e diretor-técnico do Clube de Engenharia. Esses debates abordaram os temas emprego e desenvolvimento buscando redirecionar as políticas agrária e agrícola vigentes nos últimos 30 anos no país.

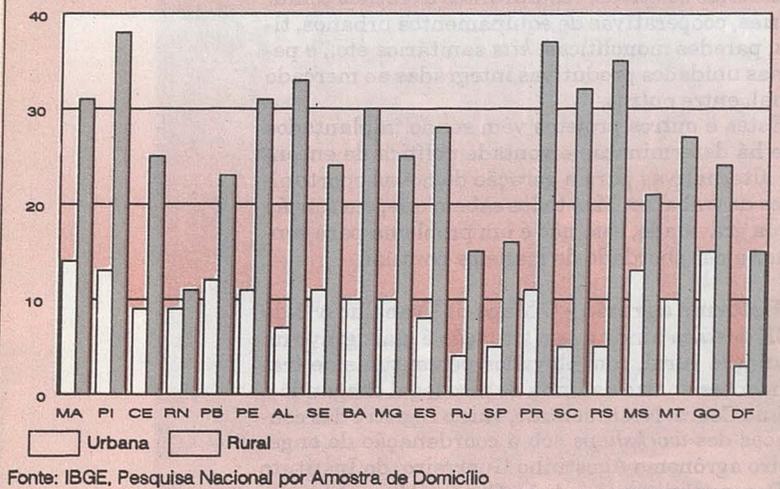
Hoje, segundo os técnicos, são inquestionáveis os impactos negativos da implantação de um modelo de desenvolvimento que se caracterizou pelas suas políticas públicas discriminatórias. Esse modelo voltado para as monoculturas e culturas de exportação, com uso intensivo de insumos químico-mecânicos, expropriou parcela significativa dos pequenos agricultores, causando sérios desequilíbrios sócio-econômicos e ambientais. A existência no Brasil de uma grande diversidade de solos e de clima e a abundância de recursos hídricos indicam a possibilidade de definição de um novo modelo de desenvolvimento,

TAXA DE ATIVIDADE DE 10 ANOS POR SEXO SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES (BRASIL - 1990)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

TAXA DE ATIVIDADE DAS CRIANÇAS DE 10 A 13 ANOS, RESIDENTES EM ÁREAS URBANA E RURAL (BRASIL -1990)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

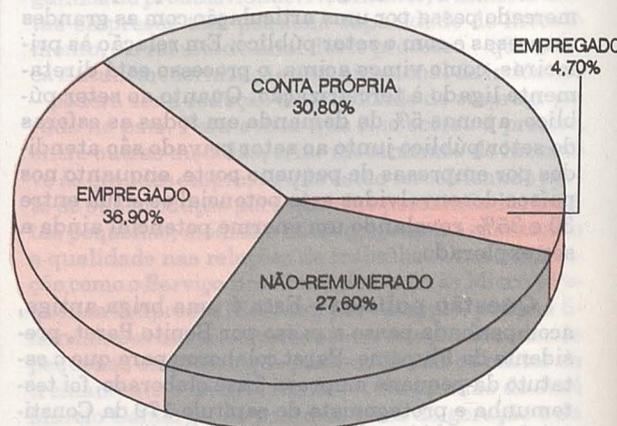
fundado em maior democratização do uso e posse da terra, que distribua renda, gere empregos e propicie melhorias na qualidade de vida das populações rurais.

Os investimentos no setor agrícola, quanto à possibilidade de geração de emprego, informa Agostinho Guerreiro, apresentam vantagens em relação ao setor industrial, a curto prazo e a um custo menor. Entre as principais políticas que possibilitam a geração de emprego e uma melhor distribuição de renda no meio rural está a reforma agrária. Mas a sustentabilidade deste processo se dará através da implementação de uma política agrícola e agroindustrial direcionada para a viabilização da produção familiar.

“A realização da reforma agrária”, conclui Agostinho, “é fundamental, e, embora se diga que seus custos são elevados, ela se mostra bem mais viável se comparada aos investimentos na área urbana. Assentar uma família no setor rural custava, em 1986, de acordo com os dados do Instituto de Assuntos Fundiários do governo do estado de São Paulo, US\$ 3.990,89 (infra-estrutura, saneamento, habitação, assistência técnica, saúde, pavimentação de estradas vicinais). Considerando que as despesas com a desapropriação da terra representam 40 a 50% dos gastos totais com a implantação dos assentados, chegaríamos a um custo total por família de US\$ 8.000.

Considerando, ainda, que cada família representa em média a criação de dois a três postos de trabalho direto, a reforma agrária constitui uma das políticas mais baratas de geração de empregos no meio rural e de grande alcance econômico, político e social. Ainda mais quando comparada à indústria de bens de consumo, um segmento onde a geração de empregos é considerada das menos onerosas: estima-se em US\$ 14.200 o investimento necessário pa-

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA (BRASIL -1990)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

ra a criação de empregos neste setor, sendo que os mais onerosos se situam na faixa de US\$ 80 a US\$ 100 mil.

As famílias assentadas a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), têm obtido uma renda média nacional de 3,7 salários-mínimos, resultado significativo se compararmos com a população de baixa renda do setor urbano ou mesmo com a média de renda do setor rural. Segundo dados do IBGE, 52% dos trabalhadores urbanos percebem menos de dois salários-mínimos.

Os investimentos no meio rural são mais viáveis se levarmos em conta não apenas os parâmetros econômicos, mas também sociais de ordem qualitativa. As famílias assentadas se encontram em melhor situação que no período imediatamente anterior à implantação destes assentamentos.

Ou seja, os caminhos para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que tenha o trabalho e o emprego como eixos principais estão traçados. As ações emergenciais bem-sucedidas, para, de maneira pontual, começar a resolver o drama do desemprego também estão aí disponíveis e podem servir de orientação para os governos municipais e estaduais.

O que a sociedade exige é que os governos, em todas as suas instâncias, se sensibilizem e façam bom uso de planos, propostas, experiências e projetos elaborados em nome deste imenso contingente excluído do mercado de trabalho. E, principalmente, em nome do futuro de um país, que entre outras tragédias convive com um verdadeiro exército de jovens sobrevivendo do crime e da violência.

Na pág. 23, o problema do desemprego nas economias capitalistas

DESEMPREGO: Uma doença que tem cura



A crise estrutural do sistema produtivo tem gerado índices de desemprego que superam 10% na Europa Ocidental e 6% nos Estados Unidos, e questionado a noção tradicional de trabalho como fator de integração na economia e na sociedade

Frância: protestos de estudantes
Liziam o governo
recurrer e abolir
a redução
de salários
mínimo para os
trabalhadores



Operários da Air France, em Paris, marcham em direção ao aeroporto Charles de Gaulle para ocupá-lo em protesto contra um plano de racionalização que deixou 4.000 trabalhadores na rua, em fins do ano passado



França: protestos de estudantes fizeram o governo recuar e abolir a redução do salário mínimo para os recém-formados

A conferência sobre o emprego celebrada em março passado em Detroit, Estados Unidos, pelos ministros do Trabalho e da Economia dos países do Grupo dos Sete (G-7), que reúne as nações mais industrializadas do mundo, acabou sem que se apresentasse nenhuma alternativa para solucionar este problema. Mas, como os próprios participantes da reunião diagnosticaram, a atual é a maior das crises de desemprego já vividas pelos países ricos desde a Grande Depressão de 1929.

Muitas das nações mais poderosas do mundo descobriram que a lógica de maiores lucros e prosperidade, que seguiram inexoravelmente até agora, está acompanhada de um efeito colateral, inesperado e, em grande parte, inexplicável: um crescente exército de homens e mulheres física e mentalmente aptos para trabalhar foi retirado ou excluído da força de trabalho europeia e norte-americana. No Japão, um templo da estabilidade no trabalho, começa a colocar-se em discussão o tema da flexibilização nas leis trabalhistas para permitir as demissões.

Os economistas neoliberais clássicos, os que mais impulsionaram o retorno às leis frias do mercado, propondo a retirada do Estado como executor de políticas sociais, não conseguem definir o fenômeno ao qual o mundo assiste. Nos 24 países que integram a OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento), que reúne os países mais industrializados do mundo, 30 milhões de pessoas estão sem trabalho. Curiosamente, poucas semanas depois do encerramento da conferência de Detroit, em 8 de maio passado, morria um dos mentores do crescimento especulativo das economias às custas do trabalho produtivo. Richard Nixon, foi quem suprimiu em 1971 a convertibilidade do dólar com o ouro, segundo o padrão criado em julho de 1944 em Bretton Woods.

Nixon tomou essa decisão para salvar a moeda norte-americana das pressões inflacionárias criadas pelos gastos da guerra do Vietnã. Deixou o dólar flutuante, de acordo com o mercado de oferta

e demanda, e acabou com o lastro em ouro, provocando uma desvalorização que favoreceu as exportações dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, abriu um grande espaço à especulação monetária. Segundo um recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), quase três bilhões de pessoas em todo o mundo carecem de uma remuneração apropriada.

O crescimento econômico sem geração de emprego não é um fenômeno atribuído só à especulação financeira que começou nos anos 70 e reinou durante duas décadas nas economias capitalistas mais avançadas. Os novos avanços tecnológicos, principalmente o advento do computador pessoal e da robótica, contribuíram para a expansão do desemprego. Paradoxalmente, o alívio que os avanços científicos podem trazer para os trabalhadores – pela supressão de tarefas penosas, fatigantes e insalubres e a diminuição da jornada de trabalho – está subordinado à lógica do lucro e da acumulação privada.

Assim, para o economista polaco-francês Ignacy Sachs, um dos pensadores econômicos mais comprometidos com a busca de modelos de desenvolvimento econômico que não excluam o ser humano, esse quadro se agrava mais quando se observam seus resultados a partir do acesso equitativo aos recursos disponíveis, da satisfação das necessidades básicas “e, sobretudo, da privação do direito ao trabalho, que não é apenas uma forma de assegurar a sobrevivência, como também um elemento fundamental para a integração social e a dignidade humana”.

As complexas derivações do tema do desemprego em nossos dias é o tema de capa desta edição de **cadernos do terceiro mundo**. Como demonstra em seu artigo o professor Theotonio dos Santos, esse problema tem solução e curiosamente a chave está no crescente papel do Estado neste fim de século. Só o Estado é capaz de planejar a atividade econômica e colocar a educação a serviço da causa maior: a criação de oportunidades de trabalho para todos.



O Estado é o grande empregador

Em todos os países do mundo, principalmente no Norte desenvolvido, a idéia de que o Estado tende a diminuir é falsa. Durante a gestão de Margareth Thatcher o Estado aumentou sua participação na economia inglesa em dois por cento. E mais: a educação é hoje a base principal do emprego

Theotonio dos Santos*

Existem neste momento tentativas teóricas de pensar um sistema econômico no qual o trabalho não seja mais o fator de integração da economia. Isso porque há elementos que permitem pensar que não se poderá gerar empregos suficientes para atender ao crescimento da população no mundo.

Mas, antes de mais nada, é necessário detectar onde está a origem do problema, entender por que o desemprego é tão grave na atual fase de desenvolvimento do capitalismo mundial.

O primeiro ponto que deve ser considerado para responder a essas questões é o que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) chama de *crescimento sem emprego*: tudo leva a crer que assistimos a uma nova fase do crescimento econômico – apoiada no desenvolvimento tecnológico, principalmente na automatização – sem geração de empregos.

A produção cada vez mais é dirigida por computadores, dispensando mão-de-obra. Seja diretamente através da atividade produtiva, ou de forma indireta, ao alimentar o processo produtivo, o computador exerce um papel central que permite ao sistema funcionar sem pausas, com total autonomia.

O operador foi deslocado para o controle geral do sistema e das atividades de conservação, limpeza e manutenção. Essa nova realidade divide os trabalhadores em dois setores, um de alta qualificação, responsável pelos mecanismos de controle, e outro bastante desqualificado, que está em função do acompanhamento físico: fundamentalmente em tarefas de segurança e de limpeza.

Esta tendência, na realidade, já é antiga. Toda a



Nixon, recentemente sepultado, abriu as portas ao mundo da especulação



Muitos vendedores ambulantes foram para as ruas depois de perder o emprego

história da Revolução Industrial levou a este tipo de desenvolvimento. Mas é inquestionável que, de 1945 em diante, com o surgimento dos computadores, o salto foi muito maior. Ao ponto de nos anos 90 se ter chegado à criação de grandes sistemas de produção relativamente autônomos.

A robotização foi a novidade da década de 80. Os robôs foram importantes na mudança porque podem ser utilizados na indústria tradicional. De fato, o robô serve como ferramenta de modernização de indústrias já instaladas, que foram ficando obsoletas, mas que, com a robotização, podem dar um salto muito importante. Daí, a revolução provocada principalmente nas linhas de montagem, setor que ocupava grande quantidade de mão-de-obra e era muito conflitivo.

A partir de 1980, se pode prever que no Primeiro Mundo a mão-de-obra rural deve se situar em torno de 3% do total

Do campo à cidade - No início do século XIX, mais de 80% ou 90% da população trabalhadora estava no campo, dedicada às atividades agrícolas ou artesanais. Essa mão-de-obra foi empurrada para as fábricas com grande velocidade pela Revolução Industrial, provocando uma drástica mudança no perfil da ocupação mundial. No início do século XX, as atividades industriais já ocupavam 30% da mão-de-obra, chegando a 50%, considerando também os serviços complementares.

Essa evolução continua até meados do século. Em 1950 começa a automatização, que desloca trabalhadores do setor industrial para o setor terciário, o setor de serviços. (E, dentro do setor de serviços, é preciso diferenciar os vinculados à indústria, transportes, comércio tradicional e os novos serviços relacionados ao conhecimento e à informação.)

A partir de 1980, em uma antecipação do que ocorrerá no próximo século, se pode prever que a mão-de-obra deve se situar dentro dos parâmetros do modelo norte-americano, em torno de três por cento do total. Essa tendência dará uma média para os países industrializados de menos de dez por cento da população ocupada em áreas rurais e para os países subdesenvolvidos, menos de 20%.

O que ocorreu nesse lapso com o setor industrial? A ocupação de mão-de-obra na indústria caiu de cerca de 30 para 20% atualmente, sendo que nos países de maior desenvolvimento tecnológico a cifra é bem inferior: entre 18 e 16% do total da mão-de-obra disponível.

O setor que se tornou gigante foi o de serviços, dedicado principalmente à ampliação do conhecimento, ao planejamento e, também, a uma área em plena expansão, a de lazer. Este último foi o setor que mais gerou empregos na década de 80, reativando, por sua vez, outros setores da economia.

Desta forma, nos últimos anos, se chegou a uma composição completamente nova da distribuição da mão-de-obra no sistema econômico internacional. E, apesar de serem mudanças drásticas, como costuma acontecer com transformações tecnológicas cuja reversão é muito pouco provável, a tendência é um aprofundamento do fenômeno.

Ao mesmo tempo, este processo produziu uma migração de atividades dos países mais desenvolvidos para os países de desenvolvimento intermediário, situados no Terceiro Mundo. A partir dos anos 70, grande parte das atividades industriais "desalojadas" das nações mais ricas se transfere para o Brasil, Polônia, Coreia e China, provocando um crescimento da mão-de-obra industrial nesses países. (Os casos da China e da Índia são especiais, porque possuem também uma economia agrícola muito importante, sem que isso signifique que sejam países agrícolas. Seu setor rural é muito diversificado, há muitos serviços, indústrias. Obviamente em uma zona rural existem pequenas cidades, pequenas aldeias camponesas.)

A automatização reduz empregos nas atividades produtivas, que cada vez mais estão "em mãos" dos computadores. Mas começa também a gerar empregos em tarefas de planejamento, ou seja, em setores como projeto e cálculo.

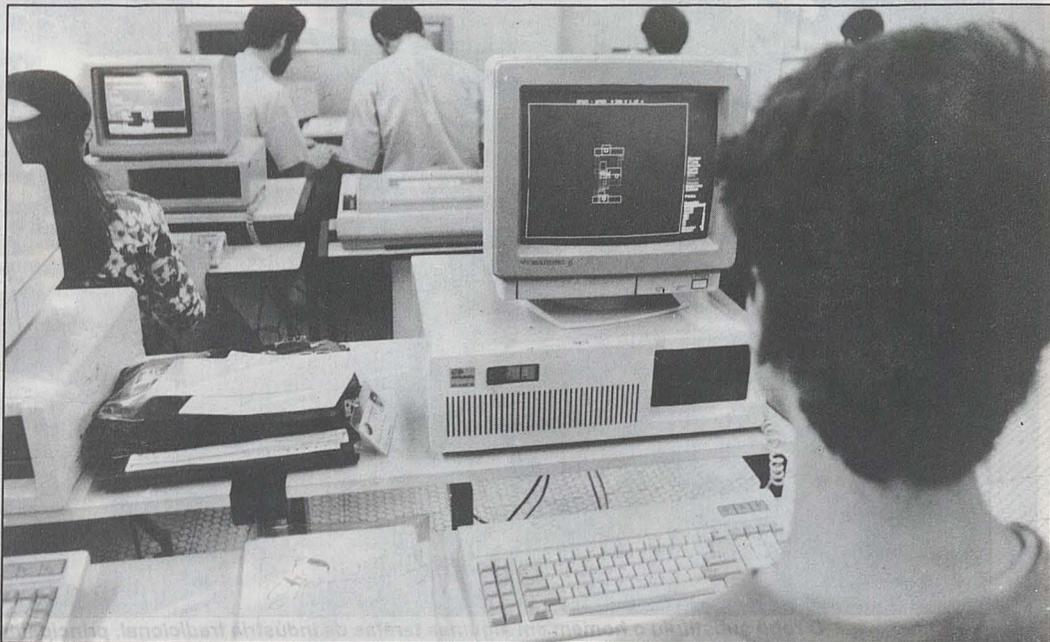
O processo está acompanhado de outro, simultâneo: assim como morrem velhas profissões, outras novas são criadas, com o surgimento de setores antes inexistentes na sociedade. Trata-se, fundamentalmente, de atividades vinculadas ao planejamento, pesquisa e ao desenvolvimento, com especial ênfase na informação e nas comunicações.

Todas elas geram muitos postos de trabalho, que exigem, ao mesmo tempo, uma alta qualificação. Produzem, portanto, uma importante demanda no setor da educação, atualmente um dos principais geradores de emprego em todo o mundo.

O papel do Estado - Chegamos, então, ao tema central, que é o papel do Estado nesta nova sociedade, dominada pelos serviços. Curiosamente, nesta época de tanta ênfase no discurso neoliberal, a constatação é que se trata de serviços prestados pelo Estado. A crescente complexidade da sociedade exige uma ação do Estado muito maior. O Estado é o grande empregador da modernidade. Em todos os países, principalmente nos desenvolvidos, a idéia de que o Estado tende a diminuir é falsa. Ao contrário: a grande crise do Estado é conseqüência do seu imenso crescimento.

A reforma do Estado implica sua adaptação à exigência de cumprir atividades que antes eram exercidas pelas empresas privadas. Ao contrário do que pretendem os economistas neoliberais ao tentar levar o Estado à sua mínima expressão, a privatização é um aspecto de alcance mínimo diante das demandas que o Estado deve enfrentar.

Nos últimos anos, o Estado está crescendo, não diminuindo. Durante a gestão de Margaret Thatcher à frente do governo britânico, o Estado aumentou sua participação na economia inglesa, aproximadamente dois por cento. O mesmo ocorreu na era Reagan, nos Estados Unidos, quando o Estado norte-americano alterou seu perfil, através de mudanças de áreas, mas aumentou sua participação global na economia.



Inclusive a terceirização e a privatização são fundamentalmente atividades do Estado, porque é ele que contrata a atividade privada. Ocorre que a atividade privada se torna cada vez mais dependente do Estado.

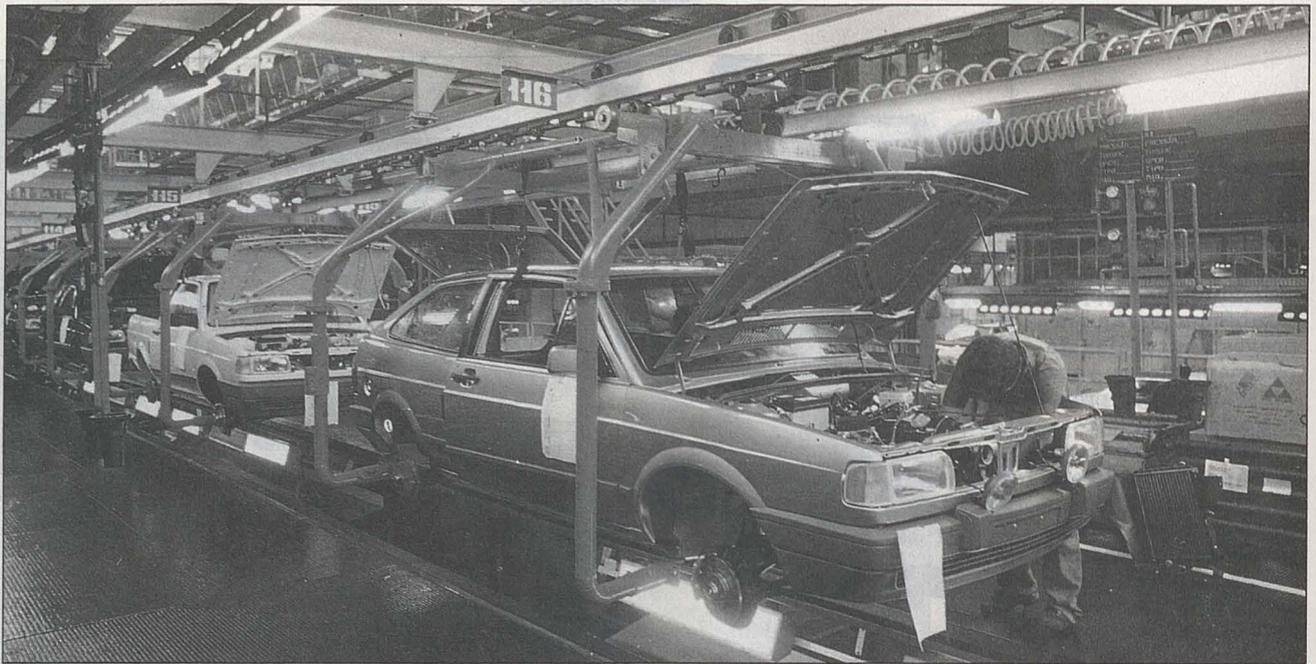
O grande debate deste momento é se o Estado deve voltar às atividades de planejamento, uma vez que está claro que evoluirá rumo a atividades de regulamentação de forma cada vez mais acelerada. Tanto as atividades privadas como as públicas exigem um alto nível de regulamentação. Por seu grande poder de compra, além do mais, o Estado gera muita demanda, induz à atividade econômica.

Em resumo, a tendência que se observa é que a geração de empregos depende de forma crescente do Estado, pela necessidade de aperfeiçoar o planejamento, incentivar o desenvolvimento científico, melhorar a organização e estruturação da economia e da sociedade em seu conjunto. Atualmente, 70 ou 80% das atividades empresariais são de planejamento, projeto e *marketing*. Apenas 20% são de produção, uma atividade final, condicionada pelas fases globais de planejamento.

Os dados da realidade permitem afirmar que a essência da competitividade está hoje na formação da mão-de-obra qualificada, na especialização dos trabalhadores. O peso dos recursos humanos de alta qualificação é cada vez maior na economia. E essa tarefa educativa em sua maior parte só pode ser cumprida pelo Estado.

A importância da educação - Chegamos aqui a uma aspecto chave do problema do desemprego: a atual defasagem entre tecnologia e mão-de-obra. A sociedade moderna oferece postos para um perfil de trabalhador que ainda não existe. A solução para superar esse problema está nas mãos do Estado, pelo

A automatização está cortando empregos na atividade produtiva, que está cada vez mais em mãos dos computadores



O robô substituiu o homem em algumas tarefas da indústria tradicional, principalmente na linha de montagem

seu papel na educação, no investimento dirigido ao conhecimento e à indústria do lazer.

O tema da educação ganhou um papel preponderante no debate atual sobre desenvolvimento. A presença da questão está no processo educativo, na preparação de profissionais e técnicos.

A estrutura do emprego, do processo de produção, está sendo completamente alterada. Nada do que há hoje existia há poucas décadas. Quantos cientistas havia no mundo antes da II Guerra Mundial? Algumas dezenas de milhares. Hoje, deve haver cinco milhões. Todo o sistema de pós-graduação nas universidades foi criado depois da II Guerra Mundial. A universalização dos estudos secundários também. Hoje, já se exige uma universalização do terceiro grau, à altura do *college*, dos Estados Unidos, que implica três anos de especialização técnica (Alemanha) ou universitária (Estados Unidos).

Esse nível de instrução seria o mínimo necessário para se sobreviver no mundo atual em termos de emprego. O trabalhador que não tenha alcançado esse mínimo, terá uma competitividade muito baixa. Será forte candidato ao desemprego.

E a educação, em termos globais, é principalmente pública. Pensar hoje em termos de educação privada é quase impossível. Se pensarmos a nível da escola primária e de algumas escolas secundárias, é possível manter a educação privada para populações de alta ren-

da e contando com subsídios estatais. Mas, no nível universitário, isso é impossível. A universidade privada só pode sobreviver se receber altos subsídios.

A pesquisa, principalmente, requer altos subsídios do Estado, seja em forma direta, via ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, ou pela via indireta, através de fundações, que canalizam fundos de isenções fiscais permitidas para a atividade privada. No setor de pesquisa aplicada, as indústrias realizam investimentos importantes, mas o grosso da investigação em ciência e tecnologia é financiada pelo Estado.

As limitações do capitalismo - O processo de adaptação da mão-de-obra às novas tecnologias, considerado em termos globais, é uma meta impossível de cumprir para o sistema capitalista. Por isso há crescente desemprego. O modelo neoliberal, confiando só nas forças de mercado, não está em condições de lidar com esse processo em escala mundial.

Esta é uma primeira conclusão. A segunda é que os esforços que se fazem para conservar o sistema capitalista funcionando têm um efeito dramático para o emprego. À medida que se introduzem novas tecnologias e se expulsam pessoas dos postos de trabalho que estas suprimem, o funcionamento harmônico do sistema exigiria um imediato mecanismo de reciclagem dessa mão-de-obra. Aquele que perdeu um emprego porque este deixou de existir, deve ser preparado para assumir novas responsabilidades no sistema econômico.

Mas esta não é a filosofia que vigora no sistema de produção capitalista. Quem pressiona a favor da reciclagem não é o teórico neoliberal, nem o empresário, mas o sindicato e o Estado, que estão fora da lógica do capitalismo.

Mas, por outro lado, o movimento sindical mui-

O modelo neoliberal, confiando só nas forças de mercado, não está em condições de lidar com o crescente desemprego

tas vezes não impõe estas contrapartidas porque o aumento do desemprego o enfraquece muito. Por esta razão, é o próprio Estado que deve intervir como regulamentador.

Mas é verdade que existe uma crise do Estado. Com o deslocamento de indústrias do Norte para o Terceiro Mundo, as demissões de mão-de-obra – que hoje ocorrem em massa – provocam a destruição do movimento sindical no país central de onde sai a unidade produtiva. O movimento do capital lhe permite aumentar sua eficiência, ao mesmo tempo que transfere à sociedade os efeitos e os custos da eficiência. É a sociedade que paga as mudanças que os empresários praticam, ao ver-se obrigada a dar assistência aos desempregados.

Nesse processo, a empresa se adapta às novas exigências de competitividade, se moderniza, recupera relativamente suas margens de lucro, mas transfere à sociedade os custos de sua adaptação. Esse é o fenômeno que teve que enfrentar o *Estado de Bem-Estar* na Europa, ao ver-se obrigado a financiar uma massa enorme de desempregados. O capital se salva acabando com o bem-estar.

Porque o Estado de Bem-Estar só pode funcionar com uma economia de pleno emprego, quando a falta de trabalho é um fenômeno marginal. Mas é impossível subvencionar o desemprego quando se trata de milhões de operários parados e sem perspectivas de voltar aos postos de trabalho.

Esse problema nos leva a um último aspecto a considerar na análise das causas e soluções para o desemprego, que é o tema das jornadas de trabalho. Todo o aumento da produtividade que trazem as inovações tecnológicas deveria produzir uma diminuição da jornada de trabalho, aumentando o tempo livre dos operários.

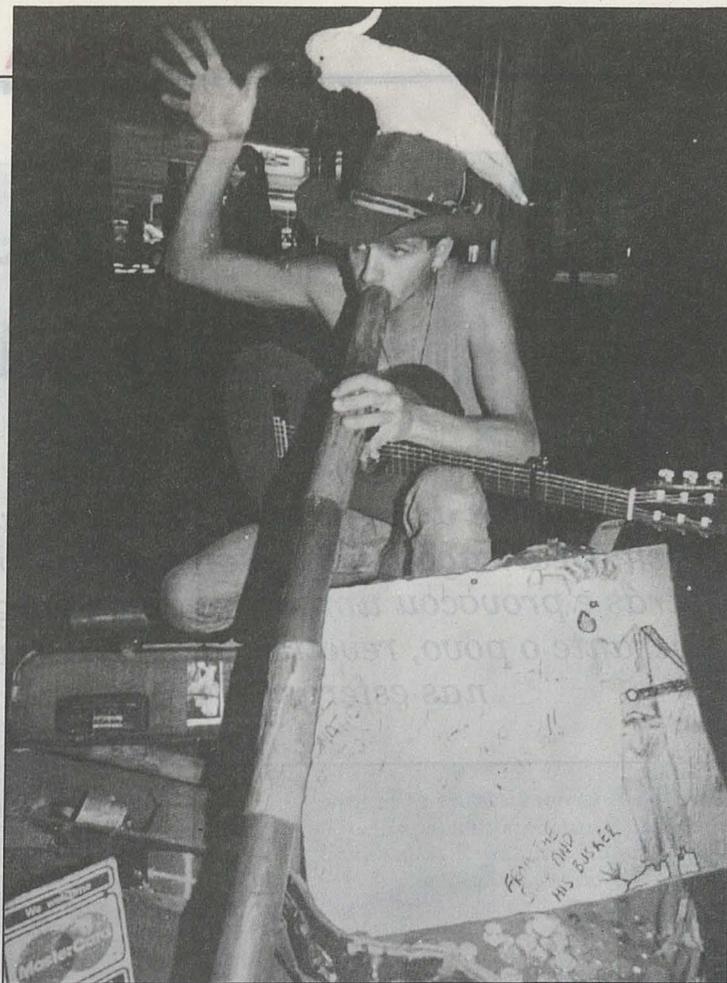
Mas isso não está ocorrendo. Inclusive quando as pessoas conseguem um emprego de meio expediente, aceitam trabalhar mais horas por um salário menor.

O modelo capitalista está impedindo o aproveitamento dos efeitos favoráveis que poderia ter o processo de inovação tecnológica no sistema produtivo, principalmente em relação à diminuição da jornada de trabalho.

Hoje, tecnicamente, a jornada não deveria ultrapassar 20 e poucas horas semanais, mas se mantém em torno de 38 a 40 horas. No fundo, a jornada que hoje se considera como de meio expediente, de quatro ou cinco horas por dia, está expressando o verdadeiro período de trabalho para uma sociedade altamente informatizada.

Uma solução política – Portanto, a solução para o problema do emprego é política e, em parte, a sociedade tem começado a reagir, como se observa nos Estados Unidos e na Europa atual.

A reação varia de país para país e em geral se dirige a uma renovação dos postulados socialistas e so-



Austrália: num país onde o desemprego atinge já 10% da força de trabalho, é comum ver jovens vivendo e "trabalhando" nas ruas

cial-democratas. O grande desafio para estas correntes é retomar o crescimento, voltar ao pleno emprego, condição necessária para que o Estado de Bem-Estar funcione.

E só se poderá alcançar o pleno emprego com uma drástica diminuição da jornada de trabalho e ampliando o investimento do Estado em educação, ciência e tecnologia.

Como nenhum outro, o problema do desemprego mostra que o capitalismo, tal como o conhecemos, está em uma dinâmica final. O neoliberalismo é uma demonstração do enorme esforço que deve ser realizado para conseguir algum tipo de revitalização, provando que, na realidade, o capital hoje não tem mais condições de operar sem o apoio do Estado. A tendência nos próximos anos é a consolidação do Estado como grande investidor de capital. E o Estado não é outra coisa senão o capitalista coletivo.

*Theotonio dos Santos, professor de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

1 A atividade de pesquisa das indústrias privadas é importante porque está voltada para a fase comercial, de desenvolvimento final do produto. Nos últimos anos, as empresas de ponta estão trabalhando não apenas com o desenvolvimento de produtos, mas também na elaboração de novos produtos devido à alta concorrência no plano tecnológico. Por isso, muitas empresas estão investindo em pesquisa básica.

Um fenômeno importante na década de 80 é a colaboração entre grandes empresas para levar adiante pesquisas tecnológicas. Atualmente, muitas destas pesquisas são realizadas por grupos de empresas. Não apenas porque os custos são muito elevados, mas porque o conhecimento é muito complexo e está muito especializado.

Mobutu num beco sem saída

Depois de ter concordado com a democratização, o ditador zairense voltou atrás e provocou uma crise que o desgastou perante o povo, revoltado com a corrupção nas esferas do poder



Tshisekedi cumprimenta Mobutu (dir.) ao ser designado primeiro-ministro em 1991

Beatriz Bissio

Em novembro de 1965, o comandante do Exército do Zaire, Mobutu Sesse Seko, tomou o poder e prometeu a seus seguidores — notadamente a Étienne Tshisekedi, então membro de seu governo — que respeitaria o multipartidarismo.

Infelizmente para o país, o impulso democrático de um dos mais antigos di-

tadores da África durou pouco. Em 1967, Mobutu fundou o Movimento Popular Revolucionário e o manteve como partido único durante décadas.

Nos anos 80, dirigentes que inicialmente tinham colaborado com Mobutu se juntaram às correntes que lutavam pela democratização do país. Entre eles estavam Kibasa Maliba e o próprio Tshisekedi, hoje primeiro-ministro legitimamente eleito. Ambos ajudaram a

fundar a União pela Democracia e o Progresso Social (UDPS), que nasceu em oposição a Mobutu e ao que ele representava, num momento em que o regime autoritário era ainda muito forte.

O partido tinha como estratégia e como única arma a disposição de lutar democraticamente, de seguir o caminho da não-violência. Participando da Internacional Socialista como “partido convidado” (*guest international party*) a UDPS é hoje, como demonstra o passado recente, o maior partido de oposição no país.

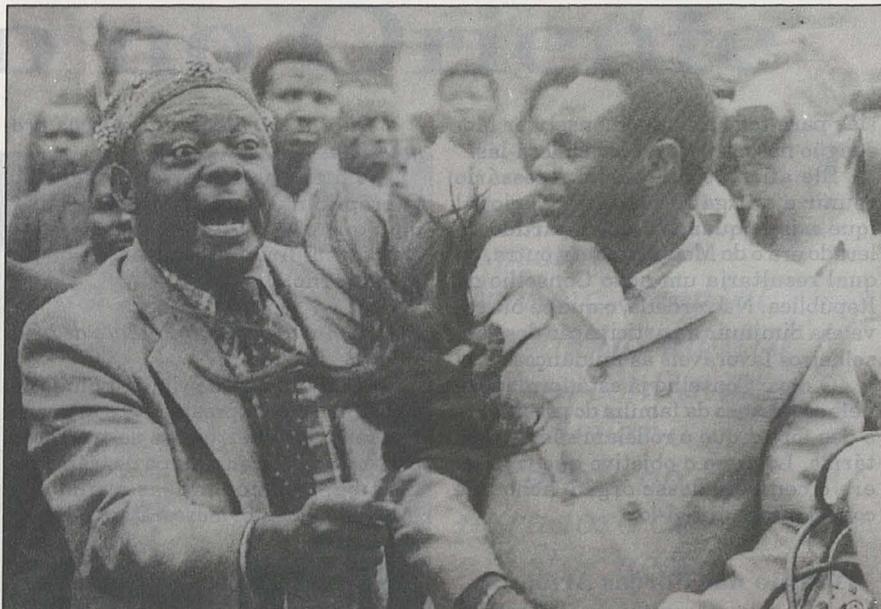
Jean Louis Kalambaie N’Gala, cientista político formado na França, ex-vice-presidente e hoje representante da UDPS na África do Sul, conversou com **cadernos do terceiro mundo** em Johannesburgo sobre as perspectivas do processo de democratização nesse país chave da África central.

Kalambaie N’Gala foi presidente da UDPS na sub-região de Kolwezi, na província de Shaba, onde se encontra a maioria das minas de cobre e uma das áreas economicamente mais fortes do Zaire.

Maior produtor mundial de cobalto e um dos mais importantes exportadores de cobre, o Zaire possui também enormes reservas de outros minerais, entre eles urânio, manganês e estanho. Mas a corrupção em todos os níveis do governo e a má administração exauriram a economia do país e provocaram uma drástica queda na produção (das 15 mil toneladas de cobalto que produzia, hoje só produz 1.500, por exemplo).

A crise está tendo dramáticas sequelas sociais: hoje, um operário zairense ganha o equivalente a no máximo 3 dólares por mês e um diretor de empresas entre 10 e 30 dólares mensais. Essa situação provoca fome e está levando o povo ao desespero, denuncia Kalambaie N’Gala. Para ele, esse quadro vai acabar obrigando os militares a se sublevarem contra o ditador, ficando do lado do povo.

Kinshasa: moradores observam as marcas deixadas por vários dias de choques entre civis e forças do governo



Transição abortada

A transição para a democracia no Zaire parecia irreversível quando foi empossada a Conferência Nacional, que deveria definir o caminho para a superação do autoritarismo. Mas, o fato de Mobutu ter desconhecido as decisões desse órgão pode ter frustrado o processo. Como está a situação atualmente?

— Os trabalhos da Conferência Nacional duraram dois anos, muito mais que outros similares na África. Durante esse tempo, praticamente todas as organizações políticas e civis de nosso país se reuniram para negociar sobre certos princípios de gestão do governo de transição.

O processo culminou com a eleição do primeiro-ministro Ethienne Tshisekedi em 15 de agosto de 1992. Ele foi eleito por todos os representantes da Conferência Nacional, reconhecida e legitimada pelo povo.

Logo após as eleições, o presidente Mobutu — numa atitude de homem de Estado — enviou suas felicitações ao primeiro-ministro escolhido, mesmo não tendo sido seu candidato. Esse fato foi muito bem recebido por todos, pois demonstrava que o antigo ditador desejava se engajar em um processo democrático.

Mas os problemas surgiram logo, no momento da formação do governo...

— É verdade. Antes que Tshisekedi formasse seu governo, Mobutu tentou lhe impor condições, contrariando as resoluções da Conferência Nacional, que determinava que o primeiro-ministro fosse livre para escolher a sua equipe. Tshisekedi finalmente compôs seu governo, de uma forma bem representativa, porque continha pessoas da esfera de influência presidencial e da oposição.

Infelizmente, o primeiro-ministro foi impedido de trabalhar e não conseguiu ultrapassar três meses de gestão. O primeiro e maior problema surgiu na gestão dos órgãos financeiros, particularmente do Banco Central. Mobutu

não queria que Tshisekedi — autorizado a gerir totalmente os órgãos do Estado, de acordo com os princípios definidos pela Conferência Nacional — mudasse a orientação do banco.

Mobutu, que sempre administrou o Zaire como uma propriedade pessoal, não queria perder as chaves do cofre...

— Exatamente. Tshisekedi foi categórico: não aceitaria que a responsabilidade pelo Banco Central ficasse com Mobutu. Em consequência deste atrito, o presidente começou a criar empecilhos à gestão de Tshisekedi e terminou por destituí-lo.

Qual foi a posição da UDPS?

— O nosso partido, vencedor das eleições, desconheceu a destituição, dado que Tshisekedi foi eleito pela Conferência Nacional e que a Corte Suprema se pronunciou sobre a sua legitimidade. Quando Mobutu nomeou outro primeiro-ministro, nós continuamos a funcionar fora da estrutura do Estado. A partir daí, Mobutu começou a frear o processo de democratização.

Governo paralelo

Quer dizer que hoje o Zaire tem dois governos, o legítimo, mas que não controla as estruturas do Estado, e o que Mobutu impôs, violando os acordos, mas que controla as principais instituições.

— É verdade. Mobutu controla o

Exército e todas as forças repressivas. E, principalmente, continuou a gerir as finanças da República. Nosso governo está fora das estruturas do Estado, mas ao menos a população segue nossas resoluções.

A Conferência Nacional tinha caráter permanente?

— Não. Era temporária; mas estava previsto um órgão encarregado de pôr em execução as suas resoluções, que devia atuar como um Parlamento durante o período de transição. Esse órgão é o Conselho da República. Ele chegou a ser empossado depois da Conferência Nacional ter concluído os seus trabalhos.

Mas havia muitos membros do Conselho da República que desejavam romper com a antiga ordem, e o que as pessoas do círculo presidencial e o próprio Mobutu não aceitaram. Foi assim que começaram manobras para rediscutir as resoluções da Conferência Nacional.

Monsenhor Laurent Mosengüo Nya-Pasinya — eleito democraticamente pela Conferência Nacional para dirigir a transição e garantir a legitimidade e a legalidade — nos fez reinaugurar a Assembléia Nacional, obedecendo à vontade de um só homem, o presidente Mobutu.

Ele foi pressionado por Mobutu e ce-deu?

— Aparentemente sim. Mas ninguém no Zaire compreendeu sua atitude.

O fato é que, mesmo tendo sido as resoluções fruto de longo debate e satisfató-

rias para todo mundo, monsenhor Mosengüo nos obrigou a reconsiderá-las.

Ele afirmou que seria necessário reunir a antiga Assembléia Nacional (que existia quando o único partido tolerado era o do Mobutu) com a outra, da qual resultaria um novo Conselho da República. Na verdade, o que se buscava era diminuir a participação dos conselheiros favoráveis às mudanças.

O novo Conselho já está formado, e nele as pessoas da família do presidente e das forças que o rodeiam são majoritárias. Logo, se o objetivo que tinham era o controle desse órgão, acho que conseguiram atingi-lo.

Divisão nas Forças Armadas

Os partidos políticos estão na ilegalidade?

— Não. Eles continuam funcionando.

Existe liberdade de expressão?

— Na prática, são sempre os círculos ligados a Mobutu que se expressam na rádio e na televisão. Eles controlam os meios de comunicação. Os outros partidos não têm nenhum acesso. Alguns partidos políticos da oposição conseguem se manifestar nos poucos e raros jornais favoráveis às mudanças. Mas, para nos fazer ouvir, geralmente só contamos com a mídia estrangeira.

Qual a estratégia das forças progressistas?

— Lutar por um governo legítimo. O próprio monsenhor Mosengüo afirmou que era absolutamente necessário pôr um fim a essa situação de duplo governo.

Quanto duraria o mandato de transição de Tshisekedi?

— O mandato do primeiro-ministro, assim como o do presidente e mesmo a validade das instituições da transição, deve coincidir com a etapa de transição. Ou seja, segundo nossas avaliações, mais ou menos 18 meses. Depois viriam as eleições.

Para a presidência também?

— Sem dúvida.

Em nosso continente, a América Latina, mais particularmente na América do Sul, tivemos longos anos de ditaduras militares. Elas acabaram caindo pela resistência do povo e, também, porque em muitos casos as Forças Armadas se dividiram.

O sr. acredita que a luta do povo do Zaire pela recuperação da democracia acabará por entrar nas casernas? É possível uma divisão dos militares?

— Eu tenho certeza que isso vai acontecer. O povo zairense não aceita mais a permanência de Mobutu no poder. As

Forças Armadas estão com a oposição, que é dirigida por Ethienne Tshisekedi. Mas elas não podem se expressar abertamente.

De qualquer forma, nas Forças Armadas, já existe uma divisão criada pelo próprio presidente, que organizou um exército privado no interior das forças nacionais, composto na sua maioria de gente da sua mesma tribo. A sua tática é *dividir para reinar*, a mesma que usa com a sociedade civil.

Mas chegará um momento que os militares que forem favoráveis às mudanças ficarão do lado dos civis. Diversos fatos mostram que, em certa medida, o poder no Zaire já está nas mãos do povo. O que falta a este povo são "simplesmente" as armas.

Qual seria um desses fatos?

— Eu lhe darei um exemplo. O governo ilegal de Mobutu, que era dirigido por Faustin Birindua, há alguns meses emitiu uma nova moeda. Esta moeda praticamente não funciona no Zaire. Há regiões no país que utilizam até o dólar ou outras moedas estrangeiras em suas trocas, mas não usam a nova moeda.

Quais seriam os próximos passos da UDPS?

— O nosso objetivo é a conquista do poder através da não-violência. Enquanto isso, a ditadura utiliza abertamente as armas para matar os militantes da oposição. Mas hoje em dia a sua maior arma, que é invisível, é a fome.

Fala-se muito da mortalidade infantil em países como Moçambique. Os números são assustadores, mas a fome naquela parte da África não se pode comparar à do Zaire.

Porém, como os meios de comunicação estão completamente bloqueados, no resto do mundo se pensa que a vida no Zaire segue seu curso "normal". Não é assim; vivemos uma grande catástrofe. Não podemos prever o que pode acontecer. Mesmo a oposição poderia não ser capaz de controlar atos de desespero da população.

Qual é a saída possível?

— Assegurar a realização de eleições livres e transparentes com observadores internacionais.



Militantes da oposição fazem um protesto em frente ao palácio presidencial

De olho no Oriente



Na reunião de Seattle (acima) os EUA podem ter iniciado sua etapa "transpacífica"

Kunda Dixit

Em novembro do ano passado, na reunião de cúpula de Seattle da Organização para a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (Apec), os Estados Unidos reconheceram oficialmente o crescimento explosivo das economias asiáticas e os vínculos com a América do Norte ficaram finalmente formalizados.

A urgência de Washington em realizar esta reunião foi vista por analistas políticos como um indicador de que os Estados Unidos estão ansiosos para se desfazer da sua imagem *transatlântica* e iniciar uma nova etapa *transpacífica*.

A reunião da Apec e a cúpula do grupo dos sete países mais industrializados (G-7), em Tóquio, em julho passado, serviram para destacar a guinada estratégica na percepção que o Ocidente tem da Ásia.

As mudanças parecem ter sido determinadas mais por motivos econômicos do que por estímulos políticos ou de segurança, mas qualquer que seja a razão, os acontecimentos foram chamados pela imprensa regional como o começo do "Século do Pacífico". O Ocidente já não encara as

dinâmicas economias do Leste como meros mercados periféricos.

Agora, a região se transformou em uma locomotiva econômica que potencialmente pode ser capaz até de empurrar as economias ocidentais e tirá-las da sua atual estagnação.

Europa versus América do Norte – Analistas asiáticos sentem que os Estados Unidos, confrontados com os blocos comerciais e depois de sofrer reveses políticos na Europa durante 1993, tinham urgência em se aproximar da Apec para pressionar o Velho Continente e garantir um mercado rentável, em especial depois da incerteza que envolveu as negociações multilaterais do Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) durante quase todo o ano passado.

A maioria dos governos da Ásia oriental foi para a reunião de Seattle com profundos temores. O primeiro-ministro malaio Mahatir Mohammad foi quem mais resistiu. Chegou a boicotar a reunião de cúpula, acusando a Apec de ter ofuscado a Comissão Econômica do Leste Asiático (CEEA), uma organização que excluiu a América do Norte e a Austrália das discussões.

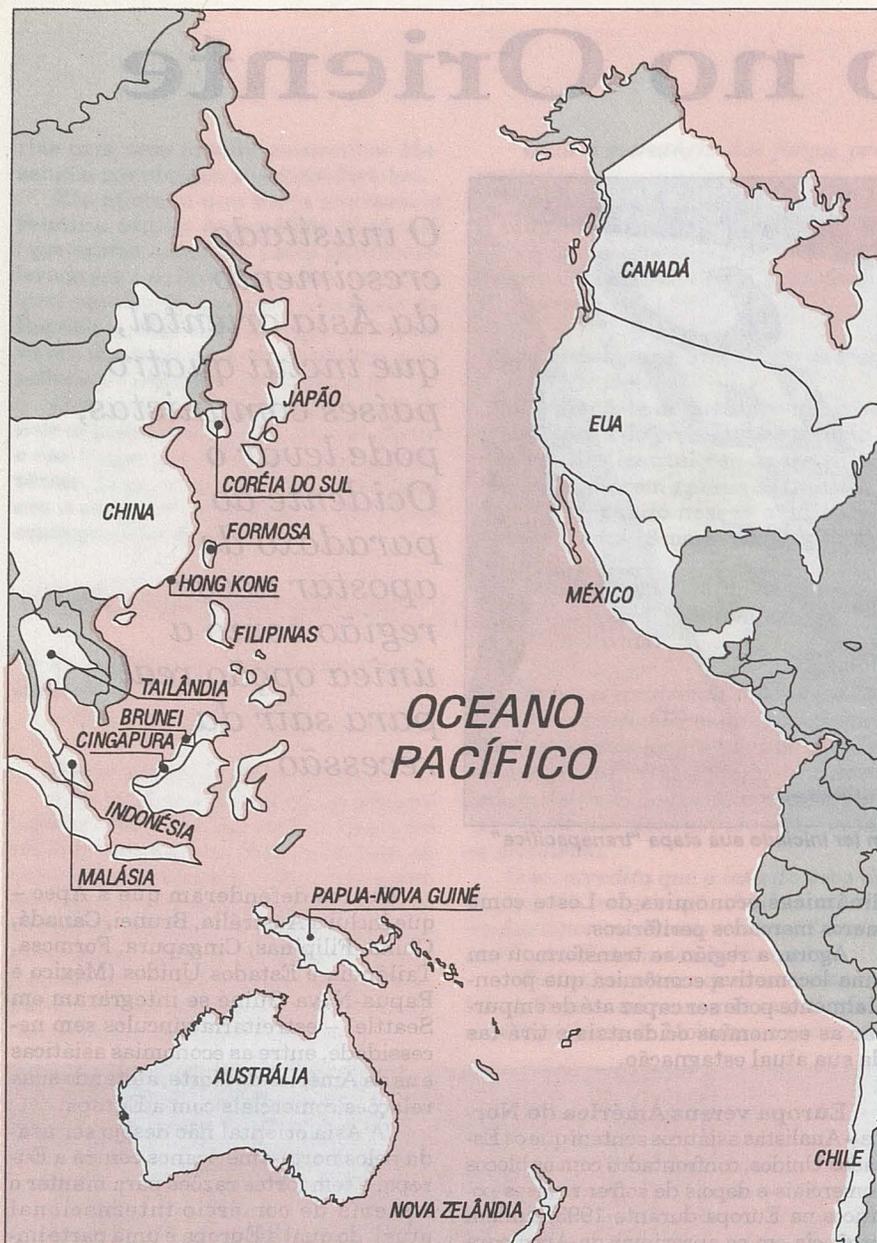
O inusitado crescimento da Ásia oriental, que inclui quatro países comunistas, pode levar o Ocidente ao paradoxo de apostar nessa região como a única opção real para sair da recessão

Outros defenderam que a Apec – que inclui a Austrália, Brunei, Canadá, China, Filipinas, Cingapura, Formosa, Tailândia e Estados Unidos (México e Papua-Nova Guiné se integraram em Seattle) – estreitaria vínculos sem necessidade, entre as economias asiáticas e as da América do Norte, afetando suas relações comerciais com a Europa.

"A Ásia oriental não deseja ser usada pelos norte-americanos contra a Europa, e tem fortes razões para manter o sistema de comércio internacional atual, do qual a Europa é uma parte importante", assinalou Jusuf Wannadi, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta, Indonésia.

Disciplina em vez de democracia – A reunião da Apec em Seattle serviu também para destacar como é cada vez mais importante não falar da Ásia como se fosse um continente monolítico. Até agora os rápidos *tigres* do Leste têm deixado para trás os dinossauros políticos e econômicos da parte continental.

Os países emergentes do Sul da Ásia, porém, agora esquecidos ex-bastões dos anos da Guerra Fria, ainda estão tentando se democratizar. Há si-



A Apec reúne atualmente 17 países: Estados Unidos, China, Japão, Canadá, México, Austrália, Malásia, Filipinas, Cingapura, Formosa, Tailândia, Nova Zelândia, Coréia do Sul, Indonésia, Brunei, Papua-Nova Guiné e Hong Kong (o Chile está entrando este ano)

mento como prova de que o (por eles chamado) *autoritarismo capitalista* funciona, e acusaram o Ocidente de tratar de impor seu conceito de liberdade aos asiáticos.

“O que um país necessita desenvolver é disciplina mais do que democracia. A exuberância da democracia leva a criar condições desordenadas que afetam o desenvolvimento”, assinalou o arquiteto do milagre econômico de Cingapura, Lee Kwan Yew, em uma visita a Manila, Filipinas.

O ano de 1993 mostrou que, embora muitos países asiáticos tenham conseguido um alto nível de renda sacrificando liberdades individuais, o surgimento de uma classe média forte tem estimulado as reivindicações por reformas democráticas.

As mudanças políticas – Os japoneses chegaram a um ponto tão alto de saturação com a corrupção que decidiram terminar com o governo de um partido que administrou o país por 40 anos, apostando em um novo dirigente: Morihiro Hosokawa. O primeiro-ministro, contudo, se viu obrigado a renunciar, a princípios de abril, após denúncias envolvendo-o em corrupção.

Também no ano passado, a Coréia do Sul elegeu um civil como presidente em suas primeiras eleições verdadeiramente livres. O novo presidente, Kim Young Sam, imediatamente lançou um programa para acabar com a legislação autoritária que vigorou no país durante décadas.

Na milionária Formosa, o pequeno território ocupado por empresários de origem chinesa que acumularam uma das maiores reservas de divisas estrangeiras do planeta, o desejo popular de transformações forçou o Kuomintang, o partido do governo, a realizar uma profunda autocrítica.

Na Tailândia, o novo governo civil do primeiro-ministro Chuan Leek-pai, surgido do levantamento popular antimilitar no ano passado, se consolidou

nais, no entanto, que são promissores: as eleições gerais no Paquistão foram as mais limpas da sua história e enfraqueceram o poder dos extremistas militares e religiosos.

A pouco convincente democracia da Índia mostrou que ainda podia provocar surpresas, quando os eleitores depuseram o direitista Partido Bharatiya Janata e deram ao governante Partido do Congresso uma palavra nas eleições parciais, em outubro do ano passado. As reformas por via sumária, do primeiro-ministro Narasimha Rao, mostraram novos resultados.

Em 1993 se tornou evidente outro grande problema da Ásia, quando os países se preparavam para a Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena, que foi realizada em junho.

Os governos que acreditam que o princípio da democracia e do respeito aos direitos são valores universais se chocaram com os que defendem existir um “estilo asiático” de organização política, que coloca como prioridade os direitos coletivos sobre a liberdade individual.

Os governos dos países industrializados do Leste da Ásia mostraram sua ofuscante riqueza e acelerado cresci-

apesar dos problemas que enfrentou inicialmente.

Os processos de abertura democrática na Ásia parecem mostrar que nesta região só depois que um país tenha alcançado um certo nível de renda, através da gestão de governos autoritários, o poder cede e pode dar ao povo mais espaço democrático.

Cingapura pode estar próxima a realizar algumas reformas políticas e a Malásia e Indonésia, teoricamente, também podem começar a mudar sua "democracias guiadas". Funcionários desses países etnicamente diversos dizem estar preocupados com os perigos de uma democracia como a praticada na Índia e Filipinas, às quais culpam pela estagnação econômica e lutas entre as diversas comunidades.

"Há países que abraçaram a democracia liberal do Ocidente sem críticas, até o ponto de paralisar o próprio governo", advertiu Anwar Ibrahim, o poderoso ministro das Finanças da Malásia, que é visto por muitos como o sucessor de Mahatir.

Regimes comunistas – Apesar do impressionante crescimento do Leste da Ásia, o que parece incomodar Washington é que a região conta com quatro dos cinco países comunistas que ainda existem no planeta. Mesmo levando em conta que sua presença militar é cada



Cingapura: acelerado desenvolvimento econômico em um regime autoritário

vez mais reduzida na região, os Estados Unidos ainda mantêm bases na Coreia do Sul e Japão para vigiar possíveis pontos conflitivos.

Um desses pontos é a Coreia do Norte, onde até o ano passado Washington ainda oferecia ajuda e reconhecimento em troca de que o governo de Piongueiangue suspendesse seus planos de construir armas nucleares. Nos últimos tempos, o clima de tensão entre os dois países tem se agravado, devido, por um lado, à proposta de Washington de enviar mísseis Patriot para a Coreia do Sul e, por outro, à recusa do governo norte-coreano em abrir suas instalações nucleares à inspeção internacional.

Embora os Estados Unidos tenham levantado em parte o embargo comercial e de investimentos para permitir empréstimos ao Vietnã, ainda não parece plenamente decidido a desculpar Hanói pela derrota que lhe impôs há 20 anos. Um grupo de pressão, que exige que os Estados Unidos divulguem o número real de prisioneiros que o Vietnã capturou (POW, Prisoners of War) e a quan-

tidade de desaparecidos em combate, os chamados *MIA* (Missed on Action), tem sido até agora decisivo para impedir uma maior abertura norte-americana em relação ao Vietnã.

A própria história pessoal do presidente Bill Clinton, que escapou ao recrutamento para não lutar no Vietnã, conspira contra uma maior aproximação no momento.

O Vietnã obteve a promessa de créditos no valor de 1,6 bilhão de dólares em uma reunião realizada em Paris com investidores, em novembro passado e o país parece se encaminhar rumo à retomada do crescimento econômico.

Washington, ao mesmo tempo, renovou a condição da China de nação mais favorecida no intercâmbio econômico por um período de mais um ano, mas tem pressionado Beijing em temas como as vendas de mísseis ao Paquistão, venda de armas químicas ao Irã, violação dos direitos humanos, as negociações com o Tibete e o uso dos presos como mão-de-obra na fabricação de produtos de exportação.

Apesar de ter perdido a disputa pela sede dos Jogos Olímpicos do ano 2000, a China se negou a fazer concessões. A reunião entre o presidente chinês Jiang Zemin e Bill Clinton em Seattle parece ter convencido Washington de que as táticas de pressionar não funcionam com Beijing e desde então tem moderado o tom de seu discurso.

Mas a guerra de palavras entre a China e o governador de Hong Kong, Chris Patten, continua tão ácida como sempre, enquanto se preparam as negociações sobre o futuro político da colônia britânica quando o território for devolvido ao governo chinês em 1997. ■



O objetivo da Apec é fomentar a cooperação multilateral entre países da Ásia e Pacífico

As cicatrizes da guerra

Vietnã



Carlos Pinto Santos

Após 20 anos relegado ao esquecimento pela mídia, o Vietnã voltou a ocupar as primeiras páginas dos jornais em março passado. Com amplo destaque, se noticiou que os Estados Unidos haviam decidido suspender parcialmente o embargo econômico, decretado após a derrota norte-americana naquele país asiático, em abril de 1975.

A ocasião nos parece, portanto, propícia para um mergulho – doloroso mas necessário – na história desse país. Afinal, não se pode esquecer que o Vietnã infligiu a maior derrota já sofrida pelo Exército dos Estados Unidos. E que vinte anos antes, havia feito a mesma coisa com os franceses, expulsos dali após sua derrota em Dien Bien Phu, cujo 40º aniversário foi recentemente comemorado.

Para lembrar estes fatos, talvez poucos conhecidos pelas novas gerações, estamos reeditando um resumo da extensa reportagem do nosso enviado especial, o jornalista português

Carlos Pinto Santos, publicada em cadernos, nº 82, em setembro de 1985.

Seu trabalho mostrou que o Vietnã é um país onde o novo surge em meio às tristes recordações do passado. “Esquivando as ruínas da guerra, circula uma população que já não foge das bombas, mas procura lenta e pacientemente reconstruir uma nação que, desde o século passado não viveu outra coisa senão a ocupação estrangeira.”

De lá para cá, muita coisa mudou, como demonstra a recente atitude do presidente Bill Clinton. Mas a “guerra” para reerguer o país, iniciada logo após a derrota norte-americana, continua. Seu objetivo é atender às necessidades básicas da população e desenvolver a economia do país. Para muitos será uma luta quase tão longa quanto à travada contra os bombardeiros e “boinas-verdes” dos Estados Unidos. Mas a confiança no futuro é grande. “Se já vencemos uma vez, podemos ganhar também essa batalha”, afirmam os líderes vietnamitas.

O desafio da reconstrução

Com paciência e dedicação, os vietnamitas reconstroem a economia do país atendendo às necessidades básicas da população e aos imperativos do desenvolvimento

Carlos Pinto Santos, enviado especial

Entender a realidade vietnamita em 1985 é impossível se não se tiverem sempre presentes — qualquer que seja o aspecto do país ou do seu povo que se tente retratar — as dimensões do drama que viveram ao longo de duas décadas. Vinte e um anos foram necessários para que cinco presidentes e inúmeros generais norte-americanos reconhecessem uma evidência que se recusavam a aceitar: a derrota infligida à maior potência econômica e militar do planeta por um povo pobre e, aparentemente, frágil.

Diga-se a favor da Casa Branca e do Pentágono que não eram os únicos incrédulos. O mundo compartilhou com eles, durante anos, a certeza de que os Estados Unidos da América eram demasiado poderosos para serem vencidos por um “pequeno povo de camponeses comedores de arroz”.

Os vietnamitas eram os únicos que não acreditavam nisso, porque também eles tinham sua certeza.

Sabiam que, ao longo dos séculos, haviam enfrentado as maiores potências da época, acabando sempre por expulsá-las do seu território. Expulsaram no século 9 os chineses, no tempo da grande expansão do império Han, ao fim de um milênio de ocupação marcado por dezenas de rebeliões vietnamitas, muitas com vitórias provisórias. Venceram os *chams* nos séculos 11 e 12. Rechaçaram os mongóis de Genghis Khan e do seu neto Kublai Khan no século 13, quando estes eram senhores de quase todo o mundo. Repeliram, de novo, os chineses das dinastias Ming e Ching nos séculos 15 e 18, respectivamente. Ainda no século 18, triunfaram sobre os *khmers*.

Depois de três décadas de resistência, caíram no final do século 19, sob o domínio colonial francês, que durou quase cem anos.

Em 1941, começa a luta contra os japoneses, vencedores e substitutos dos franceses na Indochina. Nesse ano, Ho Chi Minh funda o Viet Minh (Liga para a Independência), organiza a guerrilha, lidera a insurreição geral contra os novos invasores e a independência do Vietnã é proclamada a 2 de setembro de 1945, em Hanói.

Ho Chi Minh comanda nova insurreição geral a partir de 19 de dezembro de 1946, desta vez contra os antigos colonizadores, que haviam regressado no final da II Guerra Mundial. Segue-se uma guerra de oito anos até que, em 7 de maio de 1954, os franceses são esmagados em Dien Bien Phu, na maior batalha perdida por um exército colonial europeu.

Mal os europeus saem de cena, entram, confiantes, os norte-americanos, que, nos últimos anos, já cobriam 78% dos gastos militares do aliado francês.

Lançar o Vietnã na Idade da Pedra — Muito ricos, os Estados Unidos não mediram gastos e tudo fizeram para vencer a guerra. De 1954 até 29 de abril de 1975 (quando o embaixador Graham Martin saiu apressadamente de Saigon num helicóptero Polly Green Giant, depois de embarcar no telhado da embaixada), gastaram 150 bilhões de dólares, porque consideravam o Vietnã “de uma importância decisiva para a posição dos EUA no Sudeste Asiático” (J. Foster Dulles, secretário de Estado).

Por terem acreditado superar a obstinação dos adversários, cuja história menosprezaram, lançaram sobre o Vietnã 15 milhões de toneladas de bombas e granadas, isto é, mais de três vezes o total utilizado em toda a II Guerra. Usaram a tecnologia mais avançada



Hanói:
passados mais de vinte anos, os vietnamitas continuam lembrando os mortos no “Natal de Nixon”, em 1972

Escombros de uma escola na
provincia de Son Be



REPORTAGENS

Carlos Pinto Santos

me os desígnios do general, mas era um imenso campo de ruínas quando a guerra acabou.

170 kg de dioxina – Dez anos depois, os bombardeios norte-americanos continuam a fazer vítimas. Nas quatro cooperativas que visitamos, haviam ocorrido, três a cinco semanas antes, acidentes com camponeses ou meninos tratadores de búfalos, que perderam braços, pernas e, num caso, a vida, por terem pisado numa

bomba ou mina antipessoal.

De 1975 a 1978, só a província de Quang Nam-Da-nang contou 3.700 mortos e feridos em tais circunstâncias; na província ao norte, Binh Tri Thien, houve, desde o final da guerra, cerca de 3.000 mortos; no distrito de Trieu Phong (antiga província de Quang Tri), registram-se, num ano, 750 mortos, sem contar os feridos.

do planeta para vencer uma guerra onde nada poupavam e a tudo recorreram, exceto às armas nucleares¹. Tentaram reduzir o Vietnã a nada, ameaçando com o apocalipse: "Digam aos vietnamitas para colocarem o rabo entre as pernas ou nós vamos lançá-los na Idade da Pedra" (general Curtis Lemay, maio de 1964).

O Vietnã não foi devolvido à Idade da Pedra, confor-

As crianças "amero-asiáticas"

Ho Chi Minh é ainda a cidade dos grupos de crianças que interpe-lam e brincam com os estrangeiros de traços ocidentais, escoltando-os pelas ruas e praças da cidade.

No meio dessas crianças, algumas se sobressaem pelos traços fisionômicos ou cor escura da pele. Têm todas mais de dez anos de idade, são mestiças, filhas de soldados norte-americanos. Chamam-lhes "amero-asiáticas", termo inventado pela imprensa norte-americana.

O governo de Washington levantou a questão destas crianças e adolescentes em 1982, nos contatos com diplomatas vietnamitas, em Genebra. Acusaram os dirigentes e instituições do Vietnã de discriminação em relação a essas crianças com sangue norte-americano (a maior parte nasceu de violações cometidas pelos soldados), propondo ao governo de Hanói que as deixasse emigrar para os Estados Unidos. Com a questão dos soldados norte-americanos desaparecidos no Vietnã do Norte e a intervenção vietnamita no Camboja, a situação dos "amero-asiáticos" constituía parte dos obstáculos que a administração Reagan invocava para recusar-se a iniciar o processo de negociações entre os dois países.

Os vietnamitas concordaram imediatamente, impondo como única condição que a partida das crianças e suas mães, desejosas de emigrarem para os Estados Unidos, se fizesse através dos serviços do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur).

De 1983 a março de 1985, 4.700 famílias com crianças "amero-asiáticas" foram encaminhadas pelo Acnur para os EUA.

A partida dessas crianças tem se processado de forma muito lenta porque, segundo a versão vietnamita, os serviços de imigração norte-americanos foram surpreendidos pela concordância imediata do governo de Hanói e começaram a levantar obstáculos à sua entrada. Esta explicação nos foi confirmada por uma funcionária francesa da delegação do Acnur em Ho Chi Minh.

Phan Thu My Dung tem 38 anos e, em 1970, era empregada de um restaurante em Nha Trang, a 400km ao norte de Saigon. Conheceu aí um norte-americano que nunca viu fardado e com quem viveu durante quatro meses. Engravidou e Bill – o único nome ou referência que tem dele – convenceu-a a ir para Saigon, onde My

Dung tinha família. A jovem adoeceu, teve uma menina e regressou a Nha Trang. Bill tinha desaparecido sem deixar rastro e My Dung não teve coragem de procurá-lo através dos serviços militares norte-americanos, porque considerava que vivera com ele numa situação irregular.

Nada mais soube do pai de Phan Thi Thu Huong, hoje uma bonita adolescente de 14 anos, que estudou até o segundo ano do secundário, quando deixou os estudos para aprender inglês, em 1982, já pensando em ir para os EUA. Foi nesse ano que mãe e filha se candidataram para emigrar. Passaram nos exames médicos exigidos pelos serviços de imigração dos EUA e, desde então, esperam a chamada do Acnur.

Os funcionários do Acnur não lhes deram qualquer esperança de poder vir a encontrar o pai de Thu Huong, não sabem quando viajarão, nem em que condições irão viver nos Estados Unidos. O futuro é para elas uma incógnita total.

Thu Huong nunca se sentiu discriminada pelos seus traços ocidentais na escola ou no bairro onde vive e, com um sorriso ingênuo, garante ao repórter que encontrará o pai.

Destruição em massa

- No Vietnã do Norte, os aviões dos EUA destruíram 70% das aldeias e bombardearam todas as cidades, algumas das quais (Vinh, Hong Gai, Dong Hoi, Phu Ly) foram totalmente arrasadas.

- Todas as instalações industriais do norte foram atingidas e, durante os bombardeios do "Natal de Nixon" (1972), 70 a 80% do potencial industrial do norte foram destruídos.

- Todas as pontes do país foram destruídas; as estradas e as ferrovias, bombardeadas várias vezes.

- Cerca de 1.600 instalações de hidráulica agrícola, que irrigavam centenas de milhares de hectares, e mais de 1.000 diques de proteção contra as inundações e a invasão das águas marinhas nos arrozais foram destruídos.

- Todas as barragens do norte foram danificadas.

- Mais de 3.000 escolas e faculdades, 1.500 enfermarias e maternidades de aldeia e 350 hospitais foram arrasados (2.500 doentes do leprosário de Quynh Lap foram mortos pelas bombas de fósforo).

- Cerca de 9.000 das 15.000 aldeias do sul foram parcial ou totalmente devastadas.

- A população urbana passou de 10% em 1960 para 65% no fim da guerra, enquanto a população rural se reduziu de 85% para 35% (Saigon, que à época da colonização francesa não tinha mais que meio milhão de habitantes, ultrapassou os 4,5 milhões na "era americana").

- Na data da reunificação do país, havia no sul mais de três milhões de desempregados, 4 milhões de analfabetos, 1,2 milhão de antigos soldados, oficiais e policiais de Van Thieu desmobilizados, um milhão de tuberculosos, 360 mil mutilados de guerra, um milhão de viúvas, 800 mil órfãos, centenas de milhares de prostitutas, viciados, mendigos e crianças abandonadas (70 mil, 50 mil, 10 mil e 15 mil, só em Saigon, respectivamente), dezenas de milhares de delinquentes (número que aumentou sensivelmente com a desmobilização do exército de Saigon), um quarto da população de Saigon com doenças venéreas e focos de cólera nos bairros mais miseráveis da cidade.

- Dez milhões de hectares de terras de cultivo inutilizadas em todo o país, cinco milhões de hectares de florestas fumigadas a querosene e, em seguida, queimadas a napalm; um milhão de búfalos e bois mortos; 25 milhões de crateras de bombas etc. etc...

A lista é demasiado extensa para ser aqui publicada.

A guerra química, desencadeada pela administração Kennedy sobre o Vietnã do Sul a partir de 1961, também continua a acarretar terríveis conseqüências.

Num estudo publicado em 1982, o biólogo norte-americano Arthur Westing avaliou em 57 milhões de quilos o total de "agente laranja" despejado no sul do país pela aviação dos Estados Unidos. Esta quantidade corresponde a 170 kg de dioxina, cerca de 70% do que se calcula existir no mundo deste veneno, duas mil vezes mais forte que o cianeto.

Outro estudo, recentemente elaborado pelo governo vietnamita com a assistência da Suécia e da União Internacional para a Conservação da Natureza, indica que 1,7 milhão de hectares de antigas terras de cultivo ainda estão improdutivas em 1985 em conseqüência da dioxina que receberam.

É com esta pesada herança que os

Carlos Pinto Santos

vietnamitas são obrigados a viver. Uma década de paz é pouco para superá-la. Além do mais, uma paz muito relativa com a intervenção no Camboja, a invasão chinesa de 1979 e o subseqüente estado de tensão com escaramuças, mantido até hoje, na fronteira do norte, o cerco militar da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e o boicote econômico promovido pelos EUA².

O massacre de Thuy Bo

- Novecentos quilômetros ao norte de Nhi Xuan, na província de Quang Nam-Danang, está localizada a comuna de Dien Tho. Inevitável, como em todo o Vietnã, a visita às três cooperativas agrícolas da aldeia inicia-se, depois da tradicional mensagem de boas-vindas e dos agradecimentos pela presença do jornalista, com a evocação da história da região na sala de reuniões do edifício administrativo. À volta da mesa - repleta de xícaras de café e chá, pratos com fruta e cigarros -, sentam-se os membros do Comitê Diretivo. Vo Kim Ho, guia e intérprete, traduz tudo com um sorriso tranquilo, mesmo quando Le Cong

Chin, o principal responsável partidário de Dien Tho, recorda os acontecimentos trágicos da guerra.

A 500 metros da sala onde conversamos, ergue-se

Destroços de um B-52 abatido durante os combates



A guerra do lado dos EUA

No muro negro do Vietnam Veterans Memorial, em Washington, estão gravados 58.022 nomes. São todos os soldados norte-americanos mortos nos 21 anos da intervenção dos Estados Unidos no Vietnã. Soldados que caíram na “guerra especial” (fase dos “conselheiros militares”, que se seguiu à derrota dos franceses), na “guerra localizada” (iniciada em 8 de março de 1965, com o desembarque no porto de Qui Nhon, em Danang, da “divisão mais rápida do mundo”, a 1ª de Cavalaria, equipada com 15 mil helicópteros) e na época da “vietnamização da guerra” (“mudar a cor dos cadáveres”, segundo palavras do embaixador dos EUA), inaugurada por Nixon no começo da década de 70.

Os Estados Unidos tiveram mais de 300 mil feridos e centenas de milhares dos seus homens ainda sofrem de perturbações emocionais e seqüelas físicas (contaminação do “agente laranja”, por exemplo) pela sua participação na guerra.

Morreram em combate 240 mil soldados do regime de Saigon. Do lado norte-americano, ao longo das

duas décadas, 2,7 milhões de soldados — este número não inclui aqueles com participação indireta nos combates — dos três ramos das forças armadas dos Estados Unidos passaram pelo Vietnã. Sua média de idade era de 19 anos, contra 26 anos durante a II Guerra Mundial.

De acordo com números do Pentágono, os EUA tinham no Vietnã, em 1961, 400 “conselheiros militares”; em 1965, após o desembarque Danang, 185 mil soldados; em 1969, ponto culminante da intervenção, 580 mil, cifra reduzida em 1972 para 173 mil, com a “vietnamização da guerra”. Contando com o exército de Saigon e os contingentes da Coreia do Sul, as tropas que combateram Hanói e a Frente Nacional de Libertação (FNL) chegaram a somar mais de 1,2 milhão de homens.

Nos céus do Vietnã foram abatidos 4.181 aviões da *US Air Force* (3.000 no norte), feito comemorado pelos correios de Hanói, ao longo dos anos, com uma coleção de 19 selos alusivos. Este número inclui as 58 fortalezas voadoras B-52 (cada um destes mastodontes transportava 30

toneladas de bomba), 23 das quais derrubadas pela artilharia antiaérea e pelos mísseis soviéticos *Sam* — adaptados por cientistas vietnamitas, durante os ataques a Hanói, Haiphong e outras cidades do norte — durante o mês de dezembro de 1972 (entre os dias 18 e 30 daquele mês). O período ficou conhecido como “Natal de Nixon” ou “Natal de Kissinger”.

Após a assinatura dos Acordos de Paris (27/1/73), Hanói libertou 566 prisioneiros norte-americanos, em sua maior parte capturados em 1968, dos quais 300 pilotos. Cerca de 80% dos prisioneiros fizeram declarações públicas contra a agressão dos Estados Unidos durante o cativeiro.

O governo de Washington afirma que ainda estão desaparecidos 2.483 soldados do seu país em todas as regiões do Vietnã. Em 1982, 18 corpos foram restituídos pelas autoridades vietnamitas, que garantem terem sido os últimos encontrados dessa lista de desaparecidos. Elas asseguram também que não há qualquer prisioneiro norte-americano no Vietnã.

um monumento em forma de pilar quadrangular, semelhante a milhares de outros espalhados pelo país. Diz a inscrição na base do monumento: “Aqui, os agressores dos Estados Unidos assassinaram 145 velhos, mulheres e crianças queridos. Que este ódio nunca seja apagado e fique sempre vivo, muito profundamente, em todos nós.” Uma data, 10/2/67, e o nome do lugarejo, Thuy Bo. No fundo, foi apenas outro massacre cometido pelos soldados norte-americanos, desconhecido no mundo porque aqui não houve, como em Son My-Lai, fotos que abalasses a consciência da opinião pública.

Depois de fuzilarem 145 pessoas em menos de 15 minutos, os soldados norte-americanos esvaziaram toda a região, de grande importância estratégica na defesa de Danang, o maior complexo militar que os Estados Unidos tiveram no Vietnã e de onde lançavam os ataques à zona do Paralelo 17 e às cidades do norte.

Não obstante, em 1970, ainda resistiam na região mais de mil camponeses, que perambulavam de luga-

rejo em lugarejo, semi-arrasados, transportando em sacos tudo o que lhes era possível possuir nesta “zona branca”³. As suas casas, os abrigos subterrâneos e as colheitas eram sistematicamente queimadas. Quatro mil pessoas caíram na luta e, entre estas, 1.500 quadros revolucionários e membros das forças de autodefesa.

“Fomos considerados uma das aldeias heróicas da província e, tal como a unidade de autodefesa, recebemos várias condecorações. Em 28 de março de 1975 (véspera da tomada de Danang pelo Exército Popular), as forças da aldeia neutralizaram quatro batalhões do exército inimigo, o que lhes deu direito à Ordem da Libertação de Primeira”, conta, orgulhoso, Le Cong Chin. ■

1 Numa entrevista dada à revista *Time* em julho de 1985, o ex-presidente Richard Nixon afirmou que, durante o seu governo, considerou a hipótese de utilizar a bomba atômica em quatro ocasiões, uma das quais no Vietnã. Segundo acrescentou, o que impediu de recorrer à bomba atômica no Vietnã foi a previsão da morte de um milhão de civis.

2 Em março passado, o governo norte-americano decidiu suspender parcialmente o embargo econômico ao Vietnã.

3 Na linguagem militar do comando militar norte-americano isso significava área de “destruição total”.

Os amigos não se esquecem

O jornalista australiano Wilfred Burchett escreveu sobre o Vietnã durante quase 30 anos. Todos os vietnamitas que o conheceram lembram-no com emoção

Ao convidarem a viúva de Wilfred Burchett¹, Vessa Burchett, o primeiro-ministro Pham Van Dong e o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã (PCV), Le Duan, rendiam, às vésperas do 10º aniversário da vitória, uma homenagem a um homem que, ao longo de três décadas, escreveu milhares de páginas, publicadas no mundo inteiro, sobre a luta do seu povo.

Quando os vietnamitas falam dele, é com emoção, recordando episódios bem-humorados. "Foi o primeiro jornalista estrangeiro que me entrevistou nas regiões em nosso poder e também o primeiro a percorrê-las. Era um jornalista muito atento e muito bem informado, perguntava sobre tudo, partilhava conosco a vida dura da selva, vestia-se e comia como um camponês ou guerrilheiro. Adaptava-se, facilmente, à nossa forma de existência, e esteve conosco sob os bombardeios dos B-52. Tudo isso ele suportava muito bem", recorda Nguyen Huu Tho, presidente da Assembléia Nacional.

Antes de enfrentar a primeira longa estada nas zonas libertadas, Wilfred Burchett encontrou-se, em 1963, com o presidente Ho Chi Minh, em Hanói. Este começou por negar a pretensão do jornalista, alegando que a sua idade já não lhe permitia suportar as duras condições da vida na selva. "Você está muito velho para fazer uma viagem a pé pelo sul", disse-lhe *tio Ho*.

Burchett respondeu, lembrando a Ho Chi Minh que os seus 53 anos correspondiam, exatamente, à idade de Ho quando, em 1944, fora libertado da prisão de Kwang-Si, na província meridional da China onde estivera como prisioneiro de Chiang Kai Chek. À saída da prisão, Ho Chi Minh, enfraque-

cido e doente, teve de treinar para recuperar as condições físicas que lhe permitiram viajar pelo interior do Vietnã e organizar a resistência contra os franceses. Ho Chi Minh riu com a resposta de Burchett e não levantou mais objeções ao seu deslocamento.

Encontro marcado - Truong My Hoa², hoje primeira responsável do PCV no populoso e estratégico bairro de Tan Binh, situado na zona norte da



Burchett (dir.) numa área sob controle da guerrilha em 1964

Cidade de Ho Chi Minh, também conheceu Burchett em janeiro de 1964, na região de Giandinh. Tinha 14 anos e fora chamada a uma aldeia a 30km de Saigon, para ser entrevistada por Burchett como representante da juventude revolucionária da FNL.

Vinte anos depois, My Hoa lembra-se ainda das perguntas feitas por Burchett e de como ele ficara impressionado com a sua pouca idade e o seu aspecto franzino. O jornalista perguntou-lhe se não tinha medo de ser presa ou de morrer, ao que My Hoa respondeu que, quando se é jovem e se escolhe o caminho da revolução, não se tem medo de segui-lo até o fim.

Ao despedir-se de My Hoa, Burchett marcou um encontro com ela na Saigon libertada, que nunca aconte-

ceu. My Hoa foi presa três meses depois da visita de Burchett.

Nas várias viagens que Burchett fez ao sul após a reunificação do Vietnã, My Hoa, mergulhada nas tarefas políticas, não pôde vê-lo. Ao saber da morte do jornalista, em 1983, My Hoa sentiu-se culpada por não ter comparecido ao encontro marcado 19 anos antes. "Queria dizer-lhe - afirma com emoção - que os meus 11 anos de prisão foram uma espécie de respostas ao que ele quis saber em Cu Chi, se eu não tinha medo da prisão, da tortura e da morte, apesar da minha pouca idade. Queria dizer-lhe que, jovem pequena e magra, pude provar, com a minha luta, ser capaz de fazer todos os sacrifícios e que estive preparada para ir até a morte."

Em abril deste ano, My Hoa soube pela rádio que Vessa Ossikovska Burchett estava no país como convidada especial às comemorações da vitória sobre o regime de Thieu. Não a conhecia, mas conseguiu localizá-la. "Foi uma forma de cumprir a minha promessa de encontrar Wilfred Burchett em Saigon libertada, embora muito tempo depois e através da viúva dele. Quis também exprimir-lhe o meu pesar pela perda do marido."

¹ Wilfred Burchett fez parte do Conselho Editorial de *cader-nos*, desde a fundação da nossa revista até a morte do jornalista, ocorrida em 1983

² A vida de My Hoa serviu mais tarde ao escritor Tran Dinh Van para criar a personagem "Y" no romance *Vivre Comme Vous* (traduzido em francês, inglês, espanhol e russo), que aborda a luta clandestina dos revolucionários vietnamitas do sul e que o autor dedicou a Nguyen Van Troi. Nguyen Van Troi, por sua vez, foi um jovem electricista membro da FNL, que falhou num atentado a bomba contra o secretário de Estado da Defesa norte-americano, Roberts S. MacNamara. Foi fuzilado publicamente em Saigon em outubro de 1964 e a sua foto, amarrado ao poste de execução, ficou célebre. Diante de vários jornalistas, vietnamitas e estrangeiros, Van Troi deu uma verdadeira conferência de imprensa até seu último instante de vida, denunciando o regime de Saigon e a presença militar dos EUA no Vietnã. Hoje, é um dos mais populares heróis vietnamitas e muitas ruas das cidades do país têm o seu nome

Memórias de Son My-My Lai

Massacre que maior repulsa provocou no mundo, recordado por uma sobrevivente

Pham Thi Trinh, 27 anos, é guia no museu de Son My-My Lai e uma das cinco sobreviventes do massacre de 16 de março de 1968. Duas meninas de 10 e 13 anos, uma mulher de 30 e uma velha foram as outras quatro sobreviventes. Thi Trinh tinha 10 anos e foi a única sobrevivente de uma família de onze pessoas. Os soldados mataram sua mãe, quatro irmãos (um com sete meses) dois primos, tia, tio e a avó.

Em Son My foram assassinadas ao todo 504 pessoas: 182 mulheres (17 grávidas), 173 crianças (56 bebês), 60 velhos e velhas, 89 adolescentes. Não houve homens entre as vítimas porque nesta zona, muito disputada desde 1964 entre as forças populares e o regime de Saigon, todos aqueles em idade de combater integravam o destacamento de guerrilha da região que, no dia do massacre, se encontrava afastado das suas bases.

Tudo começou às 6h da manhã de 16 de março de 1968. Após uma hora de bombardeio, nove helicópteros desembarcaram, em duas levadas, três companhias da força-tarefa *Alpha, Bravo e Charlie*. Foi esta última, comandada pelo capitão E. Medina, que recebeu a missão de reduzir a aldeia à "zona branca", aplicando a tática dos "três tudos": matar tudo, queimar tudo, destruir tudo. O "matar tudo" foi confiado ao grupo do tenente Williams L. Calley Jr.

O massacre durou até às 13 horas. Despejados dos helicópteros, os soldados norte-americanos cercaram todos os lugarejos e casas espalhadas num raio de 2km, e começaram imediatamente a liquidar tudo que encontravam com vida: mulheres, crianças, velhos e animais. Incendiaram casas, colheitas, árvores e, antes de se retirarem, colocaram cargas explosivas nos abrigos subterrâneos e nas habitações que ainda resistiam ao fogo.

A repercussão no mundo - Quando as notícias do massacre se tornaram públicas, e o comando militar dos EUA teve de reconhecê-lo, alguns dos seus executantes foram levados a tribunal militar. Foi quando o repórter Jay Roberts, que tinha acompanhado o tenente Calley em Son My-My Lai, descreveu na revista *Life* algumas cenas da chacina, ilustrada por fotos.

"Na periferia do lugarejo - relata Roberts na *Life* de 5 de dezembro de 1969 - encontra-se uma pilha de cadáveres. Uma criança se aproxima e segura a mão de um morto. Um soldado que está atrás de mim ajoelha-se em posição de disparo e mata-a com um só tiro."



Thi Trinh, diante do monumento às vítimas de My-Lay

"...Os soldados aproximam-se de um grupo de mulheres, entre as quais uma menina de 13 anos, vestida com um pijama negro. Um deles agarra-a e, ajudado pelos outros, começa a despi-la à força. 'Vejam como ela é feita', diz um deles. Como estes valentões se obstinam em despi-la no meio de cadáveres e cabanas em chamas, a mãe tenta socorrê-la, agarrando-se a eles e arranhando-os. Uma outra mulher vietnamita, receando pela própria pele, tenta conter a revolta da mãe. Um soldado lhe dá pontapés e um outro a esbofeteia..."

Roberts tirou uma foto da jovem abotoando a camisa escondida atrás da mãe, diante da qual tinha sido estuprada pelo grupo de soldados. Ele continua o seu relato: "...Um soldado pergunta: 'E agora, que fazemos com elas?'. Responde outro: 'Vamos matá-las'. Ouvi o barulho de uma M-60, uma metralhadora, e quando nos viramos, todas estavam mortas, as crianças também..."

Jay Roberts e alguns dos soldados que executaram o massacre fotografaram tudo. Muitas dessas fotos foram vendidas mais tarde, pelos próprios militares a revistas norte-americanas e estão no museu de Son My.

São imagens de terrorismo. Duas crianças vivas caídas uma sobre a outra, num caminho da aldeia, com a seguinte legenda de um soldado, cúmplice e testemunha, de nome Ronald Haeberle: "Quando estes dois meninos ficaram sob a mira, o mais velho tentou proteger o irmão menor, cobrindo-o com o corpo. Logo a seguir, os nossos rapazes abateram-nos."

Três crianças ainda vivas, que choram diante do cadáver da mãe, um velho olhando a objetiva instantes antes de ser assassinado, outro cadáver de um velho lançado vivo num poço e depois metralhado, um monte de cadáveres no riacho onde foram exterminadas 170 pessoas, um soldado ateando fogo a uma cabana...

Na última das seis salas do museu que contam o massacre, estão as fotos dos dois chefes operacionais. A do capitão E. Medina tem, embaixo, a afirmação que ele proferiu no tribunal: "Foi dada ordem de destruir My Lai e tudo o que aí se encontrasse." A outra mostra o tenente Calley num helicóptero após a reconstituição do massacre fazendo o sinal da paz para o objetivo...

"Minha filha, tenta viver" - Percorrido o museu

e os locais onde se desenrolaram algumas cenas da chacinha, Pham Thi Trinh conta a sua história e lembra o que viu naquela manhã sangrenta.

A sua família foi surpreendida pelos soldados da companhia *Charlie*, quando tomava o café da manhã. No momento em que eles entraram e começaram a disparar, a mãe empurrou-a para o abrigo subterrâneo da casa, sem que os soldados notassem. Aterrorizada, ela ficou aí durante cerca de uma hora, ouvindo os tiros, os gritos e o crepitar das chamas. Depois, entrou na casa do lado, para procurar a mãe, e viu uma mulher ainda viva, a barriga aberta à baioneta e com um bebê chorando, agarrado a ela. O pranto da criança denunciou mãe e filho, atraindo a atenção de um soldado, que entrou na casa e liquidou os dois. Os cadáveres caíram sobre Thi Trinh, que o norte-americano julgou estar morta.

Durante um longo período, ela não se moveu debaixo dos cadáveres. Depois, saiu da casa e entrou em outra, onde encontrou o cadáver da tia. Fugiu e regressou à casa que ainda não se incendiara. Deparou com a avó morta num armário onde havia se escondido e viu a mãe agonizante. Agarrou-se a ela, que exortou a filha e todos os sobreviventes a tentarem qualquer modo de fuga. "Minha filha, tenta viver. Eu estou morta", são as últimas palavras que Thi Trinh recorda da mãe.

Aqui a memória da jovem confunde-se. Lembra-se da mãe se arrastando para fora da casa, já atingida pelo fogo, e de ter visto o cadáver do irmão de sete meses. Escondeu-se de novo no esconderijo que horas antes lhe tinha salvo a vida, com o corpo coberto do sangue da mãe e das outras vítimas. Acredita que se salvou porque eles se esqueceram de dinamitar a sua casa como tinham feito com todas as outras.

Saiu do abrigo e viu o corpo queimado do irmão de sete meses, apenas com o rosto reconhecível. Todos os outros parentes estavam semicalcinados. Ficou agarrada ao cadáver da mãe até que o fogo a obrigou a deixar a casa. Tudo ardia à sua volta e não encontrou os outros sobreviventes que moravam a dois quilômetros do lugar. Correu pela estrada por entre cadáveres, animais mortos e árvores queimadas. Sufocada pela fumaça, passou pelo posto de autodefesa da aldeia e viu os corpos amontoados das 102 pessoas que ali haviam sido assassinadas. Foi quando desmaiou de medo.

Ao anoitecer, os camponeses que tinham vindo das aldeias vizinhas para enterrar as vítimas do massacre, encontraram-na desmaiada, julgando-a morta.

Mas Thi Trinh recuperou os sentidos e salvou-se de ser enterrada viva. Foi recolhida pelo coletivo de uma aldeia onde passou a viver com o pai. Só dois anos depois, visitou as ruínas de sua aldeia.

Os sonhos de uma jovem

O depoimento de Kim Phuc, a menina cuja imagem correndo por uma estrada, após ser queimada por uma bomba de napalm, se transformou num dos símbolos do horror da guerra

5 de junho de 1972. Pelos alto-falantes instalados ao redor de Trang Bang, os 2.000 habitantes desta aldeia situada 50km ao norte de Saigon, à beira da Estrada Nacional nº1 (que, desde a colonização francesa, é chamada de "Mandarina"), recebem ordem para evacuar as suas casas nas próximas duas horas: Trang Bang fora condenada a transformar-se em "zona branca", o que, na linguagem do comando militar norte-americano, quer dizer destruição total.

As famílias juntam o que podem e caminham pela "Mandarina" em direção à "aldeia estratégica" que o exército lhes destinou. Algumas delas - 100 pessoas, entre as quais muitas crianças - abrigam-se num pagode situado a 700 metros da aldeia.

Horas depois, surgem os primeiros bombardeios, que, em duas passagens, fazem de Trang Bang um monte de escombros. Três dias mais tarde, na manhã de 8

de junho, dois *Skyraider* da Força Aérea norte-americana completam a missão, lançando bombas de *napalm* de 500 quilos. À primeira passagem dos aviões, uma bomba cai junto do pagode e os adultos gritam às crianças para correrem em direção aos soldados sul-vietnamitas. Mas, quando elas estão abandonando o templo, um *Skyraider* larga uma bomba sobre ele.

Phan Thi Kim Phuc, de nove anos de idade, é envolvida no fogo pegajoso do *napalm*. A roupa arde num instante e ela sente uma dor lancinante, mas consegue correr 500 metros pela estrada, com os irmãos e primos, até cair desmaiada.

A foto, 12 anos depois - A foto que o repórter da *Associated Press*, Nick Ut, tira desse instante corre mundo, é impressa em milhares de jornais e revistas ao longo dos anos, tornando-se uma das mais célebres da guerra do Vietnã: a da menina correndo nua pela estrada.

AS GRANDES REPORTAGENS

Memórias de

da, o corpo queimado e o horror estampado no rosto, num cenário de fogo e destruição. "É difícil não perder a fé na humanidade em face de tais imagens", foi a legenda do *New York Times* quando a publicou.

Doze anos mais tarde, Kim Phuc voltou a ser notícia na televisão e imprensa internacional. A foto, tirada em 1972 em Trang Bang, surgiu de novo nos jornais, ao lado de outras que mostravam Kim depois de uma cirurgia plástica recente efetuada na Alemanha Federal.

É a história do período decorrido entre essas fotos que Kim Phuc conta ao enviado de **cadernos** numa manhã quente de maio, no terraço do Hotel Rex (Ben Thanh em vietnamita), na Cidade de Ho Chi Minh.

Kim Phuc tem hoje 22 anos. Vestida com uma camisa de manga comprida que esconde as cicatrizes, o rosto aberto num sorriso terno — o *napalm* que queimou 75% do seu corpo não atingiu a face —, ela bem pode ser confundida com as outras bonitas jovens que cruzam as ruas da cidade. Numa voz pausada e frases curtas, Kim recorda o dia em que, pela primeira vez, compreendeu o que era a guerra.

Lembra-se da dor terrível da corrida pela estrada e de acordar no hospital de Saigon muito cansada, com o corpo rasgado pelo sofrimento. O pescoço, as costas e o lado esquerdo do tronco tinham sido completamente atingidos pelo fogo. As mãos estavam semiparalisadas e insensíveis, o braço esquerdo mais curto três centímetros que o direito e o pescoço sem mobilidade.

Esteve internada oito meses no hospital e regressou depois, com a família, para Trang Bang, que os seus habitantes teimaram em reconstruir. Nos 14 meses seguintes, deslocou-se com a mãe, todas as semanas, a Saigon, para tratar-se. Ao fim de dois anos de tratamento, continuou os exercícios em casa, para readquirir um pouco dos movimentos das mãos.

Com os poros da pele destruídos, Kim continuou a sofrer com as queimaduras que se abriam nas mudanças de clima e nos meses mais quentes, provocando-lhe dores quase insuportáveis (o que acontece até hoje).

Conseguiu recuperar-se um pouco, o que lhe permitiu frequentar a escola. Fez o curso secundário e ganhou um prêmio de melhor aluna no último ano. Em 1982, preparou o ingresso na faculdade de medicina.

Porém, nesse ano, o estado de saúde de Kim se agravou, impedindo-a de se preparar devidamente para o exame de admissão. "Tinha constantes dores de cabeça, que não deixavam que eu me concentrasse". No ano seguinte, ela conseguiu ser admitida na faculdade, mas, no final de quatro meses de estudo, piorou, o que levou os médicos a proibirem de seguir um curso demasiado exigente para a sua debilidade física. Hoje, ela é estudante de inglês.

Um hospital na Baviera — Naquela manhã de junho de 1972, o fotógrafo da AP não era o único correspondente estrangeiro que cobria o bombardeio de Trang Bang. Estavam no local pelo menos três equipes de televisão dos EUA, uma da Ho-

landa e dois outros fotógrafos da revista alemã *Stern*, Klaus Liedtke e Perry Kretz. Eles sabiam que, nesse dia, a aviação norte-americana iria varrer do mapa mais uma aldeia do sul do Vietnã.

Testemunhas diretas dos bombardeios e com um contato quase físico com as vítimas, a visão de Kim Phuc queimada perturbou os dois alemães. Um ano depois, Perry Kretz e Klaus Liedtke visitaram Kim em Saigon. Ela acabara de sair do hospital e continuava sofrendo, mas — lembra Kretz — disse aos dois fotógrafos que tinha fé na vida e já então desejava tornar-se professora ou médica. Kretz, que continuou a cobrir a Indochina após a reunificação do Vietnã, visitou Kim outras vezes.

Em março de 1983, quando foi proibida de prosseguir o curso de medicina, Kim enviou uma carta à redação da *Stern*. "Vocês estão longe — escrevia — e, por isso, não podem imaginar o meu sofrimento. Nos últimos meses, fez muito calor no Vietnã e as feridas voltaram a se abrir. Quase não consigo suportar a dor. Gostaria de morrer."

A leitura dessa carta desesperada fez Kretz propor à direção da revista que financiasse a ida de Kim Phuc para um hospital da Alemanha Federal, especializado em queimaduras. A *Stern* aceitou e, em junho de 1984, Kretz viajou ao Vietnã, a fim de buscar a jovem amiga.

Kim Phuc esteve quatro semanas no hospital de Ludwigshaffen, na Baviera, onde o dr. Rudolf Zellner restabeleceu alguns músculos do pescoço, a mobilidade das mãos e deixou os braços do mesmo tamanho.

Cicatrizes e sonhos — As cicatrizes profundas de Kim Phuc não desapareceram com os transplantes de pele em Ludwigshaffen. Ela continua fraca, sem força sequer para pegar numa faca e cortar um simples bife. Surgem-lhe, freqüentemente, manchas vermelhas e grandes bolhas na pele sem poros, que queimam muito quando o tempo esquenta. Ela tem dificuldades em suportar o sol durante os dois minutos necessários para as fotos. As dores de cabeça voltam constantemente, impedindo-a de se concentrar, e cansando-a ao falar, mas ela não perde o sorriso.

Durante a entrevista no terraço do Hotel Rex, Kim Phuc fala dos seus sonhos: continuar os tratamentos, recuperar-se das feridas, poder olhar para o espelho sem chorar, ter forças para ser médica.

"Não odeio os aviadores que lançaram o *napalm*, nem os norte-americanos. Sei que houve muitos que lutaram contra a guerra do Vietnã. Mas tenho um ódio profundo à guerra e àquelas que a decidiram e comandaram", afirma, agora sem sorrir.

Antes de se sentar diante da câmara, Kim vai ao toalete do hotel para se pentear e preocupa-se com a brisa que despenteia seus cabelos. Depois, pede que lhe envie uma das fotos tiradas. "Para, quando tiver um namorado, eu poder lhe oferecer", diz, retomando o sorriso.

A foto já foi enviada.

1972: a foto de Kim Phuc queimada por napalm choca o mundo



A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL • ARGENTINA: \$ 48.00 • PARAGUAI: G 72.00 • URUGUAI: N\$ 76.800 • BRASIL: CR\$ 90.000,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL
EM SUA MOEDA NACIONAL.

Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.



BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE